

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

EDUARDA GARCIA FERREIRA

**VIVENDO NAS MARGENS DA “TERRA DA SOJA”:
NARRATIVAS NÃO HEGEMÔNICAS FRENTE ÀS INVESTIDAS PRODUTIVAS E
SOCIOCULTURAIS HOMOGENEIZANTES NO MUNICÍPIO DE CAPÃO DO CIPÓ/RS**

Porto Alegre

2023

EDUARDA GARCIA FERREIRA

**VIVENDO NAS MARGENS DA “TERRA DA SOJA”:
NARRATIVAS NÃO HEGEMÔNICAS FRENTE ÀS INVESTIDAS PRODUTIVAS E
SOCIOCULTURAIS HOMOGENEIZANTES NO MUNICÍPIO DE CAPÃO DO CIPÓ/RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Pâmela Marconatto Marques.

Porto Alegre

2023

Garcia Ferreira, Eduarda
Vivendo nas margens da "terra da soja": narrativas
não hegemônicas frente às investidas produtivas e
socioculturais homogeneizantes no município de Capão
do Cipó/RS / Eduarda Garcia Ferreira. -- 2023.
118 f.
Orientadora: Pâmela Marconatto Marques.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Transformações. 2. Conflitos. 3. Resistências.
4. Monocultivo. I. Marconatto Marques, Pâmela, orient.
II. Título.

EDUARDA GARCIA FERREIRA

**VIVENDO NAS MARGENS DA “TERRA DA SOJA”:
NARRATIVAS NÃO HEGEMÔNICAS FRENTE ÀS INVESTIDAS PRODUTIVAS E
SOCIOCULTURAIS HOMOGENEIZANTES NO MUNICÍPIO DE CAPÃO DO CIPÓ/RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 22 de maio de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Pâmela Marconatto Marques – Orientadora
UFRGS

Profa. Dra. Aline Reis Calvo Hernandez
UFRGS

Profa. Dra. Marília Floôr Kosby
UNIPAMPA

Prof. Dr. Márcio Zamboni Neske
UERGS

Dedico este trabalho ao meu bisavô,
Rufino Garcia dos Santos Sobrinho (*in
memorian*), à minha mãe, Liane Ferreira e
aos meus avós, Maria Orestalina e Arioval.

AGRADECIMENTOS

À Deus. Que é Deus de amor e acolhimento, não de culpabilização e discriminação. Obrigada pelos mistérios divinos e pelos sopros de vitalidade nas tantas vezes em que estive cansada e desanimada.

À minha Mãe, Liane, pelo amor, amizade e por me ensinar sobre a importância da sensibilidade e da escuta ativa. Muito do que compartilho nesta dissertação surgiu a partir das nossas conversas carregadas de emoções e memórias que se transformaram em consciência sobre questões mais amplas e complexas.

Aos meus Avós, Maria Orestalina e Arioval que involuntariamente influenciaram e inspiraram os rumos acadêmicos que venho trilhando. Agradecê-los também é celebrar a vida, tendo em vista as incertezas que experienciamos diante de um diagnóstico sobre doença cardíaca que meu avô enfrentou enquanto eu escrevia esta dissertação.

Ao Marcos, meu padrasto, que em pouco tempo se tornou uma pessoa que admiro pelo esforço e comprometimento no que se propõe a fazer.

À Pâmela, minha orientadora, que me acolheu em meio a um turbilhão de dúvidas e inseguranças. De forma sutil e gentil possibilitou outro olhar sobre meu trabalho enquanto pesquisadora. Obrigada por me guiar nessa experimentação/descoberta de uma outra forma de fazer pesquisa.

Ao meu orientador na especialização e agora amigo, Márcio Zamboni Neske pelos diálogos, sugestões de leituras e incentivos que foram essenciais até mesmo para meu ingresso no PGDR.

Às(aos) interlocutoras(es) que compuseram comigo os capítulos dessa dissertação e que deram forma, corpo, voz e sentido ao que antes eram apenas pequenas ideias que tinha em mente.

Às(aos) minhas/meus amigas/amigos que não permitiram que eu sucumbisse diante das autocobranças e que constantemente me lembraram que a diversão também é parte do processo.

Às(aos) professoras(es) do PGDR com quem aprendi tanto durante esse período tão intenso e significativo na minha vida.

À CAPES pela bolsa que foi essencial para minha permanência no mestrado.

“Los libros salvaron mi cordura, el conocimiento abrió los lugares cerrados en mí y me enseñó en primer lugar cómo sobrevivir y en segundo cómo elevarme. La madre naturaleza me socorrió, permitió que me salieran raíces que me anclaron a la tierra. Mi amor por las imágenes – el mezquite en flor, el viento, Ehécatl, suspirando su conocimiento secreto, las imágenes fugaces del alma en la fantasía – y las palabras, mi pasión por la lucha diaria para convertirlas en algo concreto en el mundo y en el papel, para hacerlas carne, es lo que me mantiene viva”.
(ANZALDÚA, 2021, p.31).

RESUMO

Esta dissertação dedica-se a abordar as narrativas não hegemônicas frente às investidas produtivas e socioculturais homogeneizantes no município de Capão do Cipó/RS, reconhecido cotidianamente como a “terra da soja”. Assumindo meu lugar nas margens sociais e adotando a corporificação em um saber científico situado adoto como objetivo geral a descrição de perspectivas não hegemônicas diante da consolidação da soja no município de Capão do Cipó, na região das missões do estado do Rio Grande do Sul, a partir do reconhecimento de outros modos de vida e da descrição de conflitos, estratégias, narrativas e resistências. Apostando em uma abordagem qualitativa, usufrui de uma perspectiva teórico-metodológica onde os encontros com as(os) interlocutoras(es) e com a paisagem são priorizados para aprender a pensar junto com eles(as) sobre o território, através de uma perspectiva autoetnográfica. A técnica de entrevista aberta em profundidade, o diário de campo físico, a “observação participante”, os registros fotográficos, as fotografias antigas, o bordado livre em fotografias, os “poemas” e os mapas confeccionados compõem o arcabouço de instrumentos da pesquisa. Levantou-se que a chegada dos colonizadores, a distribuição de sesmarias, a escravização, a instalação de novos modos de cultivar a terra e a introdução da soja contribuíram para a concentração de terras, a desigualdade na distribuição de terras e as relações de trabalho baseadas na exploração. Desde a “observação participante”, foi possível vislumbrar que as narrativas desenvolvimentistas e homogeneizantes do ponto de vista sociocultural e produtivo estão presentes no cotidiano do município, criando um panorama que legitima violências discursivas como a ocorrida no aniversário de 22 anos do município, contudo, nessa situação, se desvelou a resistência de assentadas(os) contra a necropolítica instituída. A partir da entrevista com Débora, foi possível colocar em evidência o choque entre o que podemos chamar de dois mundos, marcando um conflito ontológico, existencial. Mais do que isso, foi possível entender que mesmo no novo cenário duramente instituído no território onde cresceu, a homogeneização não foi completa, deixou brechas, respiros, vidas humanas e não humanas que não cederam às pressões do extrativismo predatório da soja. Geraldo, contribuiu para entender a estigmatização contra as(os) assentadas(os) e sobre como foi a chegada e instalação delas(es) em Capão do Cipó, trazendo à tona a complexidade que envolve a adoção da produção da *commodity* agrícola nos assentamentos. O encontro

com o Sr. Aguielo possibilitou apresentar sua história através de fotografias antigas que fazem parte de seu acervo pessoal, apostando nelas como um recurso de narrativa imagética que retrata mudanças na paisagem, nas relações sociais, nas vestimentas, na agricultura e pecuária, dentre outras. Como considerações finais, saliento que ao abarcar as narrativas não hegemônicas, busquei explorar o potencial delas de desafiar e questionar as narrativas dominantes, abrindo espaço para a criação de novas perspectivas que poderão construir soluções coletivas e integradas frente às consequências de um modo insustentável de habitar o território. Por esse ângulo, estabelecer laços e ampliar diálogos com outros grupos sociais às margens na “terra da soja” é uma tarefa necessária e não exaurida neste trabalho.

Palavras-chave: Transformações. Conflitos. Resistências. Monocultivo.

RESUMEN

Esta disertación está dedicada a abordar las narrativas no hegemónicas frente a los avances productivos y socioculturales homogeneizadores en el municipio de Capão do Cipó/RS, reconocido diariamente como la “tierra de soja”. Al asumir mi lugar en los márgenes sociales y adoptando la encarnación en un saber científico situado es que adopto como objetivo general la descripción perspectivas no hegemónicas frente a la consolidación de la soja en el municipio de Capão do Cipó, en la región de las misiones del estado de Rio Grande do Sul, a partir del reconocimiento de otros modos de vida y la descripción de conflictos, estrategias, narrativas y resistencias. Apostando por un enfoque cualitativo, se aprovecha una perspectiva teórico-metodológica donde se priorizan los encuentros con los interlocutores y con el paisaje para aprender a pensar con ellos el territorio, a través de una perspectiva autoetnográfica. La técnica de la entrevista abierta en profundidad, el diario de campo físico, la “observación participante”, los registros fotográficos, las fotografías antiguas, el bordado libre sobre fotografías, los “poemas” y los mapas elaborados conforman el entramado de instrumentos de investigación. Se encontró que la llegada de colonizadores, el reparto de sesmarias, la esclavización, la instalación de nuevas formas de cultivo de la tierra y la introducción de la soja contribuyeron a la concentración de la tierra, la desigualdad en la distribución de la tierra y las relaciones laborales basadas en la exploración. A partir de la “observación participante”, se pudo vislumbrar que las narrativas desarrollistas y homogeneizadoras desde el punto de vista sociocultural y productivo están presentes en la cotidianidad del municipio, configurando un panorama que legitima violencias discursivas como la ocurrida en el municipio. 22 aniversario, sin embargo, en esta situación, se reveló la resistencia de los colonos contra la necropolítica instituida. De la entrevista con Débora, fue posible resaltar el choque entre lo que podemos llamar dos mundos, marcando un conflicto ontológico, existencial. Más que eso, era posible comprender que aún en el nuevo escenario instituido con dureza en el territorio donde creció, la homogeneización no fue total, dejando vacíos, respiros, vidas humanas y no humanas que no cedieron ante el presiones del extractivismo depredador de la soja. Geraldo, contribuyó a comprender la estigmatización contra los colonos y cómo fue su llegada y asentamiento en Capão do Cipó, sacando a la luz la complejidad que envuelve la adopción de la producción de la mercancía agrícola en los asentamientos. La reunión con el Sr. Aguielo

posibilitó presentar su historia a través de fotografías antiguas que forman parte de su colección personal, apostando por ellas como recurso narrativo de la imagen que retrata cambios en el paisaje, las relaciones sociales, la vestimenta, la agricultura y la ganadería, entre otros. Como consideraciones finales, destaco que al abrazar narrativas no hegemónicas, busqué explorar su potencial para desafiar y cuestionar las narrativas dominantes, abriendo espacio para la creación de nuevas perspectivas que puedan construir soluciones colectivas e integradas a las consecuencias de una manera insostenible de habitar el territorio. Desde este ángulo, establecer vínculos y ampliar diálogos con otros grupos sociales en los márgenes de la “tierra de la soja” es una tarea necesaria y no agotada en este trabajo.

Palabras clave: Transformaciones. Conflictos. Resistencias. Monocultivo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Nas margens da "terra da soja"	13
Figura 2 - R-existir	30
Figura 3 - Marca-passo.....	31
Figura 4 - Bordando histórias	32
Figura 5 - Os ventos do sul desestabilizam a ordem e o progresso.	40
Figura 6 - Onde campo, cavalos, laçadores, vaca mecânica e soja se encontram	40
Figura 7 - Limites entre a escola e a lavoura de soja no centro do município	41
Figura 8 - Depois da estiagem, Rincão dos Mamoeiro	41
Mapa 1 - Localização do município Capão do Cipó/RS.	44
Mapa 2 - Localização do município Capão do Cipó no Bioma Pampa.	45
Mapa 3 - Cobertura e uso do solo em Capão do Cipó no ano de 1985.....	46
Mapa 4 - Cobertura e uso do solo em Capão do Cipó no ano de 2021.....	47
Mapa 5 - Localização dos assentamentos da reforma agrária.	53
Figura 9 - Recepção	56
Figura 10 - Apresentação	57
Figura 11 - Ocupar praça pública.....	57
Figura 12 - Geraldo e a defesa da democracia	57
Figura 13 - Resiliência (ruínas da casa dos meus bisavós)	66
Figura 14 - Afeto (casa onde vivi até os 05 anos de idade).....	95
Figura 15 - Aguielo ainda jovem na estância onde trabalhou, localidade de Carovi...	100
Figura 16 - Aguielo à esquerda e amigos.....	100
Figura 17 - Dr. Silvestre, curandeiro e amigo de Aguielo e Leonida	101
Figura 18 - Aguielo, Leonida e familiares.	101
Figura 19 - Amigas de Leonilda e Aguielo.....	102
Figura 20 - Amigas de Leonilda, Iraci, Ieda, Iolanda e Ivone	102
Figura 21 - Quintal de casa (crianças não reconhecidas por Aguielo)	103
Figura 22 - Retrato de Bidu e família, conhecidos de Aguielo.....	103
Figura 23 - Leonilda e Aguielo em casa, Rincão do Mamoneiro.....	104
Figura 24 - Cartinha de amor de Aguielo para Leonilda	104
Figura 25 - Leonilda e Aguielo.....	105
Figura 26 - Galpão atrás da casa de Leonilda e Aguielo, 1993.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CTG	Centro de Tradições Gaúchas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OSGEO	Open Source Geospatial Foundation
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PGDR	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural
PL	Partido Liberal
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PT	Partido dos Trabalhadores
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SIGEF	Sistema de Gestão Fundiária
SISU	Sistema de Seleção Unificada
STF	Superior Tribunal Federal
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO (DISTANCIAMENTOS E (RE)APROXIMAÇÕES)	13
2	BORDANDO HISTÓRIAS: PERCURSO METODOLÓGICO	33
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES	42
3.1	“A TERRA DA SOJA”: (RE)CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO	42
3.2	AQUI, TRABALHADORAS(ES) DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) SE (RE)CRIAM!	58
3.3	“ELES INVADIRAM NOSSO TERRITÓRIO, NOSSO ESPAÇO, NOSSA FAMÍLIA, NOSSO CHÃO E HOJE ELES SÃO TIDOS COMO HERÓIS E DONOS DAQUELA TERRA”	67
3.3.1	“Então, tudo isso eu via e eu me sentia muito feliz”: relações humanas e não humanas com o território	68
3.3.3	“Era como se o meu pai fosse o empregado e nós fossemos junto adeptas a isso também”: relações trabalhistas com os sojicultores	75
3.3.4	“Nós somos o oposto deles e vamos continuar sendo. Eu vou ser sempre o oposto deles”: enfrentamentos e resistências	78
3.4	“ENQUANTO EU PUDER ARRASTAR MINHAS PERNAS EU VOU ESTAR PASSANDO CONHECIMENTO E EXEMPLO”	82
3.4.1	“Sofriam da mesma doença...que era não ter um pedaço de terra, que era ser explorado”: trajetória na luta pela terra	85
3.4.2	“Os sem-terra tão chegando aqui, Óh os sem-terra aí”: a chegada em Capão do Cipó	86
3.4.3	“Nós precisamos produzir, pra gente poder chegar junto ao prefeito e dizer "nós precisamos melhorar aqui, melhorar lá": introdução da soja nos assentamentos e demandas	90
3.4.4	“Nossa aposta é sempre na educação, na vibração da juventude”: lutar por um futuro melhor	93
3.5	“UM COQUEIRO É UMA VIDA”	96
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS	110

1 INTRODUÇÃO (DISTANCIAMENTOS E (RE)APROXIMAÇÕES)

memórias de infância
brincar no calcário acumulado na frente de casa.
tirar água do poço.
dormir cedo pois não restava muito o que fazer sem
energia elétrica.
descer do transporte escolar e passar pelo açoita-cavalo
que dizem ser assombrado e sentir medo.
pedir para os tios pescar lambari na sanga.
sentir o cheiro forte dos venenos em época de cultivo de
soja
procurar ninhos de codornas pelo campo.
comer pitangas no mato.
chamar as flores da corticeira-do-banhado de patinhos.

Figura 1 - Nas margens da "terra da soja"



Fonte: Arquivo pessoal.

Este é um trabalho que nasce desde as margens. Mas o que é estar às margens? Em uma caminhada por Capão do Cipó/RS, no final de uma tarde de abril de 2022, no trajeto que costumeiramente percorro, percebo a paisagem de outro ângulo. Entre o asfalto e a imensidão da lavoura de soja, próxima a uma escola de ensino médio, me dou conta da existência de uma estreita fileira de plantas viçosas, já florescidas em um tom laranja, lindas. Ao fundo, a soja, neste ano prejudicada pela estiagem, avança pelo horizonte.

A vastidão do deserto verde me causa incômodo e inquietação, ao contrário de quem vê progresso e poder. Sim, poder! Nesse território, plantar soja e principalmente ser proprietário¹ das terras onde o grão é semeado, denota legitimidade de falas e ações, além de privilégios sociopolíticos. É pertinente apontar que segundo os dados do último Censo Agropecuário (2017), dos 89 proprietários de terra com mais de 200 hectares, 84 se autodeclararam brancos e 5 pardos, utilizando os termos e classificações adotados pelo censo. Outrossim, se ao investigar as características dos que possuem 1000 ou mais hectares de terra, é possível constatar que são todos brancos. Quanto às características da população urbana e rural por cor ou raça, o Censo Demográfico (2010) levantou que 78,02% se declaram como branca(o). Investigando a cor ou raça de acordo com a situação do domicílio, os dados apontam que 90% das pessoas não brancas (pretas, pardas, amarelas e indígenas) residem no rural. Dessa forma, podemos pensar que plantar soja é entrar, também, em um processo de branqueamento socioeconômico e aceder à branquitude e seus privilégios.

Nesse momento, autoanalisando meu comportamento diante da amplitude das plantações de soja, descortino que estou sempre em busca de outros elementos na paisagem, procurando árvores, taperas², campos naturais, enfim, qualquer alento que quebre a visão maçante de uma paisagem quase homogênea, como se a resistência da vida à massificação, à homogeneização, sempre pudesse ser encontrada, sempre pudesse ser invocada como evidência de que nem tudo está perdido.

¹ Adota-se, nesse contexto, proprietário, no masculino, devido à concentração da posse da terra em posse de homens brancos, como denota o último Censo Agropecuário.

² Segundo o Wikipedia, tapera é um “termo tupi que significa “o que foi aldeia”, são edificações abandonadas, especialmente no meio rural, indicando locais onde houve, anteriormente, ocupação humana. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Taperas#:~:text=Taperas%2C%20termo%20tupi%20que%20significa,ho uve%2C%20anteriormente%2C%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20humana>.

Voltando às margens, percebo que as simpáticas plantinhas laranjas são aquelas consideradas pelos monocultores como pragas, inços, daninhas, ou seja, plantas que crescem onde supostamente não deveriam, são indesejadas e carecem de manejo, controle, precisam ser exterminadas para não se alastrarem e prejudicarem o rendimento da lavoura. Todo ano, um quantitativo significativo de agrotóxicos é despendido para erradicar essas plantas tão importantes para a proteção e a manutenção das atividades microbiológicas do solo. Para além disso, as companhias agroquímicas constantemente (re)criam novos herbicidas, cada vez mais prejudiciais, para eliminarem as plantas “daninhas” que passam a apresentar resistência aos agrotóxicos, fazendo com que os monocultores tenham dificuldades em controlá-las.

Nesse ponto, já sabemos o que é estar às margens em um cenário de monocultivo da soja, mas, o que isso significa? Quem está nas margens sociais? Em uma sociedade agrária, patriarcal, conservadora, elitista e racista, que subjuga e discrimina, estar às margens significa não pertencer às construções do que é tido como desejável, passível de admiração, respeito pleno e afetividades. Quem está nas margens são as mulheres e homens empobrecidas(os), indígenas, negras e negros, LGBTQIA+’s, assentadas e assentados da reforma agrária, trabalhadoras(es) assalariadas(os), são os corpos e modos de vida, de alguma forma, dissidentes da normatização, nem sempre explícita, mas, duramente posta como modelo a ser seguida, estando estes corpos suscetíveis às tentativas de controle, como as plantas daninhas, se considerado necessário pelos(as) normatizadores(as).

Dado que já sabemos quem está nas margens e o que isso significa, proponho que passemos a nomear nossa fileira de plantas como espontâneas, em detrimento de pragas, inços e daninhas. Dessa forma, também proponho que foquemos nas narrativas, potencialidades, agências e resistências das pessoas que estão às margens. Assim sendo, a margem sinalizando o fim do centro, mas marcando o início de um novo que é capaz de acionar outras intensidades, fazendo cerco ao centro, tensionando e sendo capaz de rendê-lo. Pegando emprestado dos estudos de ecologia da paisagem o conceito de corredores ecológicos, podemos pensar na fragmentação ocasionada pela substituição de áreas de vegetação natural por ecossistemas artificiais agrícolas como ponto de partida para a (re)construção de ligações, elos, fluxos que possibilitem a restauração e equilíbrio. Nessa perspectiva,

as margens não estão estáticas, destituídas de ação. Nas margens compreendidas enquanto corredores ecológicos está o movimento capaz de mobilizar, dispersar e conectar fragmentos para que se estabeleçam as multiplicidades características da não-artificialidade.

Gloria Anzaldúa (2021), escritora e teórica feminista chicana, aborda o conceito de subalternidade em sua obra *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. Anzaldúa usa a ideia de subalternidade para se referir às pessoas marginalizadas e oprimidas, especialmente as mulheres e as pessoas de origem indígena e latino-americana, que são subordinadas aos poderes dominantes da sociedade. Anzaldúa argumenta que a subalternidade é uma condição complexa e multifacetada, que envolve não apenas a opressão política, econômica e social, mas também a subordinação cultural e linguística. A autora também enfatiza a importância da resistência e da autodeterminação na luta contra a subalternidade. Além disso, defende a criação de espaços de resistência e a valorização das vozes subalternas, que são frequentemente silenciadas ou ignoradas pela cultura dominante (ANZALDÚA, 2021). Por esse ângulo, estar às margens não significa necessariamente estar excluído, tendo em vista que os processos insurgentes transcorrem na fronteira. Anzaldúa (2021) também coloca como possibilidade abandonar a cultura dominante e cruzar a fronteira, para um território totalmente inédito e separado, alertando que a possibilidades são numerosas.

A centralidade que as margens recebem neste trabalho se dá pois nasci e cresci a partir delas, mais especificamente, desde as margens sociais do município de Capão do Cipó, localizado na região das Missões, centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul. Falo e escrevo desde meu lugar de mulher cisgênero, bissexual, branca, empobrecida, latino-americana, neta de agricultores/trabalhadores rurais e filha de mãe solo. Sendo assim, me alio a Donna Haraway (1995), adotando os “saberes localizados” e assumindo a corporificação em um conhecimento científico situado. A filósofa estadunidense postula por essa objetividade feminista corporificada e parcial, em suas palavras, “contra várias formas de postulados de conhecimento não localizáveis e, portanto, irresponsáveis” (HARAWAY, 1995, p. 22). Dialogando desde o Brasil, a socióloga e pesquisadora Suely Aldir Messeder (2020) convida a uma “escrita encarnada”, ou seja, nos situando e situando as(os) demais sujeitas(os), compreendendo que somos seres marcados e que para sairmos da cilada da episteme

do conhecimento eurocêntrico-colonial, devemos questionar e implodir o mapa sistêmico que o estrutura dessa forma e o coloca como uma lei natural (MESSEDER, 2020). Suely vai além e aponta “[...] que é preciso recuperar tanto a corporeidade do nativo como a corporeidade do/a pesquisador/a e, sobretudo, saber os limites e os potenciais que os marcadores sociais incrustados em nossa pele impõem ao nosso trabalho de campo” (MESSEDER, 2020, p. 168). Dessa forma, assumo minhas próprias limitações nesta escrita encarnada que visa a construção de saberes que são localizados.

De certa forma, acredito que desde cedo estava ciente de que juntamente com minha família, não estava inserida no centro, onde quem tem legitimidade política e social está situado(a). Estar nessa posição nunca foi confortável, logo, apesar das muitíssimas incertezas que sempre me interpelaram, sabia com a mais plena convicção que não gostaria de viver uma vida toda nesse território. Em “Notas sobre a fome” (2021), a escritora afroindígena³ Helena Silvestre nos diz que saber sobre a fome é também saber sobre desejo. Anteriormente à leitura do livro de Helena, dizia que a fome nunca fora uma realidade na vida da minha família. Contudo, a autora questiona “o que será que as pessoas chamam de fome?” (SILVESTRE, 2021, p.54). Assim como na casa dela, na nossa casa também se comprava apenas o “grosso”, o básico, o substancial, apenas o necessário para (sobre)viver. As ausências de energia elétrica, de saneamento, de água tratada e do mínimo de conforto sempre foram experienciadas aos seus extremos, foram marcantes.

Nesse enredo, me dou conta de que a fome não é apenas sobre a falta de alimento, suas camadas são mais complexas e nebulosas. Sim, sentimos fome, vivemos em insegurança alimentar. Vivemos por anos afundados nas vulnerabilidades decorrentes de um sistema avassalador. Nos escombros, fiz da raiva contra os opressores e contra o sistema a minha força propulsora para germinar e crescer. Sendo assim, a seguinte frase me atravessa de maneira especial e me enche os olhos de lágrimas: “Se eu não tivesse investido em tentar dar de comer a meus desejos, sem fazer tanta força em tentar bloquear alguns deles, para não causar sofrimento alheio, como eu seria agora? (SILVESTRE, 2021, p.39)”.

³ Em “Notas sobre a fome”, Helena diz que é de origem afro-indígena e na descrição de seu instagram (@helenitaluta) consta “Afroindígena desterrada. Meio favela, meio matuta, meio cigarra, meio formiga. Corpo de fronteira.”

O percurso que tracei até aqui foi permeado de obstáculos, de caminhos enlameados, íngremes e por vezes insalubres para o corpo e para a mente. Contudo, também foi um percurso de surpresas boas, belos encontros e de aprendizados que carregarei a vida toda. As experiências que vivi nesse percurso não foram sonhadas e almeçadas com afinco, mas acredito que estavam lá, soterradas sob as vulnerabilidades que vivi/senti desde muito cedo. Concordo com Helena quando diz que ninguém deveria ter de empurrar com tanta força para germinar em meio aos escombros.

Foi nestas circunstâncias que desde a adolescência alimentei praticamente todos os dias a vontade de ir embora. Sendo assim, depois de um ensino fundamental conturbado, aos 14 anos, decidi que não mais estudaria no pequeno município de aproximadamente 3.745 habitantes (IBGE, 2021). Coube à minha família buscar outras possibilidades, dentro da nossa realidade socioeconômica, ocasionando no meu trajeto diário de 100 km, ida e volta, à noite, para cursar ensino médio em Santiago/RS. No processo de mudança de escola e ampliação de sociabilidades, houve também o florescimento de sonhos que estavam enterrados pelas inseguranças e internalizações de pressupostos impostos.

Ser uma pessoa empobrecida, vivendo no rural marcado pela concentração de terras, no interior do Rio Grande do Sul, em meados dos anos 2000, aonde muitas informações não chegavam, não acarretava muitas possibilidades e oportunidades. Concernente à educação, subentendia-se que quem dispunha de capital financeiro, teria condições de pagar universidade privada e quem não tinha deveria contentar-se com o ensino médio ou com um curso técnico. O ensino superior era destinado aos filhos(as) dos(as) abastados(as), nesse sentido, não via pessoas como eu ocupando espaços de ensino privados. Contudo, graças em grande parte às professoras e professores incríveis que me acolheram, acreditaram em mim e fizeram com que eu também acreditasse nas minhas potencialidades, passei a compreender que através dos estudos poderia mudar a minha realidade.

Em 2014, ingressei no ensino público superior pela primeira vez, através da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), via Sistema de Seleção Unificada (SISU). Entre idas e vindas, em 2015 me achei em São Borja para cursar Bacharelado em Gestão Ambiental na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Nesse momento, acreditava que tinha deixado para trás todas as questões

que me atravessavam quando morava em Capão do Cipó, entretanto, não poderia estar mais errada. Inconscientemente, carregava comigo as minhas dores e as da minha família. Como poderia deixar para trás tudo o que vivemos? Não havia possibilidade de esquecer que até meus 5 anos de idade vivi com meus avós, em uma casa no rural, sem energia elétrica, sem água encanada, sem saneamento. Como poderia ignorar que uma das minhas memórias mais antigas é estar brincando sobre um amontoado de calcário na frente de casa? Como deixar de lado a lembrança de estar em frente ao fogão à lenha, até tarde da noite, com a minha avó, esperando meu avô chegar do trabalho? Como tirar da minha memória a imagem de meu avô deitado no sofá, gritando de dor após sofrer um acidente de trabalho e lesionar gravemente a coluna? E do mês que fiquei na casa de uma tia enquanto minha mãe e avó cuidavam do meu avô no hospital em decorrência da lesão ocasionada pela queda? Poderia esquecer do período pós-acidente e da vulnerabilidade socioeconômica exacerbada ocasionada pela omissão e não-pagamento de direitos trabalhistas de mais de 24 anos de trabalho? Poderia fingir que é justo receber um amontoado de tijolos, cimento, madeiras, janelas e portas como direitos trabalhistas?

Pouco a pouco, as leituras, as discussões em sala de aula e a inserção em espaços políticos trouxeram a compreensão de que não haveria possibilidade de ser uma gestora ambiental isenta e “neutra”. Naquele momento, as questões pessoais passaram a influenciar os temas de interesse de estudo e pesquisa dentro do curso, culminando em participações em dias de campo de instituições de extensão rural, atuação em projeto de educação ambiental no rural, estágio na extensão rural, trabalho de conclusão de curso em uma propriedade rural e inscrição em processo seletivo para cursar Especialização em Desenvolvimento Territorial e Agroecologia. Paralelamente, com a entrada na especialização, me aproximava cada vez mais dos meus interesses de estudo e pesquisa e me distanciava fisicamente das minhas origens.

Capão do Cipó passou a ser o lugar concreto onde podia identificar incontáveis problemas decorrentes do modelo de desenvolvimento e agricultura convencionais. O agronegócio está consolidado nos aproximados 1.000 km² de extensão territorial do município, sendo o cultivo da soja a força motriz que age sobre a totalidade do território. Dando dimensão, segundo os dados definitivos divulgados em 2019 a partir do Censo Agropecuário 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), o plantio da soja chegou a 69.287 hectares, o que colocou o município na 9ª posição no ranking das maiores áreas plantadas no estado do Rio Grande do Sul. No que se refere à quantidade produzida, chegou-se a 174.767 mil toneladas. Dos 531 estabelecimentos rurais do território, o plantio da oleaginosa chegou a 294 estabelecimentos. Em contrapartida, a pecuária também é expressiva, a produção de leite de vaca se deu em 123 estabelecimentos dos quais em 65 foi realizada a venda. Desses, apenas dois dos estabelecimentos que comercializam o leite não são classificados como de agricultura familiar. O perfil da pecuária, de modo geral, falando do efetivo de bovinos, é a agricultura familiar. Dos 432 estabelecimentos com rebanho bovino, 331 são familiares. Cabe apontar que os tamanhos dos rebanhos são proporcionais, ou seja, os estabelecimentos que não pertencem à categoria de agricultura familiar não detêm a maior parte do rebanho bovino no município (IBGE, 2017).

No município, pelas narrativas (re)produzidas no cotidiano das(os) munícipes, subentende-se que o ano é dividido em “período de plantio da soja” e “período de colheita da soja”, o valor das coisas é mensurado em número e preço das sacas de soja. Quanto aos trabalhos, as vagas são majoritariamente no setor do agronegócio, sendo ocupadas principalmente por homens, salvaguarda-se contratações de mulheres como cozinheiras e empregadas domésticas nesses contextos, ou então, como assistentes administrativas dentro dessas empresas. Dentro e fora dos assentamentos da reforma agrária, onde vivem aproximadamente 200 famílias, a soja também avança e se consolida, cada vez mais as pessoas têm arrendado suas terras para o plantio do grão, muitas vezes, abandonando o cultivo de alimentos e/ou a produção do leite para viver dos rendimentos do arrendamento. Nesse âmbito, Tanise Pedron da Silva e José Antônio Costabeber (2013) levantaram-se em dois assentamentos da reforma agrária do município que práticas alimentares similares às do meio urbano têm sido adotadas, caracterizando-se pelo elevado consumo de alimentos industrializados, ocasionando uma redução da produção de alimentos para subsistência.

Voltando aos distanciamentos e (re)aproximações, com o advento da pandemia de COVID-19, em 2020, retorno a Capão do Cipó para viver com a minha família. Por um lado, a segurança de estar entre as pessoas que amo e confio. Por outro lado,

voltar para o lugar onde tantas dores recaíram sobre o meu corpo e os corpos da minha mãe e avós é angustiante e faz ressurgir um sentimento de não-pertencimento.

Que lugar deve ocupar uma mulher, bissexual, empobrecida, e posicionada contra a “lógica” dominante dentro de um município agrário? Inicialmente, assumo que devo ficar às margens, estrategicamente quieta, seguir estudando sobre o que acredito, buscando outros lugares para pesquisar, afinal, meu lugar não seria aqui.

Com a entrada no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), em 2021, a intenção era de continuar pesquisando na região da Campanha Gaúcha, como se deu na pesquisa para a monografia da especialização. Faço um adendo sobre a pesquisa realizada na especialização, com orientação do Professor Dr. Márcio Zamboni Neske (UERGS -Santana do Livramento/RS) e coorientação do Professor Dr. Mauricio Bruno Ceroni Acosta (UDELAR - Rivera/UY), pois se constituiu em uma desacomodação epistêmica e imersão em formas de ler o mundo com as quais não tive a oportunidade de ter contato durante a graduação. Por meio das saídas à campo das disciplinas e dos encontros/entrevistas (online, devido à pandemia de COVID-19) com as interlocutoras experienciei o entrelaçamento entre pesquisa e luta, culminando no artigo *Território corpo-terra: resistências das mulheres contra o neoextrativismo da soja no bioma pampa*, que abordou como se conformam as repercussões do neoextrativismo da soja no Bioma Pampa brasileiro, enquanto território corpo-terra, e as lutas territoriais protagonizadas pelas mulheres.

Retomando à chegada no PGDR, como parte das atividades propostas em uma das disciplinas cursadas no primeiro semestre, solicita-se a realização de uma Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários. Devido à complexidade do trabalho e aos protocolos sanitários, ir até outro município seria inviável naquele momento. Portanto, decidi realizar a primeira evolução e diferenciação dos sistemas agrários de Capão do Cipó. Ao longo da pesquisa, aprendi coisas sobre as quais até então nunca tinha ouvido falar, refleti sobre as origens da minha família, sobre a conexão com a terra e com a agricultura, sempre presentes na nossa história. Interroguei minha avó sobre o que ela, os pais e seus nove irmãos/irmãs cultivavam, descobri que cultivavam arroz, feijão, abóbora, mandioca, melancia, milho, amendoim, entre outros alimentos e que trabalhavam todas(os) juntas(os) nas roças próximas aos rios. Dessa forma, consegui compreender por que meu tio, hoje idoso, ainda segue fazendo roças nas áreas próximas ao rio para plantar e posteriormente dividir sua produção. Recordei de

meu bisavô, que mesmo depois de ter mudado para a cidade, pedia às pessoas permissão para plantar nos terrenos baldios. Passei a compreender por que minha avó segue tirando sementes de frutas/legumes e as coloca secar, para depois guardar e plantar. Então, de forma inesperada, através dessa reconstituição dos sistemas agrários, me (re)aproximei das minhas origens.

No processo de reaproximação com o território, ecoou dentro de mim as palavras de um amigo, dizendo que se orgulhava da minha trajetória, que eu poderia trazer contribuições interessantes para o município e que era a hora das juventudes lutarem pelo seu espaço. Em um somatório de elementos, passei a compreender que aqui também é meu lugar! Que este é um momento para endossar o coro que timidamente emerge das margens! É momento de mirar e construir narrativas não hegemônicas e contra hegemônicas, de atentar-se para as complexidades das dinâmicas onde rural e urbano não são delineados e para as memórias e histórias de pessoas que historicamente constituem o território, colocando em evidência as conflitualidades decorrentes do agronegócio da soja sobre outros modos de vida.

Sendo assim, me alio ao semiólogo e professor argentino Walter Mignolo (2015) que chama a atenção para o fato de que os legados coloniais são espaços de fúria que não eram/são articulados teoricamente pois a teoria esteve/está sempre do lado civilizador. Nesse sentido, Mignolo convida ao exercício de uma epistemologia fronteiriça onde se dá a emergência do local, onde as(os) sujeitas(os) das margens começam a contar suas próprias histórias e construir uma memória que havia sido ignorada ou então contada desde a razão ocidental/imperial. Nas palavras de Mignolo (2015, p.120) “[...] as histórias não são somente locais, mas estão localizadas”. Adoto tal compreensão no delineamento da presente pesquisa, onde as histórias contadas estão articuladas a processos complexos e relacionados a dinâmicas econômicas, sociais e políticas que se estendem por praticamente todo o mundo, mas agindo com maior força sobre os países colonizados.

Aqui, cabe pôr em evidência que as ideias de Mignolo foram apreendidas desde Gloria Anzaldúa, especialmente em relação ao seu conceito de "mestiçagem epistemológica", que se refere à interseção entre diferentes formas de conhecimento e formas de pensar. Para Anzaldúa, o pensamento mestiço representa uma resistência à dominação epistemológica ocidental e uma forma de reivindicar uma voz marginalizada. Mignolo constrói sobre essa ideia em seu próprio trabalho,

argumentando que a mestiçagem epistemológica é essencial para descolonizar o conhecimento e para criar novas formas de compreender o mundo que não sejam baseadas nas estruturas de poder coloniais. A epistemologia fronteiriça de Anzaldúa também enfatiza a importância do diálogo intercultural e da construção de pontes entre diferentes comunidades, promovendo uma abordagem inclusiva e colaborativa à construção do conhecimento. Em resumo, a epistemologia fronteiriça é uma abordagem teórica que reconhece a importância da diversidade cultural e da transcendência das fronteiras culturais, linguísticas, de gênero e sexuais para a construção de um conhecimento mais inclusivo e colaborativo (ANZALDÚA, 2021).

As formas de conhecimento que surgem desde os conflitos fronteiriços, entre histórias locais e desenhos globais, são necessárias para incrustar as vozes das(os) subalternizadas(os) nas espessuras hegemônicas e criar as fissuras necessárias. Trata-se, portanto, de entender a força das epistemologias fronteiriças que se anunciam para o futuro ao mesmo tempo em que se distanciam da epistemologia de fundação cartesiana (MIGNOLO, 2015). Melhor dizendo, “[...] o ponto de intersecção entre histórias locais e desenhos globais dá lugar às epistemologias fronteiriças como conhecimento crítico local” (MIGNOLO, 2015, p. 139).

No sentido da discussão levantada pela teórica indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010), sobre a possibilidade de fala dos(as) subalternos(as), de trabalhar contra a subalternidade e criar espaços onde as vozes das margens possam ecoar com potência, sustentando sua potência, sem seres deslegitimadas de antemão. Quer dizer, não há pretensão de “dar voz”, posto que, as vozes das interlocutoras e dos interlocutores de uma pesquisa falam por si mesmas(os) e (re)constroem suas narrativas e materialidades cotidianamente. Além disso, faço tal ressalva pois considero indispensável pontuar que não há, enquanto pesquisadora e pessoa que está nas margens, a intenção de adotar um posicionamento “heroico”, no sentido de construir narrativas onde as pessoas precisam ser “salvas” através de um conhecimento que vem da academia, se constrói nela e é legitimado por ela.

Assumo também o que reivindica a antropóloga social afro-dominicana e teórica feminista, Ochy Curiel (2020, p. 132), “[...] a subalternidade precisa deixar de ser objeto e passar a ser sujeito de conhecimento”. Em outras palavras, me coloco em meu lugar de mulher subalternizada, mas que detém determinados privilégios por ser lida como branca e que hoje ocupa esse lugar na academia para ser uma sujeita que

produz conhecimento desde minha corporeidade, compreendendo que eu, as pessoas que tecem comigo essa pesquisa e mesmo as árvores, o solo, as pastagens naturais e afins não são objetos sem importância a serem espoliados ao bel-prazer colonial e capitalista. Ou seja, me ponho epistemologicamente desobediente, exercitando o pensar e fazer descolonial, habitando e pensando nas fronteiras, confrontando as histórias locais com os desenhos globais (MIGNOLO, 2015).

Encaro a escrita desta dissertação como a materialização, em palavras, das dores que recaíram sobre os corpos de muitas pessoas, que vieram antes de mim, encontrando nas experiências das(os) minhas(meus) familiares a indignação que me leva a escrever sobre a vida nas margens da “terra da soja⁴”. Escrevo para registrar aquilo que fica escondido, o que a elite agrária finge que nunca existiu, escrevo para mostrar que as violências sobre os corpos estão entrelaçadas às violências sobre a terra e para (re)construir outras narrativas, possibilidades, sonhos, desejos e utopias.

Em “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”, Gloria Anzaldúa aborda temas como a identidade, a língua, a cultura e a marginalização das mulheres terceiro-mundistas, principalmente as das não-brancas e dissidentes sexuais no contexto da literatura e da sociedade. Em um mundo onde imperam as narrativas e experiências masculinas e ocidentais, Anzaldúa convoca nós mulheres a uma escrita visceral, latente, situada e revoltada. Contudo, alerta que “escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela: os medos, as raivas, a força de uma mulher sobre uma opressão tripla ou quádrupla. Porém neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder” (ANZALDÚA, 2000, p.234). Nesse sentido, a escrita torna-se um espaço de possibilidade e resistência, reconhecendo as diferenças culturais e linguísticas e a importância de valorizar as múltiplas formas de expressão literária, incluindo aquelas que se afastam da norma dominante.

Nesta escrita, me deixo inspirar por um trecho do livro *Mugido*, de Marília Kosby, onde, segundo ela:

[...] é desafiador para uma sociedade patriarcal agropastoril - que quer atribuir ao agronegócio a virtude por qualquer riqueza que apareça - quando alguém diz que seu esforço deu em palavras, em música, que não foi preciso explorar ninguém para que algo potente surgisse. Porque esse algo potente, quando está no corpo de uma mulher e age a partir dele, desorganiza, desordena,

⁴ Me amparo no termo “terra da soja”, reproduzido no cotidiano municipal, para dimensionar a centralidade dada ao cultivo da oleaginosa no território.

causa ruído nos retumbos da marcha do centauro dos pampas, que ainda se ouve por aqui (KOSBY, 2021, p. 37-38).

Encontro também inspiração na personagem Belonisia, através dos escritos de Itamar Vieira Junior (2019), no livro “Torto Arado”, quando ela se dá conta de que de sua boca poderiam sair muitas histórias que serviriam de motivação para seu povo, para suas crianças, para que mudassem suas vidas de servidão aos donos da terra, aos donos das casas na cidade. Então, nessa sociedade patriarcal agropastoril, como disse Marília, uso do que aprendi através do esforço de minha mãe e meus avós para que eu estudasse para relatar, juntamente com as(os) interlocutoras(es), histórias, experiências, teorias, práticas, enfim, narrativas outras que estão postas às margens da “terra da soja”.

A filósofa e historiadora belga Isabelle Stengers diz que o futuro comum é colocado em xeque pelos que empreendem na lógica operatória do capitalismo. Ela define, com a letra inicial em maiúsculo, Empresário como "aquele para quem tudo é oportunidade – ou, antes, que exige a liberdade de poder transformar tudo em oportunidade". A legitimidade do Empresário é chancelada pelo Estado e pela Ciência. Stengers também emprega Ciência com letra inicial maiúscula para designar a rejeição à ordem racional, onde o que é definido como plausível de ser considerado insere-se na objetividade que privilegia a ação dos Empresários. Face a tal conjuntura, outras formas de fazer ciências são classificadas como irracionais. Nestas circunstâncias, Isabelle nos impele, enquanto pesquisadoras(es), a participar da criação de respostas de que dependem um futuro não bárbaro. Além disso, explana o sentimento que é seu e de muitas(os) outras(os), a saturação das narrativas consensuais e silenciamento das lutas (STENGERS, 2015). Ela aposta no surgimento de "outras narrativas" como um anúncio de novos modos de resistências mediante o que chama de uma "economia do conhecimento". Em seus termos, trata-se de "[...] estimular o engajamento comum dos saberes, narrativas e experiências, que, no momento certo, talvez permitam não cair na armadilha" (STENGERS, 2015, p.112).

Em vista disso, escrevo para desorganizar, desordenar, tensionar e gerar incômodo, escrevo usando a raiva contra o sistema destrutor como propulsora para contar as histórias daquelas(es) que precisam romper inúmeras barreiras para simplesmente acessar direitos básicos. Escrevo desde o que experimento ser um não-lugar. Quer dizer, por vezes sinto que estou correndo atrás de tudo que não pude

aprender anteriormente, nesse caso a academia me lembra que o modelo de educação que reproduz o *status quo* é destinado para outras pessoas, que não eu. Em outros momentos, sinto o estranhamento e desconfiança das pessoas que conheço desde uma vida toda e hoje me veem com “outros olhos” devido ao conhecimento acadêmico que também carrego comigo. Entendo o último caso como reflexo da falácia de conhecimento teórico *versus* prático e do mito da superioridade do conhecimento científico.

Ademais, escrevo com as minhas inseguranças sobre a quão acadêmica e alinhada às normas é minha escrita, sigo escrevendo para me colocar frente a essas inseguranças, contra elas. Confesso que também escrevo com medo, com receio, evitando dar nomes a determinadas(os) personagens e interlocutoras(es), ponderando, (re)lendo meus escritos com cuidado em um exercício constante de atenção ao que está sendo contado, escrito, construído. Uso o medo como (auto)proteção contra a ira daqueles que estão do lado de lá, cheios das suas verdades, dos seus poderes, dinheiros, armas e violências, pois sei que não estão acostumados a serem contrariados, questionados e postos diante de narrativas que se opõe às suas hegemonias. Na conjuntura atual, diante dos ataques antidemocráticos apoiados e supostamente financiados por ruralistas, a violência tem se exacerbado e o cuidado se faz mais do que necessário.

Prospecto que a notícia sobre a temática de minha pesquisa nesse pequeno município possa causar certos burburinhos e até mesmo acusações de desamor ao território onde cresci. Portanto, uso a parcimônia para falar a quem pergunta sobre o que pesquiso, bem como, evito publicar explicitamente em minhas redes sociais sobre este trabalho. Nesse sentido, quando necessário, atribuir outro nome à(ao) interlocutor(a) é um recurso adotado a fim de contribuir para salvaguardar sua integridade, mas, mesmo assim, assumindo com e para elas(es) que a inexistência de riscos é uma falácia. Diante do exposto, até o presente momento, já se pode imaginar que não escrevo confortável e tranquilamente, pelo contrário, essa escrita exige de mim em sentidos que extrapolam o rigor, a seriedade e o comprometimento necessários para o fazer científico.

As palavras que escrevo saem das pontas dos meus dedos, de dentro de mim, para o teclado do computador, como uma semente que teima em fazer força para germinar, crescer e encontrar a luz do sol em um solo seco e com pouca matéria

orgânica. Escrevo revisitando memórias, dores, sentimentos, lembranças e sonhos que são meus, dos meus avós, da minha Mãe, das(os) interlocutoras(es). Escrevo para ressaltar que esse também é meu lugar, minha terra e que a necessidade de mostrar a diversidade e a beleza escondida (ou propositalmente ignorada) nas margens é urgente e indispensável ao ponto de ser latente e se materializar na presente dissertação.

Anna Tsing (2022), no livro “O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo”, nos conta que para o seu senso comum a floresta industrial do Oregon parecia ser um lugar onde não havia nada. Assim como ela, em Capão do Cipó, eu não via nada além da soja e das narrativas que ela enseja. A antropóloga estadunidense se espantou e se surpreendeu com o cogumelo que um jovem coletor lhe apresentou, foi tomada pelo desejo de continuar a investigação.

Nesse âmbito, indo ao encontro dela, pelos (des)encontros da vida, princípio minha investigação sobre este território e as vozes eloquentes (ou não) das margens, encontrando nelas o meu desejo de investigação. Similarmente, procuro nas ruínas do deserto verde da soja os entrelaçamentos e as pulsações que habitam as manchas de paisagem e que estão lá para serem examinados (TSING, 2022). Esse é um processo para, de acordo com Tsing (2022, p. 63) “[...] observar as margens indomáveis” em um território marcado pela produção de *commodities* agrícolas, tendo em vista as complexidades sociais, políticas, históricas e produtivas. Quer dizer, não se trata meramente de “nós” *versus* “eles”, mas, sim, de dar amplitude para que outras vozes também ecoem e, quem sabe, contribuam para a construção de possibilidades, territorialidades, modos de ser e viver que sejam outros.

Voltando à analogia das plantas, diria que se trata de criar as condicionantes para que as plantas espontâneas possam expandir seus espaços e cumprir com as suas funções, propiciando um solo mais fértil e aerado para germinarem espécies diversas de plantas.

Considerando as discussões estabelecidas até o momento, acredito que seja palpável que minha inserção nesse tema não se dá aleatoriamente. Longe disso, desde minha incursão pelo ambiente acadêmico, e antes dele, obviamente, tenho partilhado caminhos e descaminhos com muitas pessoas, algumas seguem comigo e outras não. Carrego mais afetos que desafetos, e mesmo dos desafetos carrego algo.

Em setembro de 2022, durante uma conferência da 4ª Mostra ObservaCampos *Meu corpo é terra-território* minha colega de programa de pós-graduação e de coletivo de orientação, a doutoranda Lilian Katchaki, disse que muitas forças a fizeram, ela não estava/caminhava sozinha. Desde então, penso sobre minha própria trajetória, sobre todas as forças que me fizeram e que seguem me fazendo ser quem eu sou, sigo pensando sobre todas as pessoas que partilharam momentos comigo, pessoas que me ensinaram algo novo, pessoas que me indicaram um livro, um filme, uma música, um artigo, uma poesia. Pessoas que me convidaram para sair a campo pelos rincões de São Borja, Santana do Livramento ou Capão do Cipó. Pessoas que conheci em visitas técnicas, voluntariados ou cursos de extensão. Sigo pensando sobre a minha família que inspirou essa dissertação, nas(os) professoras e professores queridos(as) do ensino médio, da graduação, da especialização e do mestrado. Aprendi com muitas pessoas até chegar ao PGDR.

Aprendi e aprendo com a Pâmela, minha orientadora, desde a primeira aula que tive com ela, na disciplina de Desenvolvimento Rural I. Em alguns momentos, fiquei desestabilizada, me vi diante de um cenário onde precisava repensar, rearticular o que sabia sobre ciência, feminismo, pobreza, ética em pesquisas, dentre outros temas. Pâmela não era minha orientadora, mas eu gostaria que fosse. Pensei muito sobre essa possibilidade, fiquei com receio, me vi perdida por um tempo, sem saber que rumo tomar. Ao final da disciplina de Teoria e Prática da Pesquisa Científica, já tendo comentários da Pâmela sobre meu projeto durante as apresentações na turma, tomei coragem, também por incentivo da minha e colega Júlia Ilha, e enviei um e-mail falando sobre minhas intenções em ser sua orientanda. Pâmela mais do que aceitou ser minha orientadora, me acolheu como orientanda, acreditando na força do que eu estava propondo e a partir disso estabelecendo uma relação orientadora-orientanda que não é hierárquica e autoritária. Ao contrário, em uma sutileza que é certa, me auxiliou a tecer os tantos fios sinuosos que conduzem a esse texto.

Tendo em vista todos os elementos autobiográficos e de dados secundários supracitados e discutidos acima é que surge a seguinte questão de partida: Como Capão do Cipó se constitui na “terra da soja” e que conflitos, resistências e narrativas são (re)construídas para além de uma suposta homogeneidade produtiva e sociocultural? Posto tal questionamento, o objetivo geral é descrever perspectivas não hegemônicas diante da consolidação da soja no município de Capão do Cipó, na

região das missões do estado do Rio Grande do Sul, a partir do reconhecimento de outros modos de vida e da descrição de conflitos, estratégias, narrativas e resistências. Nesse sentido, os objetivos específicos são subdivididos da seguinte forma:

- a) reconstituir o território a fim de reconhecer outros modos de vida que se sobressaem e situar a suposta homogeneidade produtiva e sociocultural em Capão do Cipó/RS em termos locais, regionais e globais;
- b) descrever conflitos ontológicos desencadeados a partir da consolidação da soja, bem como, as narrativas, estratégias e resistências engendradas por modos de vida dissidentes diante da atual configuração socio territorial e produtiva em Capão do Cipó/RS.

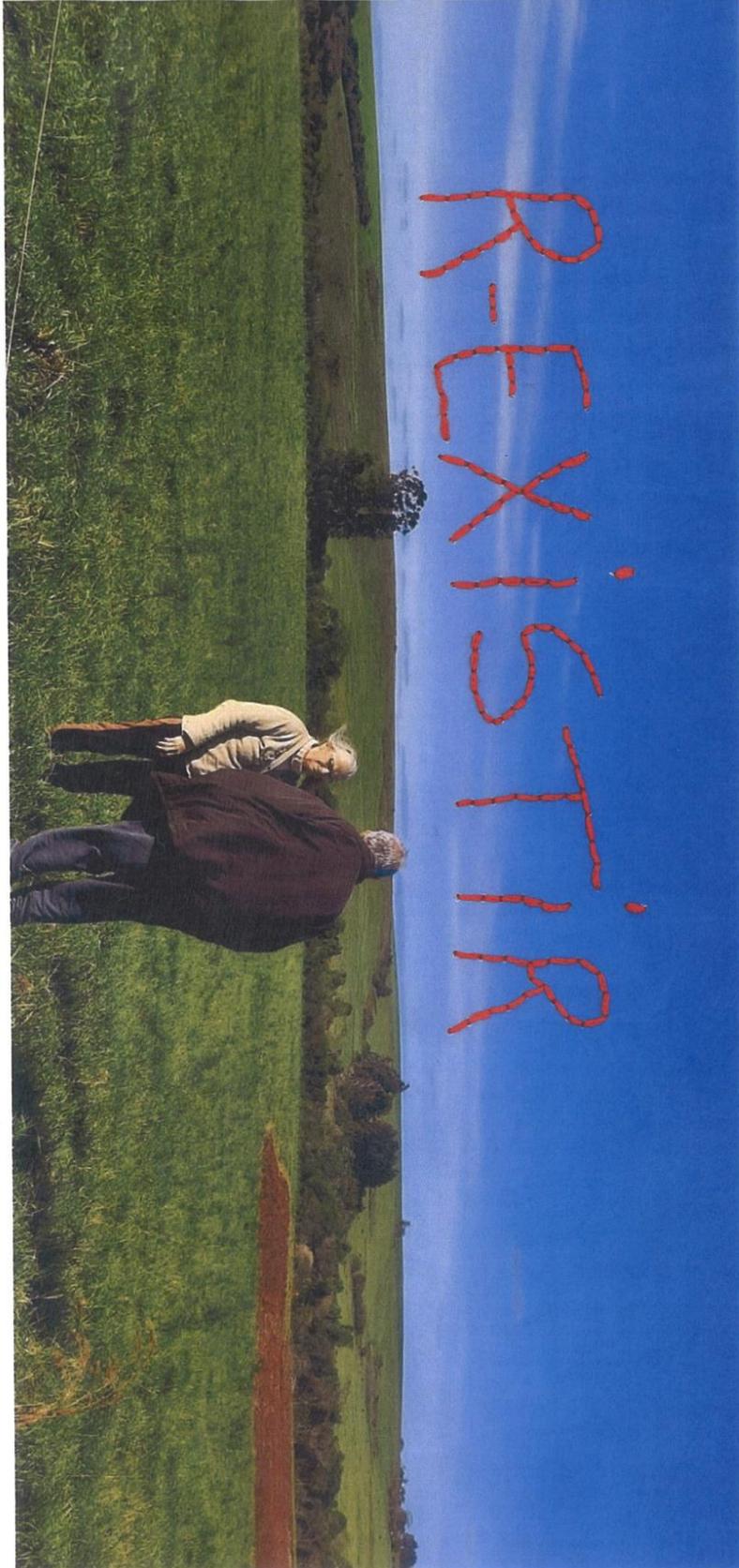
É tendo como subsídio as intenções delineadas e aludidas que o texto está organizado em um mosaico formado por quatro capítulos. Onde, o Capítulo 1 é composto pela descrição do percurso que me traz até a temática abordada, contextualização do território, perspectivas epistemológicas, questão de partida, objetivo geral e objetivos específicos.

No que tange ao Capítulo 2, é apresentado o percurso metodológico, correspondendo à tomada de decisões que culminaram no desenvolvimento da pesquisa e abordando procedimentos metodológicos, técnicas, delineamentos, entre outros recursos.

Por meio do Capítulo 3 são apresentados os resultados e discussões, subdivididos em subcapítulos que abordam os conflitos, narrativas, estratégias e resistências daquelas(es) que vivem na “terra da soja”.

No Capítulo 4, são apresentadas as considerações finais da pesquisa, retomando os principais pontos discutidos e apontando para novas perspectivas da/na pesquisa. Por fim, são apresentadas sistematicamente as referências utilizadas no decorrer do trabalho.

Figura 2 - R-existir



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 3 - Marca-passo



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 4 - Bordando histórias



Fonte: Arquivo pessoal.

2 BORDANDO HISTÓRIAS: PERCURSO METODOLÓGICO

Inicialmente, almejava apreender a temática desde as perspectivas de mulheres, em suas múltiplas formas de ser e experienciar esse território. Entretanto, em diálogos e (re)leituras pré-campo, ainda em 2021, me dei conta de que posso abarcar também as perspectivas de homens que estão às margens, salvaguardando as especificidades das questões enfrentadas pelas mulheres, suas distintas formas de resistências e (re)ações. Nesse ponto, o contato com o texto “Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial” de Ochy Curiel foi essencial pois pude entender que era possível tecer uma pesquisa feminista sem necessariamente dialogar “somente” com mulheres. Quando falo sobre os diálogos pré-campo, me refiro aos encontros com pessoas do território que resultaram em questionamentos sobre os rumos da pesquisa. Geraldo me inquietou a pensar sobre a perspectiva da luta pela terra, sobre o viver nas margens sendo um assentado da reforma agrária e militante. Aguielo, aos 96 anos, através das suas histórias sobre o modo de cultivar a terra, memórias dos mutirões comunitários para plantar, capinar e colher, e o orgulho evidente ao contar sobre a sua recusa em viver uma vida toda trabalhando na estância e a aposta na produção de alimentos para comprar seu próprio pedaço de chão me inspiraram a buscar compreender a constituição desse território em que ele nasceu e vive até hoje e que era tão diferente do que eu conheço. Mesmo assim, assumo o compromisso com o exercício de uma epistemologia feminista, nos termos defendidos por Ochy Curiel (2020), onde se dá:

- a) reconhecimento e a legitimação de “outros” saberes subalternizados;
- b) problematização das condições de produção de conhecimento.

Além disso, assim como Helena Silvestre, uso as leituras com as quais me alimentei e me alimento para abrir esses caminhos, sem estabelecer uma relação de autoridade com a teoria, ao contrário, usando da contraposição e da desconfiança para descortinar caminhos outros (SILVESTRE, 2021).

No delineamento teórico-metodológico, o livro “O cogumelo no fim do mundo: sobre as possibilidades de vida nas ruínas do capitalismo” de Anna Tsing (2022), anteriormente mencionado, assume especial importância nesta pesquisa. Encontro na escrita da autora a possibilidade de experienciar uma outra forma de fazer ciência, rompendo com algumas amarras epistêmicas e normativas. Nesse sentido, não

assumo o compromisso com a linearidade e a escrita estruturada com que tinha contato até o momento. Nas páginas iniciais de seu livro, Tsing assinala que os capítulos constroem uma assembleia aberta, não uma máquina lógica. Também assumo tal postura, deixando-me atravessar pelos encontros com pessoas e com a paisagem que tenho nesse campo da pesquisa que também é meu território. Em determinado momento da escrita pensei que poderia reorganizar os capítulos para que as histórias das(os) interlocutoras(es) seguissem uma ordem cronológica, contudo lembrei da prerrogativa de que não se trata de uma máquina lógica e optei por assumir o emaranhado que desvela narrativas sobre Capão do Cipó antes de ser “a terra da soja”, durante a transformação em “terra da soja” e já consolidado em “a terra da soja”.

Diferentemente de muitas(os) colegas, o território do campo de pesquisa não me é alheio e um mistério a ser desvendado, entendo que o movimento é apreender o território desde outros ângulos, nuances, descortinando outros horizontes, me pondo disponível para ver, ouvir, sentir e escrever outras narrativas. Me pondo diante do desafio de desbanalizar, desnaturalizar processos, acontecimentos e atores sociais plenos de potencial insurgente. Tsing (2022) também assinala que a intenção da etnografia é aprender a pensar sobre uma situação junto com as(os) informantes. Dessa forma, aprendi e sigo aprendendo a pensar sobre Capão do Cipó conjuntamente com as(os) interlocutoras(es) que, como eu, estão às margens, criando as condições para que as categorias da pesquisa surjam desde os encontros com elas(es).

Adotando a abordagem qualitativa, recorro à autoetnografia como um método da pesquisa qualitativa inserido no gênero etnográfico. Ellis (2004) e Holman Jones (2005) citados por Ellis, Adams e Bochner (2011) explicitam que a autoetnografia é uma abordagem de pesquisa e escrita que busca descrever e analisar sistematicamente a experiência pessoal para compreender a experiência cultural. Para Ellis, Adams e Bochner (2011) a autoetnografia enquanto método é ao mesmo tempo processo e produto pois são utilizados princípios da autobiografia e da etnografia. Sendo assim, usufruo da autoetnografia em associação a outras técnicas e métodos de pesquisa para dar conta das complexidades analíticas que demandam a temática da pesquisa.

Enquanto pesquisadora esquadrinho minhas memórias e sentimentos que são colocados em evidência ao estar novamente vivendo no território onde experienciei e vi minha família experienciar os infortúnios decorrentes das desigualdades sociais. Mais do que isso, trazendo ao âmago da pesquisa as experiências, narrativas e histórias de vida das(os) interlocutoras(es) para dar corpo às desigualdades raciais, étnicas, de classe, de gênero e sexualidade que caracterizam o habitar colonial na “terra da soja”. Ou seja, parto da escrita sobre mim e minha família para abarcar outras(os) sujeitas(os) que como nós estão localizados em grupos sociais marginalizados.

Silvio Matheus Alves Santos (2017) diz que a(o) autoetnógrafa(o) busca abarcar um público mais amplo e diversificado do que as pesquisas “tradicionais” atingem, e esforça-se para fazer das suas experiências pessoais uma experiência envolvente e significativa cultural e socialmente. Santos (2017) defende ainda a importância de reter o elo entre a dimensão da(o) indivíduo(o) e as questões macrossociais pois essas relações, conquanto expressas/vividas no plano micro, são sempre travestidas e/ou perpassadas por macroprocessos – culturais, políticos, sociais –, de onde extraem seus significados.

Experimentei a entrevista em profundidade como recurso metodológico que busca abarcar respostas a partir de experiências subjetivas das(os) interlocutoras(es) (DUARTE, 2006). Apesar da dinamicidade e flexibilidade desta técnica, cabe explicitar os procedimentos metodológicos. A tipologia adotada na entrevista em profundidade foi a aberta, tendo como ponto de partida uma questão ampla que originou as respostas que fluíram para as demais perguntas. Jorge Duarte (2006) aponta a existência de dois tipos básicos de amostras não probabilísticas para uso em entrevistas qualitativas: por conveniência ou intencional. No âmbito da pesquisa, as seleções foram de ambos os tipos. Quer dizer, as(os) interlocutoras(es) foram convidadas(os) pela proximidade e disponibilidade, além da representatividade e conhecimentos que possuem. Sendo assim, são informantes-chave. Abordando a entrevista em si, os locais e horários foram negociados, priorizando a disponibilidade das(os) interlocutoras(es) e a duração delas foi entre 45 minutos e 01h15min. O gravador do celular foi utilizado como instrumento de coleta e a transcrição integral das entrevistas foi realizada o mais breve possível, no mesmo dia, ou no seguinte, pensando na vivacidade da memória como essencial para a análise. Para tanto, o

mecanismo online e gratuito o *Transcribe* foi utilizado para auxiliar na sistematização da transcrição. A experiência com a técnica de entrevista em profundidade foi profícua e possibilitou um rico processo de aprendizagem desde as experiências e conhecimentos das(os) interlocutoras(es).

O diário de campo foi utilizado como instrumento metodológico para a reflexão e obtenção de dados a partir da “observação participante”. Ou seja, o registro no diário de campo se deu durante todo o processo da pesquisa, tanto para anotações de eventos, situações, informações, quanto para anotar ideias e inquietações que surgiam, priorizando realizar os registros o mais breve possível. Inicialmente, acreditei que um diário de campo online, a partir da criação de um documento no Google Docs seria mais útil, contudo, foi a versão física que me acompanhou no percurso da pesquisa. Bogdan e Biklen (1994) citados por Roese *et al.* (2006) referem que o conteúdo das notas/diário de campo consiste em dois tipos de materiais, sendo eles: o descritivo “em que a preocupação é a de captar uma imagem por palavras do local, pessoas, ações e conversas observadas”; e o reflexivo que é “a parte que apreende mais o ponto de vista do observador, as suas ideias e preocupações”. As duas possibilidades foram utilizadas conjuntamente, em um único diário de campo que foi descritivo e ao mesmo tempo reflexivo.

No início de 2023, tive contato com o texto “Ser afetado” de Jeanne Favret-Saada (1990), apesar de ter apreciado a leitura, naquele momento não fiz nenhuma reflexão elaborada a partir dela. Contudo, a expressão “ser afetado” ficou marcada na minha mente. Depois de um dia de trabalho na dissertação, já em março do mesmo ano, me peguei fazendo muitas autocobranças sobre o meu desempenho e sobre a amplitude do meu campo de pesquisa, pensei que deveria ter feito mais entrevistas, articulado mais questões, feito mais fotografias, entre outros agenciamentos. Foi nesse momento que o escrito de Favret-Saada me atingiu, pois caí em mim que fui arrebatadamente afetada pela pesquisa, pelo território, enfim por tudo que diz respeito a esse “universo”. As minhas expectativas sobre o campo de pesquisa simplesmente foram por água abaixo. Me dei conta de que idealizei o campo como se fosse uma recém-chegada ao território, trazendo comigo idealizações e querendo manter um certo distanciamento do “objeto de pesquisa”. A falácia da imparcialidade se desfez pois eu habito esse território, cresci nele, sou afetada por ele todos os dias. Dessa forma, minhas relações sociais influenciaram diretamente nos rumos da

pesquisa. As questões abordadas certamente seriam outras se o meu corpo fosse afetado por outros marcadores sociais. Favret-Saada (1990, p.160) diz que: “Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assume o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer”. Em seu trabalho sobre feitiçaria no Bocage francês, a autora conta que se deixou afetar pela feitiçaria e foi somente a partir disso que os(as) camponeses(as) aceitaram falar com ela. Ou seja, foi a partir do momento em que as reações escaparam ao seu controle e ela foi “pega” pela feitiçaria. Eles exigiam que ela experimentasse por conta própria, não apenas pela ciência, a queriam como parceira (FAVRET-SAADA, 1990). Nesse âmbito, o que fiz não se trata de uma observação participante nos termos habituais pois não apenas “participei” ou observei dos acontecimentos que constam no texto, fui afetada por eles (FAVRET-SAADA, 1990). Fiz parte das mobilizações sociais e políticas e mais do que isso, me senti parte delas, resgatando o que Favret-Saada chama de reabilitação da sensibilidade. Ao ser afetada e me colocar de forma sensível, certamente não dei conta das expectativas infundadas sobre produtividade no campo da pesquisa.

Há alguns anos, já tinha em mente fazer fotografias que retratassem o neoextrativismo da soja nessa região, focando no isolamento de algumas árvores, taperas e cemitérios diante da hegemonia da soja. O projeto não foi realizado, mas a intenção não se desfez. Portanto, nesta dissertação, retomo essa ideia e uso as fotografias para contar histórias, apresentar o território e demonstrar meu olhar enquanto pesquisadora/habitante nesta/desta terra. Os capítulos são iniciados com uma ou mais fotografias que podem ou não estarem relacionadas ao que será discutido na sequência. Deixo de lado o compromisso de utilizar legendas descritivas ao extremo e relego a interpretação da fotografia desde os conhecimentos e visões de mundo de quem está vendo, lendo a imagem. Nessa perspectiva, Susan Sontag defende que: “todas as fotos esperam sua vez de serem explicadas ou deturpadas por suas legendas (SONTAG, 2003, p.14). Para tanto, as legendas são concisas, mas estão presentes. O registro fotográfico foi utilizado como uma aposta no poder e potencial desta linguagem para compreensão das realidades sociais, tendo o ato de fotografar, nesse contexto etnográfico, levado ao seu limite como índice das relações construídas em campo na produção de retratos (BARBOSA, 2014). Contudo, conforme adverte Susan Sontag (2003), as intenções de quem fotografa não determinam o significado da foto, que seguirá seu próprio curso, ao sabor dos

caprichos e das lealdades das diversas comunidades que dela fizeram uso. Nessa perspectiva da pesquisa, a fotografia de uma área de vegetação nativa destituída para o plantio da soja, poderá ser lida como o desenvolvimento, progresso, e aumento do número de sacas de soja produzidas por hectare naquela terra. Ao passo em que pode ser lida como uma consequência do extrativismo predatório experienciado desde a invasão colonial, mas que atualmente assume outras características e dinâmicas, apesar de manter a base de primário-exportadora.

Com um dos interlocutores da pesquisa, as fotografias antigas foram utilizadas como um dispositivo de narrativas (OLIVEIRA; HERNANDEZ; BINKOWSKI, 2020). Aprendendo desde o trabalho desenvolvido pelas autoras, a fotografia surge como recurso e procedimento de pesquisa que é capaz de fazer fluir memórias e narrativas que evocam as relações com o lugar, com a paisagem, com as formas de vida e trabalho (OLIVEIRA; HERNANDEZ; BINKOWSKI, 2020). É nesse sentido que as fotografias do acervo pessoal do interlocutor servem para evocar memórias, sentimentos e pertencimentos, materializando em imagens histórias que me contou ao longo dos últimos dois anos e também propiciando outras contações de histórias, como pode ser apreciado no subcapítulo “Um coqueiro é uma vida”.

Aliado à fotografia, uso o bordado livre em algumas fotografias selecionadas e impressas como forma de transgredir a imagem, literalmente bordá-la, costurar com ela, intervir nela, marcando-a como algo que também me diz respeito, evocando outros sentimentos e/ou potencializando-os. Opto pela linha vermelha por ser uma cor quente, relacionada tanto à fúria, quanto ao amor, recordando intensidade e potência. A intenção de bordar as fotografias não surge aleatoriamente, ao contrário, nasce da relação com a costura que foi transmitida da minha bisavó ao meu avô e dele para mim, a costura à mão sempre esteve presente na minha família. Mais do que um *hobby*, a costura se fez presente por necessidade. Não sendo possível comprar roupas novas corriqueiramente, o conserto, o remendo e o reparo enquanto cuidado se faziam fundamentais, indo na contramão da sociedade do consumo onde (quase) tudo é descartável.

Há alguns anos, com o despertar para a importância da luta das mulheres, comecei a fazer bordados livres como uma temática feminista, como forma de transgredir o costume geracional de ensinar às mulheres a bordarem seus enxovais enquanto esperavam pelo casamento. Ademais, o bordado surge como uma forma de

autoafirmação e um saber-fazer que me permite aterrar as energias e estar presente naquele momento, enquanto cada ponto vai surgindo.

Nessa perspectiva, em sua dissertação de mestrado centrada na figura da artista contemporânea bordadeira, Juliana Padilha de Sousa (2019) apresenta o bordado como potência expressiva que possibilita um hibridismo entre linguagens que suscitam uma poética visual permeada de simbolismos. Segundo ela: "[...] o bordado é a arte das bordas: borda das feridas, da sexualidade, da domesticidade. Vive nas fronteiras, transbordando os conceitos pré-estabelecidos historicamente pela arte e traçando novas linguagens e pertencimentos" (SOUSA, 2019, p. 142). No caso do bordado nas fotografias, encontrei inspiração no trabalho da multiartista Milena Paulina¹ que realiza intervenção artística com bordado em fotografias que em sua maioria celebram corpos dissidentes.

Desde bem cedo, principalmente desde a adolescência, usufruo da escrita como uma forma de extravasar os sentimentos e palavras que não consigo demonstrar e falar. É nesse sentido que no decorrer dos capítulos e subcapítulos, surgem pequenos e despretensiosos poemas, como o que antecede o primeiro capítulo. Tais escritos que surgiram durante a pesquisa são mais uma maneira que evoco para me situar na temática apreendida e compartilhar o que senti, pensei e vivi durante o processo de construção da dissertação.

Para confeccionar os mapas que localizam e delimitam o município em relação aos demais, bem como situar sua inserção no bioma Pampa e demonstrar as modificações espaciais e temporais de cobertura e uso do solo em Capão do Cipó usufruí de meus conhecimentos como Gestora Ambiental e utilizei o QGIS, um Sistema de Informações Geográficas (SIG) gratuito e de código aberto desenvolvido pela *Open Source Geospatial Foundation* (OSGeo). Os dados de referência de cobertura e uso do solo em formato GeoTiff foram adquiridos através do projeto Mapbiomas. Para os mapas de localização, foram usufruídas as bases cartográficas do IBGE e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

¹ Artista não-binária, reside em São Paulo/SP. Seus trabalhos podem ser apreciados no instagram: @paulinaestaviva e adquiridos em: olhardepaulina.com.

Figura 5 - Os ventos do sul desestabilizam a ordem e o progresso.



Fonte: Arquivo pessoal.

*impérios imobiliários
habitados por infames
os donos das terras
constroem suas mansões
enquanto
os que trabalharam nas terras
padecem em seus
corpos-casas
em ruínas.*

Figura 6 - Onde campo, cavalos, laçadores, vaca mecânica e soja se encontram.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 7 - Limites entre a escola e a lavoura de soja no centro do município.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 8 - Depois da estiagem, Rincão dos Mamoeiro.



Fonte: Arquivo pessoal.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e suas respectivas discussões são apresentados nas seguintes subseções: 3.1, “A terra da soja”: reconstituição do território, onde constam dados sobre o município, bem como, aspectos sobre a sua formação sócio-histórica, visando a desconstrução da narrativa de homogeneidade produtiva e sociocultural e a compreensão dos processos que hoje caracterizam o território.

Na subseção 3.2, intitulada: “Aqui, trabalhadoras(es) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se (re)criam!”, é onde discorre-se sobre o discurso do Deputado Federal Sanderson na comemoração dos 22 anos de emancipação de Capão do Cipó, além de percepções referentes à minha inserção em ações políticas organizadas por integrantes do MST.

A subseção 3.3 tem como título: “Eles invadiram nosso território, nosso espaço, nossa família, nosso chão e hoje eles são tidos como heróis e donos daquela terra” e traz à tona a história de Débora, uma mulher que cresceu em Capão do Cipó e experienciou as mudanças decorrentes da introdução da soja em seu território.

Em “Enquanto eu puder arrastar minhas pernas eu vou estar passando conhecimento e exemplo”, subseção 3.4, Geraldo, assentado da reforma agrária conta sua trajetória no movimento, relembra a chegada em Capão do Cipó e expõe como é ser assentado na “terra da soja”. Por fim, Geraldo fala sobre as demandas dele e de parte das(os) companheiras(os) de luta.

Encerrando os resultados e discussões, na subseção 3.5, denominada como: “Um coqueiro é uma vida”, conto sobre meu encontro com o Sr. Aguielo e sobre seu modo de viver, usufruindo de fotografias antigas de seu acervo pessoal que desvelam relações e papéis sociais.

3.1 “A TERRA DA SOJA”: (RE)CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO

No exercício de evocar as transformações ocorridas na paisagem e compreender que povos historicamente habitavam/habitam o território, usufruímos, em parte, de preceitos metodológicos da teoria dos sistemas agrários¹. Sem a

¹ Essa escolha está amparada pela noção de anarquismo metodológico, de Paul Feyerabend (1989), que a evoca enquanto possibilidade de justapor ferramentas percebidas como distantes ou mesmo

intenção de apresentar aqui a sistematização completa da evolução e diferenciação dos sistemas agrários deste território, atividade já realizada na disciplina “Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários”, oferecida pelo PGDR sob a regência do Professor Dr. Lovois de Andrade Miguel e colaboração da Professora Dra. Daniela Garcez Wives e a Dra. Claudia Ribeiro, é evocada a perspectiva das relações sócio-históricas com a terra, na tentativa de desmistificar a homogeneidade produtiva e sociocultural. Adotando a noção defendida por Wives (2008), onde o enfoque sistêmico permite analisar as inter-relações de causa efeito entre os diferentes elementos e olhar a complexidade destas relações sem deixar de perceber as especificidades, tampouco a noção global, que estão imbricadas na realidade dos fenômenos. Assim, compreendendo que para reconhecer outros modos de vida na “terra da soja”, se faz necessário reconstituir a formação do território para compreender como ele se constrói e adquire as configurações atuais.

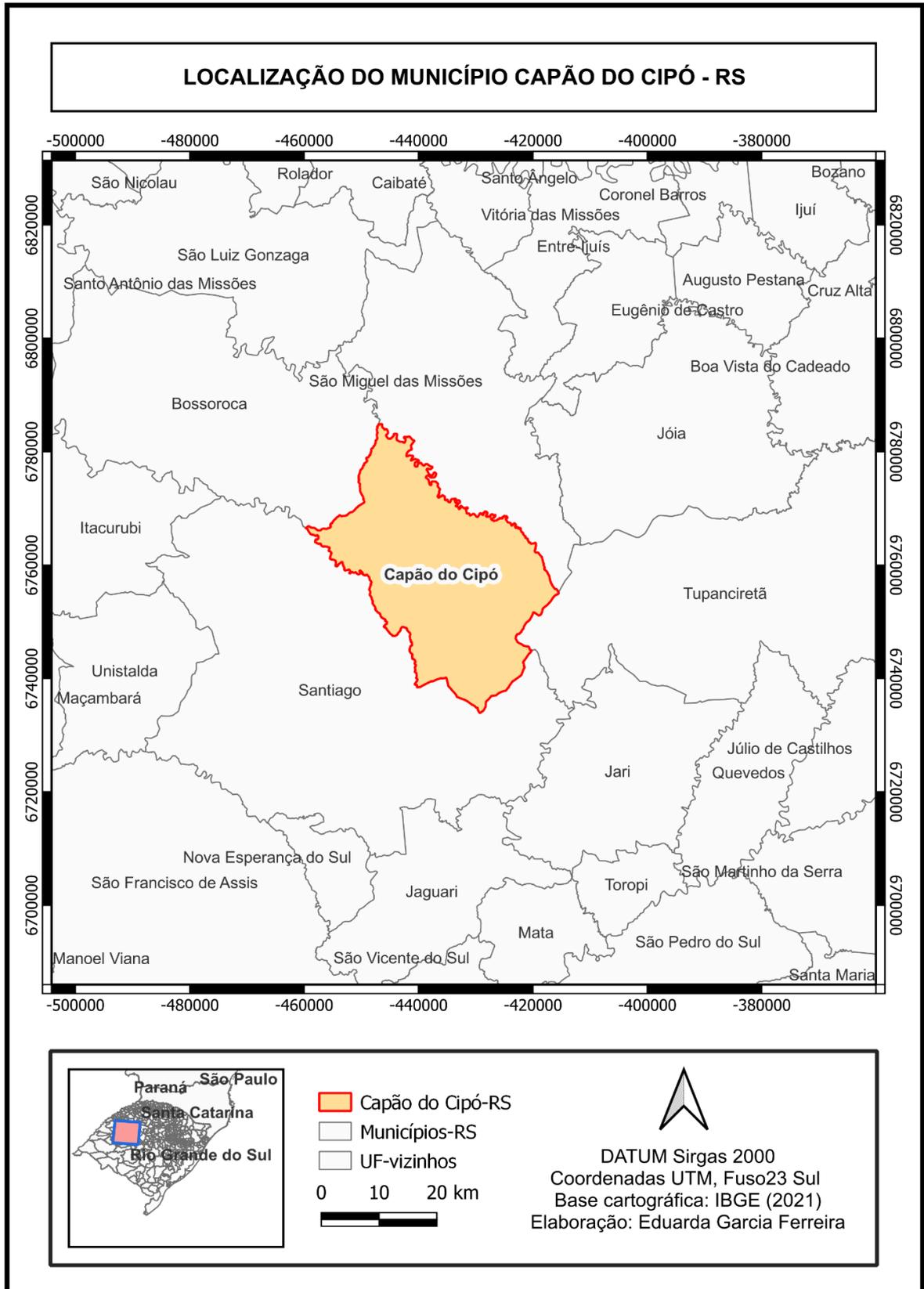
Nesse sentido, partimos da localização do município no cenário brasileiro e sul-rio-grandense. Capão do Cipó localiza-se na região das Missões, faz parte da Microrregião de Santiago e da Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense (Mapa 1). Além disso, pertence ao Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Jaguari do Vale do Jaguari, composto por nove municípios (Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda).

Na extensão territorial de 1.008,7 km² segundo os dados do Censo de 2010, a situação de domicílio se dá da seguinte maneira: 2.585 pessoas no contexto rural e 285 no contexto urbano. Diante de tal distribuição, nesse território, entende-se que rural e urbano não são categorias antagônicas e bem definidas, haja vista a dificuldade de traçar uma fronteira entre campo-cidade devido à característica agrícola predominante.

O município foi criado pela Lei nº 10.743, de 14/07/1996, com áreas que se emancipam dos municípios de Santiago, São Miguel das Missões e Tupanciretã, sendo constituída a sede do município a até então a localidade de Capão do Cipó. Apesar da criação em 1996, a emancipação político-administrativa ocorreu em 17 de abril de 2000.

divergentes, caso elas tenham força heurística, ou seja, capacidade explicativa com relação ao fenômeno que se quer mapear.

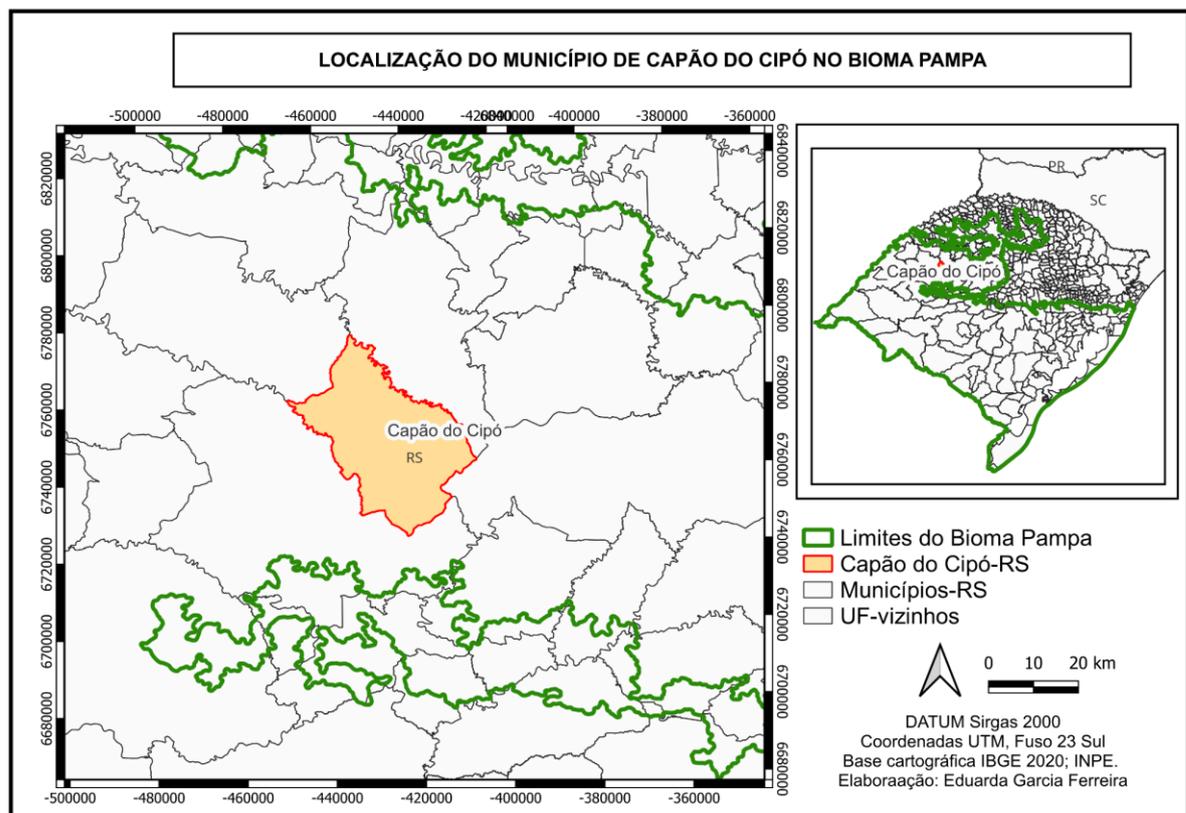
Mapa 1 - Localização do município Capão do Cipó/RS.



Fonte: Elaboração própria.

Capão do Cipó está inserido no contexto do Bioma Pampa, contudo, em uma zona de transição com o Bioma Mata Atlântica (Mapa 2), ocasionando em uma paisagem que mescla a vegetação dos dois biomas e é perceptível nas áreas de capões¹. A característica mencionada é corroborada em discussão sobre a toponímia regional ligada ao meio ambiente, onde Marcos Gerhardt (2015) argumenta que as denominações Muitos Capões, Capão do Cedro, Capão Bonito do Sul e Capão do Tigre (Bom Jesus), no Nordeste rio-grandense, denotam paisagens de mosaico formadas por campo e floresta, com predomínio do primeiro. Sendo que Capão do Cipó e Capão do Leão, têm o mesmo significado (GERHARDT, 2015). Nesse sentido, nota-se que as típicas áreas de transição entre Pampa e Mata Atlântica já há muito tempo estão transformadas, formou-se um deserto verde e os capões que deram nome ao município passaram a ser ínfimos. Onde anteriormente encontravam-se os capões, hoje predomina a soja.

Mapa 2 - Localização do município Capão do Cipó no Bioma Pampa.

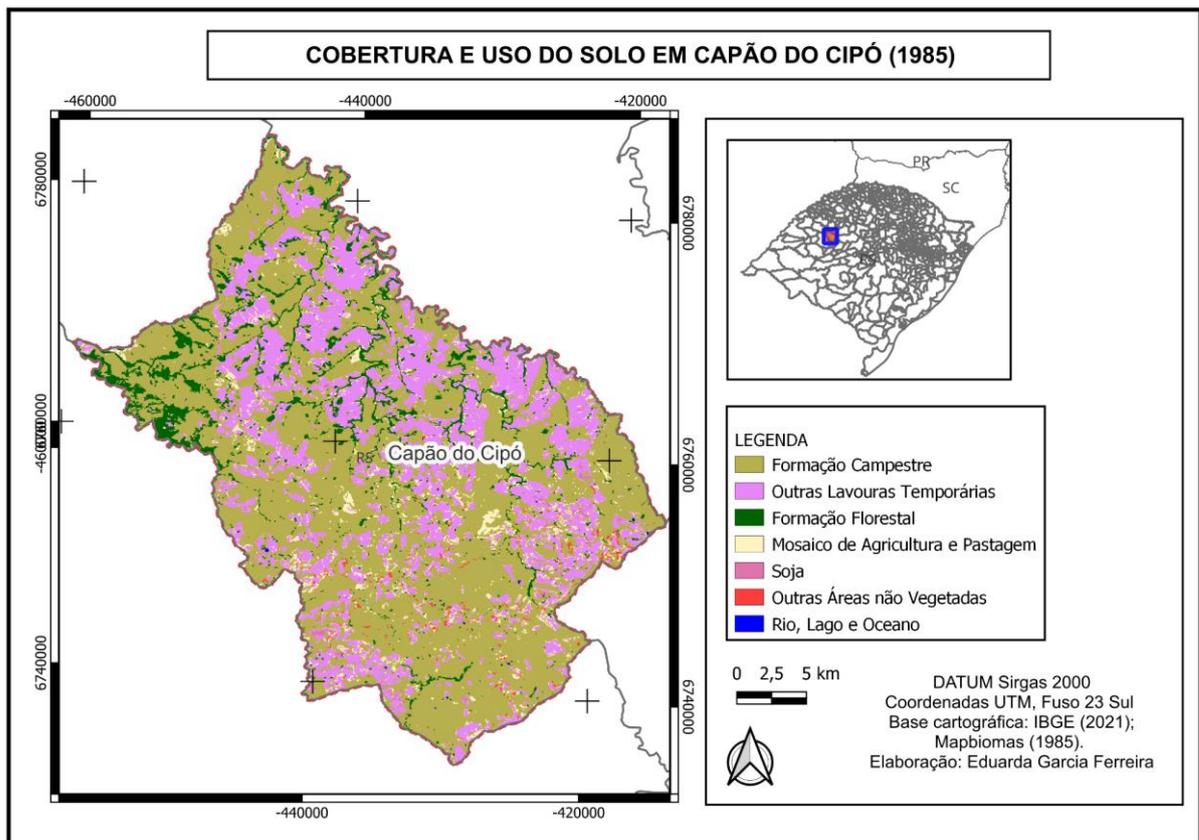


Fonte: Elaboração própria.

¹ Capões são, de acordo com o Wikipedia, uma formação vegetal típica do Brasil meridional (região Sul e centro-sul do estado de São Paulo). Consiste em um grupamento de vegetação arbórea cercada por campinas. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cap%C3%A3o>.

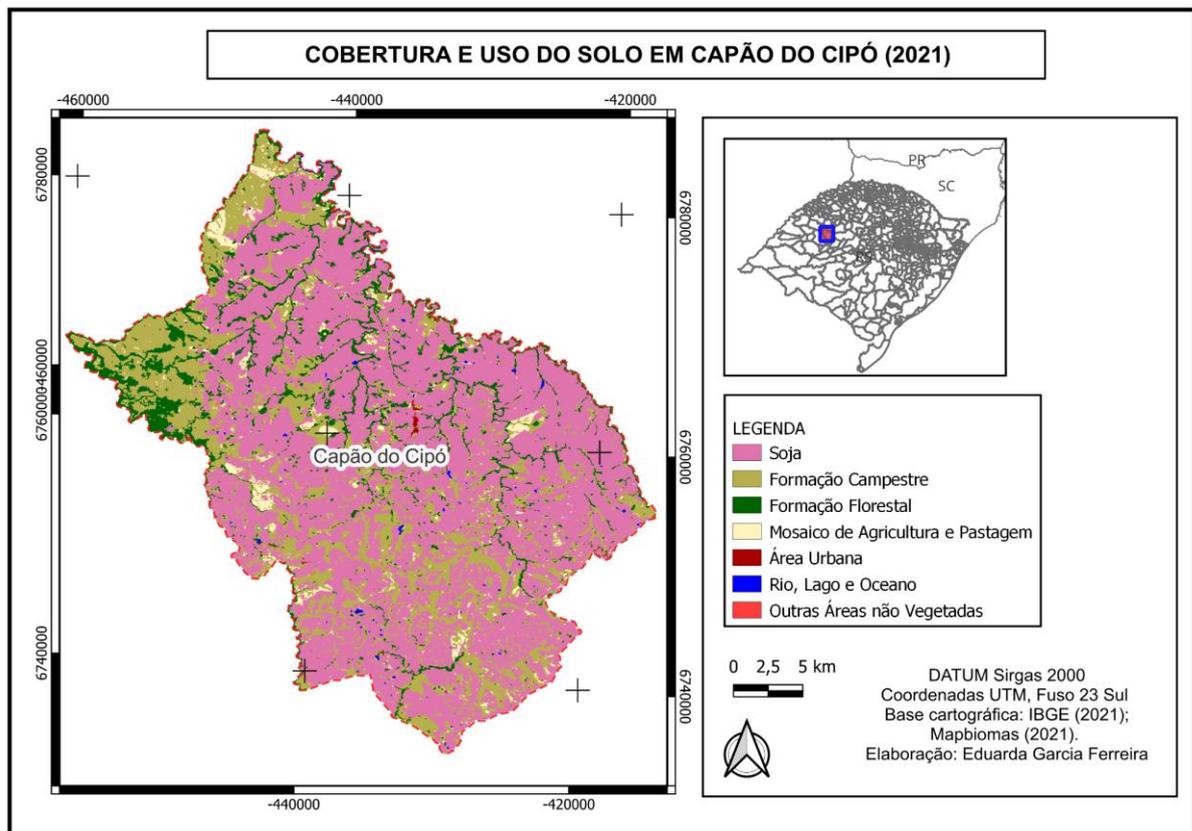
Tendo em vista os resultados do Censo Agropecuário 2017, divulgados em 2019, e considerando a divisão de utilização das terras em lavouras, pastagens, matas ou florestas e sistemas agroflorestais adotada pelo IBGE, foi constatado que as áreas matas ou florestas, subdivididas em naturais, naturais (Área de Preservação Permanente ou Reserva Legal) e florestas plantadas somam apenas 2.320 mil hectares. Dito de outro forma, a proporção de cobertura florestal é de apenas 2,32% da área total. Ainda dimensionando a consolidação da soja, partindo dos dados produzidos pelo mapeamento anual da cobertura e uso do solo pelo projeto Mappiomas, consta que no ano de 1985, a classificação “soja” foi identificada em 558 hectares do território. Já em 2021, 36 anos depois, a soja foi expandida para 64.388 hectares. Ou seja, houve um aumento da área plantada em mais de 115 vezes. Os mapas referentes aos anos de 1985 e 2021, demonstram a transformação temporal e espacial da soja no município (Mapas 3 e 4).

Mapa 3 - Cobertura e uso do solo em Capão do Cipó no ano de 1985.



Fonte: Elaboração própria.

Mapa 4 - Cobertura e uso do solo em Capão do Cipó no ano de 2021.



Fonte: Elaboração própria.

Partindo para a constituição do território, constatamos a existência de povos indígenas que teriam chegado nessa região por volta do século V. Trata-se principalmente de Guaranis que tinham na agricultura de subsistência (coivara), na caça, na pesca, no semi-nomadismo, nas artes em cerâmica e nas suas simbologias parte da (re)produção de seus modos de vida (LAROQUE, 2011). Eram cultivados o milho, a mandioca, feijão, batata-doce, abóbora, algodão, amendoim e fumo. Nas áreas de campo com solos de baixa fertilidade: caça, coleta de frutas, raízes e folhas de erva-mate (KERN, 2011). Em consequência da policultura guarani, o trabalho na terra se distribuía por todo o ano (SCHADEN, 1974).

Já por volta dos anos 1600, com a invasão colonial instituída pelas missões jesuíticas, se dá a derradeira alteração nos modos de vida indígenas, bem como, o genocídio desses povos habitantes do território. Por um lado, os jesuítas almejando catequizar e impor sua cultura aos Guaranis e por outro lado os bandeirantes na tentativa de escravização em canaviais. Com a instalação da missão de São Miguel na região foi trazido o gado, ocasionando em significativa mudança na vida dos povos

que aqui habitavam. Com a necessidade de abandonar a missão devido a conflitos com os bandeirantes, o gado foi deixado e passou a se procriar livremente (LAROQUE, 2011). Em decorrência do forçado processo de migração, o gado que tinha sido trazido pelos jesuítas, ficou solto e passou a viver e procriar livremente pelas áreas de campo. Quando voltaram à missão, os jesuítas encontraram um quantitativo de animais muito maior do que haviam deixado. Em 1682, com o retorno à margem esquerda do Rio Uruguai, jesuítas espanhóis criaram os chamados sete Povos das Missões (LAROQUE, 2011). Nesse período, se dão as mudanças mais drásticas, pois os padres condicionam parte dos Guaranis a abandonar as florestas e viver nos espaços onde foram instalados os povoados missioneiros. Malcom Ferdinand (2022) denomina “habitar colonial” uma nova e violenta forma de habitar a Terra que passa a existir com a colonização europeia das Américas. Para ele, os atos pelos quais o homem colonial institui seu habitar colonial constituem os fundamentos, são eles: a apropriação da terra; o desbravamento e o massacre de ameríndios e as violências infligidas às ameríndias (FERDINAND, 2022).

Expressões culturais indígenas foram exterminadas pelos jesuítas e outras passaram a conviver com as advindas da cultura cristã-europeia desde que o habitar colonial se instalou. Modificaram-se as relações afetivas, as formas de morar/viver, as formas de cultivo, hábitos alimentares, práticas espirituais, entre tantas outras (KERN, 1985). A redução de São Miguel, onde hoje localiza-se o município de São Miguel das Missões, divisa com Capão do Cipó, era a mais populosa de todas as reduções, chegando a 4.195 pessoas, divididas em 1.057 famílias, no ano de 1690 (PORTO, 1954). Cabe indicar inclusive a divisão das pessoas em famílias nucleares como advinda do habitar colonial instituído pelos jesuítas. No tempo referido, foi realizada a introdução do arado puxado por boi e a substituição da antiga horticultura de corte e queimada por uma agricultura em moldes europeus, realizada em campo aberto. A proteína animal, anteriormente obtida pela caça, foi substituída pela pecuária e pelo consumo em larga escala da carne bovina devido a inserção do gado na região (KERN, 1985). De acordo com inventário dos jesuítas, em 1768, na redução de São Miguel, discriminou-se a quantidade de 20.228 bovinos, 2.095 equinos, 164 muares e 1.691 ovinos (PORTO, 1954). A coleta persistiu no extrativismo da erva-mate, inicialmente nos ervais nativos e posteriormente em ervais artificialmente plantados (KERN, 1985).

Torna-se relevante destacar que não há a pretensão de simplificar as dinâmicas que se deram nesse período, tampouco corroborar com narrativas limitadoras das agências e resistências guaranis nesse território. Ainda nesse sentido, ao usufruir limitadamente da noção de sistemas agrários, não se busca adotar a compreensão de evolução no sentido moderno/ocidental/colonial em que as missões assumiram o ponto de partida da civilização de povos indígenas. Ao contrário, pretende-se elencar as mudanças em seus modos de vida como forma (re)lembrar que essa não era uma terra abandonada e vazia de povos e usos e que a homogeneidade sociocultural não é fidedigna. Aqui, o desafio que se impõe é o de não aderir à linearidade que os sistemas agrários assumem, corroborando para narrativas desenvolvimentistas e que acabam por ignorar a existência de povos, como os indígenas, que seguem habitando esses territórios em áreas drasticamente reduzidas. Portanto, se trata mais de historicizar e apontar para rupturas e (des)continuidades decorrentes de diversas dinâmicas sobre os povos e as paisagens. Nessa perspectiva, cabe situar a existência da Aldeia Indígena Tekoá Koenju, ou então Reserva Indígena Inhacapetum, área habitada por Guaranis e Guaranis Mbya em São Miguel das Missões. A área que o Governo do Estado criou através do Decreto 40.483 em 30/11/2000 é de 236 hectares, onde vivem aproximadamente 180 pessoas (ISA, 2023). Considerando que a área de 122.962 hectares do município de São Miguel das Missões, a reserva indígena ocupa 0,19% do território, retratando a redução étnica e territorial das(os) habitantes originárias(os).

Retomando a historicização, com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, se deu a guerra guaraníca e o conseqüente genocídio indígena na região e também remoção de milhares para a Aldeia dos Anjos, em Gravataí, levando à drástica diminuição populacional na redução de São Miguel. Já no início do século XIX, em 1801, os portugueses em não cumprimento do Tratado de Santo Ildelfonso, conquistaram efetivamente o território dos Sete Povos das Missões e expulsaram os militares espanhóis que administravam as reduções, já em estado de decadência. O abandono das reduções deixou como herança um grande rebanho de gado, cavalos e ovelhas, que se criaram livres sobre os campos nativos, se constituindo em um atrativo econômico para os portugueses, acarretando na amplificação principalmente da pecuária (TESCHE, 2007).

Foi a multiplicação do gado xucro deixado pelos jesuítas que tornou o território do atual Rio Grande do Sul em um espaço de interesse. O sentido econômico desses

animais é assegurado pela descoberta das minas (gerais), permitindo uma renovação da economia colonial em crise pela decadência da produção de açúcar (SILVA NETO; BASSO, 2005).

Com o início do século XIX, a coroa Portuguesa, preocupada com a hegemonia na região, distribuiu a soldados e militares, terras, através das sesmarias (TESCHE, 2007). Sesmaria foi o latifúndio onde se desenvolveu a pecuária no Brasil, mas mais do que isso, conseguiu ser o centro irradiador político e social e núcleo formador de patriarcado rural na estância (SANTI, 2004). Denota-se esse período como um marco para a concentração de terras, ou seja, os latifúndios na região e o elitismo agrário. Nesse sentido, de acordo com Márcia Eckert Miranda:

A doação de terras privilegiou militares, comerciantes de animais e pessoas ligadas à administração colonial, originando as grandes estâncias controladas por homens que consideravam a manutenção e a expansão do território não apenas sua obrigação para com a Coroa, mas uma imposição para a segurança de sua propriedade e para a expansão de sua riqueza e influência (MIRANDA, 2011, p.1).

Haja vista tais configurações, somadas à Lei de Terras, de 1850, a terra passou a ser propriedade e ao mesmo tempo conformar a branquitude sul-rio-grandense, ao passo em que consolidou a mão-de-obra nas estâncias composta por pessoas subalternizadas pelo processo colonizador. Nessa conjuntura, é relevante destacar que a criação da Lei 601 de 1850, conhecida como Lei de Terras, coincide com a abolição do tráfico negreiro no Brasil (CAVALCANTE, 2005). Mais do que isso, Gadelha (1989) situa que a Lei de Terras e a abolição do tráfico são marcos para o desenvolvimento capitalista brasileira. A autora aponta que se incumbiu à Lei de Terras a tentativa de reter trabalhando nas terras os(as) recém libertos(as). Dessa forma, tentando impedir a dispersão destes(as) pelo território nacional e o acesso à pequena propriedade (GADELHA, 1989).

Diante de tais enquadramentos, é fundamental não deixar omitida a utilização de mão-de-obra escravizada nas estâncias. Helen Osório (2005) nos alerta que contrariando certa romantização sobre latifúndios pecuários fronteiriços manejados por peões livres, mais da metade das estâncias eram mistas, ou seja, dedicavam-se simultaneamente à pecuária e à agricultura, mediante significativo uso de mão-de-obra escravizada, assumindo características peculiares e desmistificando a tradicional historiografia brasileira que julgava a escravização incompatível com a pecuária

extensiva (OSÓRIO, 2005). Mais do que isso, Leandro Goya Fontella (2015) expõe que é possível conjecturar a necessidade de se dispor de trabalhadores estáveis externos ao grupo familiar, até mesmo entre os produtores mais modestos, na região das Missões, fazendo com que se formasse um importante contingente populacional escravizado já no princípio do povoamento luso-brasileiro, nas primeiras décadas dos anos 1800. Os dados levantados por Fontella (2015) indicam que se consolidou um núcleo populacional estável de pessoas escravizadas na região e que estas(es) cumpriram um papel fundamental na estrutura produtiva da região e na conformação das hierarquias sociais.

No decorrer do tempo, já volta de 1920, a pecuária se consolidou e, conseqüentemente, a privatização da terra, perceptível no aumento do uso de cercas para delimitar as propriedades e na marcação dos animais. Com campos menos férteis que os da Campanha, e longe dos portos, das charqueadas¹ e do centro de poder riograndense, as estâncias do Planalto defrontaram-se com dificuldades maiores que as da Campanha, da Depressão Central e das áreas próximas de Rio Grande e Pelotas. Silva Neto e Basso (2005) alerta que os estancieiros do Planalto se beneficiaram em menor grau dos impactos positivos do desenvolvimento das charqueadas e mais tarde da instalação dos frigoríficos (pós 1914).

Apesar de manter o desenvolvimento baseado na pecuária, a crise de 1929 exigiu a diversificação da economia brasileira. Somado a isso, o governo após-30 objetivava a integração do mercado pela articulação das economias regionais. Em um contexto em que se dá a crise do minifúndio colonial, dado o aumento populacional e o esgotamento do solo, difundia-se a ideia de que a agricultura era mais rentável que a pecuária. Assim, começa-se a apostar na agricultura, para além da subsistência, principalmente no cultivo de arroz, trigo, milho e outros gêneros alimentícios (PESAVENTO, 2014).

Com o início da modernização produtiva e o foco no plantio do trigo, foram acentuadas as desvantagens já existentes. De acordo com Sandra Jatahy Pesavento:

¹ A origem de Charqueadas está ligada ao charque (carne bovina seca e salgada). Charqueadas eram os locais onde se fazia o charque, a partir do final do século XIX. Os tropeiros conduziam o gado até a foz do Arroio dos Ratos, afluente do rio Jacuí. Ali o gado era abatido e a carne transformada em charque. Depois era transportada pelo rio Jacuí até Porto Alegre e para outros centros do País e do exterior. Fonte: <https://www.charqueadas.rs.gov.br/historia>.

Tanto no setor agrícola como no pecuário, era muito baixa a remuneração do trabalho. Na fazenda de criação, os peões não recebiam uma remuneração sistemática. Parte do salário era pago não em dinheiro, mas através do direito à moradia e ao uso de pequenas extensões de terra para produção de gêneros de subsistência. Entretanto, o completo cercamento dos campos e a introdução de alguma tecnologia nos métodos criatórios foi fazendo com que houvesse menor necessidade de braços para a criação. Acentuou-se, com isso, o processo de êxodo rural, que já se manifestava desde os anos 30 (PESAVENTO, 2014, p.114).

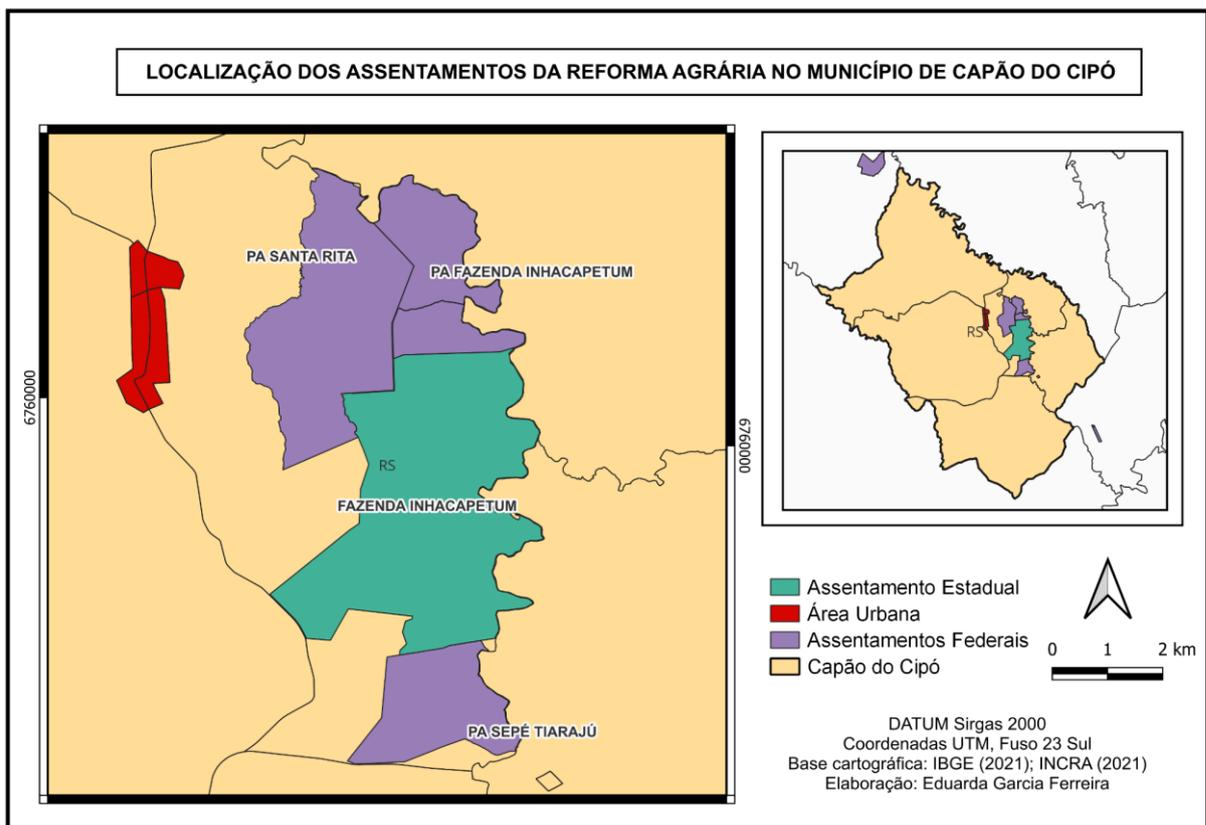
Cabe aqui ressaltar o impasse que se impõe ao descrever processos históricos em Capão do Cipó, devido à localização na zona de transição entre biomas, ou seja, mesmo diante da histórica predominância dos campos naturais, as dinâmicas não são as mesmas existentes na Campanha Gaúcha, dado que se trata de outra região geográfica, o Planalto, onde as zonas de formação arbórea também compõem a paisagem. Tampouco as dinâmicas são as mesmas daquelas onde ocorre a Mata Atlântica onde em outros tempos as matas eram proeminentes. Como já mencionado anteriormente, os capões faziam parte da formação vegetal, inclusive dando origem ao nome do município. Nestas circunstâncias, assumo as lacunas que se impõem complexamente no percurso de desvelar a constituição desse território, sem me eximir, entretanto, da busca por fontes que ilustram mais fielmente as condições de constituição territorial.

Com o processo de modernização da agricultura brasileira a partir da década de 60, desencadeiam-se novas formas de relações comerciais, processos produtivos e estruturas sociais. Nesse contexto, falando especificamente sobre Capão do Cipó, se deu a instalação de cooperativas e mais recentemente a instalação de empresas do setor no agronegócio. A primeira delas, a cooperativa tritícola, já extinta, foi fundada em Santiago no ano de 1956. Esse momento histórico é marcado pela passagem de uma agricultura do chamado “complexo rural” para uma dinâmica comandada pelos “complexos agroindustriais” (GRAZIANO DA SILVA, 1998), ou seja, o desenvolvimento do mercado interno no capitalismo (divisão social do trabalho) (NESKE, 2009).

Mais recentemente, se deu a instalação de 4 assentamentos da reforma agrária (Mapa 5), contabilizando mais 200 famílias assentadas, entre 1987 e 2003. São três os assentamentos federais: Santa Rita, Inhacapetum (14 de julho) e Sepé Tiarajú. O assentamento estadual, último a ser instalado consta como Fazenda Inhacapetum ou Inhacapetum nos registros oficiais, contudo, as(os) assentados(as) referem-se ao

território como Assentamento Nova Esperança. A instalação dos quatro assentamentos, que ocupam conjuntamente aproximadamente 3.800 hectares de área em Capão do Cipó, não acarretou expressiva diminuição da concentração de terras no território, apesar da importância política e social desse marco no município. A área ocupada pelos assentamentos Santa Rita, 14 de julho, Sepé Tiarajú e Nova Esperança ocupam menos de 5% da área total do município. Cabe evidenciar que em novembro de 2021, o INCRA entregou a 85 assentadas(os) da reforma agrária os títulos de suas terras.

Mapa 5 - Localização dos assentamentos da reforma agrária.



Fonte: Elaboração própria.

É importante pontuar que para a elaboração do mapa, foram utilizadas as bases de dados em formato *shapefile* do INCRA, além dos setores censitários do IBGE. Apesar disso, a área do assentamento Nova Esperança (descrito como Fazenda Inhacapetum na base de dados e classificado em cor verde no mapa) não constava nos dados do INCRA pois trata-se de um assentamento estadual. Nesse impasse, busquei os certificados de imóveis junto ao Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), desenvolvido pelo INCRA. Assim, no QGIS, transformei a feição correspondente a

área do assentamento estadual em camada vetorial, o que permite a visualização no mapa acima. A estrutura fundiária demonstra a concentração de terras expressiva no município, conforme podemos observar na Tabela 1. É relevante apontar que os grupos de área total foram (re)agrupados, visando uma melhor sistematização, no banco de dados eles começam em “Mais de 0 a menos de 0,1 ha” e vão até “De 10.000 a mais”, ambos zeros absolutos em Capão do Cipó. Pode-se verificar que as propriedades acima de 500 hectares até mais de 1000 hectares ocupam mais de 69% da área total do território. Nota-se também que propriedades com 4 módulos fiscais ocupam 17,71% da área. Em Capão do Cipó, cada módulo fiscal² equivale a 35 hectares, logo, de acordo com a tipificação instituída pela Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em fins técnicos, aqueles(as) que detém mais de 140 hectares não são agricultores(as) familiares. Dessa forma, o quantitativo mais expressivo, 81,65% da área é ocupada por médios(as) e grandes proprietários(as).

Tabela 1 - Estrutura fundiária de Capão do Cipó com base nos dados de 2017.

Tamanho das propriedades (ha)	Prop. (nº)	%	Área (ha)	%
Produtor(a) sem área	4	0,75	0	0
Menos de 5	33	6,21	82,1	0,1
De 5 a menos de 20	200	37,66	2.824	3,75
De 20 a menos de 50	133	25,04	3.532	4,69
De 50 a menos de 100	44	8,28	3.191	4,23
De 100 a menos de 200	28	5,27	3.721	4,94
De 200 a menos de 500	30	5,64	9.529	12,65
De 500 a menos de 1000	38	7,15	27.151	36,05
Mais de 1000	21	3,94	25.275	33,55
Total	531		75.305	

Fonte: Adaptado de IBGE (2017).

Consta nos dados do Censo Agropecuário 2017 que a área total dos estabelecimentos agropecuários no município é de 88.133 hectares. Contudo, como podemos observar na tabela acima, o somatório da área total aparece como 75.305 hectares. Isso se deve ao fato de que nos dados apresentados no banco de tabelas estatísticas do IBGE é utilizada a letra “X” para determinar um valor ou número inibido para não identificar os(as) informantes. No banco de dados, são três os estabelecimentos citados que estão agrupados na classificação “De 2.500 a menos

² Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município. Fonte: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>.

de 10.000”, contudo, a área em hectares está ocultada. Apesar disso, os dados permitem estimar que as três propriedades somam conjuntamente 12.828 hectares, assim chegando aos 88.133 hectares da área total.

Ainda no sentido de dar dimensão ao território, os dados do Censo Agropecuários de 2006 e 2017 apontam para transformações concernentes ao uso da terra em nível local. Por exemplo, como já citado, no último Censo Agro (2017) o plantio da soja chegou a 294 estabelecimentos municipais, enquanto no ano de 2006 a soja foi produzida em 306 estabelecimentos (IBGE, 2006). Apesar de praticamente dobrar a produção, que chegou a 90.579 toneladas em 2006, onze anos depois o número de propriedades onde a oleaginosa é cultivada reduziu. Nesta circunstância, a venda de propriedades e o conseqüente incremento dos latifúndios surge como hipótese. Nos dados divulgados em 2006, o uso de agrotóxicos por propriedade foi contabilizado em 56,36%. Já em 2017 o Censo Agro registrou que 59,69% dos proprietários de estabelecimentos agropecuários fizeram uso de agrotóxicos em seus cultivos. Atualmente, dada a organização produtiva em torno do cultivo da soja, tem-se conhecimento da instalação das seguintes empresas do setor do agronegócio no município: Agrofel, Agrosolo, 3 Tentos, Agropan, AgroBio e Coopatrigo. Salienta-se ainda que algumas das empresas citadas possuem mais de uma filial dentro dos limites municipais.

Considerando as particularidades do município, Basso et al. (2018), identificam duas microrregiões em Capão do Cipó. A microrregião 1 é denominada pelos autores como sendo de “região de agricultura capitalizada”, ou seja, prevalece a agricultura extensiva, o relevo levemente ondulado que facilita a mecanização, os solos profundos, a densidade demográfica relativamente baixa, predomínio da soja e do milho e as propriedades de médio e grande porte. Contrastando, apresentam a microrregião 2 como a “região de agricultura familiar”, abrangendo principalmente os assentamentos da reforma agrária e tendo como características principais o relevo mais ondulado, com presença de pedras, unidades de produção entre 10 e 30 hectares, baixo nível de capitalização da produção e maior diversidade de produções (BASSO et al., 2008).

Haja vista a divisão por microrregiões apresentada, pode-se problematizar dois pontos principais:

- a) a microrregião “menos favorecida ambientalmente” foi destinada a reforma agrária no processo de distribuição de terras, denotando os privilégios

historicamente relegados a elite agrária e a cumplicidade do Estado com atores hegemônicos;

- b) a aplicabilidade dessa divisão tão bem explicitada pelos autores, quer dizer, apesar das características elencadas, o cultivo da soja também é presente nos assentamentos e o arrendamento das terras para esse fim é uma prática difundida.

*“além de pobre, se acha”, cresci ouvindo essa frase.
 o que está por trás dessa afirmação?
 qual lugar é esperado que seja o do “pobre”?
 ser “pobre” é ruim? o que é ser “pobre”?
 o “pobre” precisa ser subserviente ao “rico”?
 o “pobre” precisa ser humilde, manso e subordinado?
 o “pobre” deve aceitar com gratidão as migalhas despendidas em supostas “boas ações” dos ricos?
 o “pobre” tem que aceitar que seu corpo, sua força de trabalho e até mesmo seus posicionamentos políticos estejam subordinados aos “ricos”?
 quais limites são definidos para o “pobre”?
 até onde o “pobre” pode chegar sem que ofenda a ordem pré-estabelecida?
 “Ordem e Progresso”, diz na bandeira brasileira. ordem para manter os “pobres” gerando o progresso dos “ricos”?
 EU, “POBRE”, NÃO ME ACHO! SOU!
 sou ciente de que nenhum “rico” irá ditar onde devo estar, como devo agir e o que devo falar, por ser “pobre”.*

Figura 9 – Recepção.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 10 – Apresentação.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 11 - Ocupar praça pública.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 12 - Geraldo e a defesa da democracia.



Fonte: Arquivo pessoal.

3.2 AQUI, TRABALHADORAS(ES) DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) SE (RE)CRIAM!

No dia 21/04/22 Capão do Cipó comemorou seus 22 anos de emancipação política em uma festa na Praça Rubem Machado Lang, iniciando com um passeio ecológico ciclístico pela manhã e perdurando até a noite, com atrações que foram desde sorteio de bicicletas, distribuição de lanches, apresentações musicais tradicionalistas gaúchas, brinquedos infantis e encerramento com *show* musical gaúcho. O público presente na festa era significativo, considerando o tamanho do município, estimado em mais de 500 pessoas. Estavam presentes munícipes e pessoas convidadas, entre elas políticos da direita ou extrema direita da região que dada a proximidade do período eleitoral, apresentavam-se como pré-candidatos a cargos de deputado estadual e federal. Com a chegada dessas figuras políticas na Praça, os olhares voltaram-se para eles, que passaram a cumprimentar algumas pessoas enquanto seus assessores filmavam e fotografavam. São figuras com presença corriqueira devido às alianças com outras figuras políticas locais. Algumas pessoas foram cumprimentadas por eles e algumas outras fizeram questão de ir até eles e registrar em foto o encontro. Não obstante, inevitavelmente também receberam olhares de desconfiança, desprezo e descontentamento das(os) que não compactuam com suas ideologias e/ou estão desacreditadas(os) da política.

Com o início das apresentações de música gaúcha e evangélica, os políticos se aproximaram do palco para assistir aos artistas, dada a ênfase gauchesca, era notável que muitos homens estavam vestidos de pilchas, notável também que próximo ao palco e aos políticos estavam principalmente homens que se mantinham em pé rindo, bebendo e bajulando os convidados. Das apresentações musicais ufanistas e que destacavam a cultura tradicionalista, destaco uma que me parece interessantíssima e sintomática, infelizmente não recordo da letra o suficiente para nomear seu título e atribuir a devida autoria, entretanto, recordo perfeitamente da ideia central que foi transmitida.

A pessoa que interpretou a música anunciou que a escolha por ela se deu pois representava seu município. A letra falava, em linhas gerais, sobre o amor à pequena cidade e à família, além de repudiar aquelas(es) que vinham de fora com seus ideais de modernidade para destruir as tradições. Mas, de que modernidade a intérprete falava? Cabe questionar, onde se planta soja com o uso dos mais tecnológicos

maquinários agrícolas, usa-se agrotóxicos, sementes transgênicas, sistemas avançados de irrigação e dispõe-se de expansivos complexos agroindustriais para estocagem e beneficiamento de grãos não há “modernidade”? Certamente, a música não foi escolhida para repudiar essa “modernidade”. Implicitamente dizia-se que Capão do Cipó é um lugar conservador, onde preza-se pelo arranjo familiar nuclear e cis heterossexual, que todas as pessoas pensam, agem e (re)produzem seus modos de vida dentro desse modelo, além disso, com a canção deixou-se subentendido que essa é a norma, que aquelas(es) que não estão inseridos nessa normatização não são parte do que se entende como sendo a comunidade. Ademais, pode-se dizer que implicitamente defendia-se um modelo de produção característico da sociedade moderna, que aqui é representado pelo cultivo da soja em larga escala. Quer dizer, a narrativa de monocultura produtiva e sociocultural se mostrou através da canção, dado o contexto da letra e das ideologias de quem interpretou.

Nesse enredo, há uma relação de constituição mútua entre esses dois processos, de modo que os projetos de unidade cultural e de homogeneização da paisagem agrícola estão efetivamente entrelaçados (HOLLIVER, 2021). Diante desse cenário, a unidade cultural é figurada como sendo branca, cisgênero, heterossexual e cristã, ao passo em que a paisagem homogênea é o deserto verde ou amarelado, dependendo do ciclo da soja. A idealização de unidade cultural avança para violentar vivências e experiências dissidentes da unificação e a paisagem vai sendo modificada para aumentar a produção, ocasionado em mais desmatamentos, dessecação de banhados¹ e redução das áreas plantadas com alimentos. É nessa perspectiva que Gabriel Holliver (2021) chama a atenção para as similaridades entre os projetos de padronização e melhoramento genético presentes nos modelos agrícolas e de monocultura e as teorias da nação que têm por finalidade reduzir as diversidades a uma pobre unidade nacional. Em mutualidade, os dois projetos tentam reduzir um contínuo de modulações a uma homogeneização laminadora, apesar disso, a unidade tende para vulnerabilidade e as diferenças continuam a proliferar (HOLLIVER, 2021).

Dialogicamente, Malcom Ferdinand (2022) coloca em evidência as diferenças entre os processos de globalização e mundialização. O primeiro compreendido

¹ De acordo com Junk et al. (2013) “áreas úmidas (banhados no Rio Grande do Sul) são ecossistemas na interface entre ambientes terrestres e aquáticos, continentais ou costeiros, naturais ou artificiais, permanente ou periodicamente inundados ou com solos encharcados. As águas podem ser doces, salobras ou salgadas, com comunidades de plantas e animais adaptados à sua dinâmica hídrica.”
Fonte: http://www.comitesinos.com.br/arquivos/guia_identificacao_banhados_web.pdf

enquanto extensão totalizante, a repetição padronizada em escala global de uma economia desigual, destruidora de culturas, dos mundos sociais e do meio ambiente. Diferentemente, a mundialização nos convida ao agir político de um viver-junto, o horizonte infinito de encontros e partilha.

Evoco aqui um escrito de Anna Tsing (2015) em “Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras” para trazer à tona a força das diversidades humanas e não humanas que seguem contrariando as expectativas e manifestando-se:

A diversidade, biológica e social, se amontoa defensivamente em margens despercebidas. Em selvas urbanas, bem como nos recantos rurais, ainda ferve o amontoado de diversidade que os planejadores imperiais tendem a considerar excessiva (TSING, 2015, p.193).

No decorrer do evento, chegou na Praça uma figura até então desconhecida por mim e por boa parte das pessoas com quem conversei depois da festa, o Deputado Federal Ubiratan Antunes Sanderson, policial federal em seu primeiro mandato pelo Partido Liberal (PL). Sanderson, apoiador do, hoje, ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, chegou acompanhado por um secretário municipal que articulou a visita e buscava conseguir uma emenda de 600 mil reais para compra de maquinários agrícolas para sua secretaria. Na praça, o secretário de obras tratou de apresentar o deputado a pessoas específicas, apoiadoras de Bolsonaro e ligadas ao agronegócio. Cabe destacar que a maioria das pessoas presentes no evento não pertencia ao que chamo de elite agrária local, quer dizer, proprietários(as) de grandes extensões de terras, aqueles(as) que se dedicam à sojicultura. Dado o contexto de festa popular, estes(as) estavam presentes em número reduzido no dia. Chegada a hora dos discursos em homenagem aos 22 anos do município, antes de subirem ao palco, segundo pessoa integrante da administração pública em programa de rádio local, avisaram que os pré-candidatos não falariam, mas Sanderson teria dito que ele falaria pois já é deputado federal e iria destinar uma emenda ao município e, portanto, teria o direito de fala. Em seu discurso, Sanderson alegou que compraria fuzis e metralhadoras para a Brigada Militar acabar com (as)os assentadas(os), pois, segundo ele, em Capão do Cipó, “vagabundo do MST não se cria”. A fala violenta e representativa das opiniões dos grupos que o elegeram não foi recebida passivamente, inúmeras(os) assentadas(os) e apoiadoras(es) do movimento imediatamente começaram a vaiar o deputado, mandando que se retirasse e que

respeitasse as centenas de assentadas(os) que vivem no município, que lutaram pela terra e garantiram a emancipação político administrativa. Inicialmente, o deputado exigiu que as pessoas se calassem e o respeitassem, mas dada a organização das pessoas contra sua violência, acabou por pedir desculpa por “algumas palavras mal colocadas”, segundo ele. O pedido de desculpas não foi suficiente e Sanderson precisou sair do município escoltado pela Brigada Militar.

O ato de resistência contra um pronunciamento violento, elitista e armamentista repercutiu em toda a região, chegando inclusive a ser mencionado no jornal Zero Hora, de ampla circulação no estado. Após o evento, no dia seguinte, Sanderson declarou em suas redes sociais que:

Na tarde de ontem, em visita ao município de Capão do Cipó/RS, falando na praça da cidade a 500 pessoas num evento alusivo aos 22 anos do município, fiz registro (entre outros registros) de que a Brigada Militar da cidade precisa receber armamento condizente para ter condições de “botar vagabundo do MST, que invade terra, a correr. Que não podem se criar”. A partir daí, tive que sair escoltado pela Brigada Militar, ameaçado e xingado por dezenas de pessoas, porque muitos dos que ali estavam são simpatizantes do MST e não admitem que o MST seja identificado como um grupo organizado para invadir propriedade privada, o que se constitui em grupo criminoso que age contra a lei invadindo propriedades privadas, etc. (SANDERSON, 2022).

A reprodução na íntegra da nota divulgada pelo deputado se dá com a intenção de demonstrar que o discurso proferido em praça pública não foi meramente “palavras mal colocadas” como ele disse pouco antes de ser escoltado para fora do município. Longe disso, sua declaração sobre o ocorrido reforça a narrativa de criminalização do MST e reafirma que as(os) assentadas(os) são criminosas(os), bem como as(os) simpatizantes desse movimento que desde a década de 80 luta pelo direito à terra e contra a injustiça agrária em um país estruturalmente desigual. Por meio da nota, Sanderson também reafirma seu pacto com aqueles(as) que estão ao seu lado, no mesmo espectro político, seja em Capão do Cipó ou em outros municípios, prova disso é a sua reeleição em 2022, com votação expressiva. No município em questão, o deputado reeleito pelo PL fez 121 votos, aumentando expressivamente o número alcançado em 2018, quando fez 35 votos. Esse acréscimo no número de votos pode ser compreendido como a concordância dos setores do agronegócio e conservadores com o discurso de abril de 2022 e com o projeto político defendido pelo deputado federal.

As características do município agrário, os posicionamentos políticos daqueles(as) que estão no poder local, a atmosfera criada desde as músicas cantadas e a movimentação de demais representantes de defensores do *status quo* político-social brasileiro podem ter contribuído para dar confiança e legitimidade suficientes para o deputado dizer o que disse. Mais do que isso, no Brasil, no decorrer dos últimos anos, a política de morte instituída pela extrema direita é perceptível e sentida sobre os corpos daquelas(es) que são principalmente pessoas empobrecidas, indígenas, mulheres, negras(os), LGBT's, imigrantes, integrantes de movimentos sociais populares, entre tantas outras identidades subalternizadas, invisibilizadas e violentadas quotidianamente em diferentes e múltiplos âmbitos. Ou seja, o discurso de Sanderson endossa o coro de um campo político que atualmente tem na figura de Jair Messias Bolsonaro a sua referência nacional.

Aqui podemos falar em necropolítica e necropoder para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte (MBEMBE, 2016). Achille Mbembe (2016) nos alerta que o exercício da soberania se dá mediante o controle sobre a mortalidade e definição da vida enquanto implantação e manifestação do poder. Além disso, o autor demonstra especial preocupação com formas de soberania cujo projeto central não é a luta por autonomia, mas a instrumentalização generalizada da experiência humana através da destruição material de corpos humanos e populações (MBEMBE, 2016). Sob tal égide, o discurso de Sanderson pode ser entendido não como uma luta dos latifundiários por autonomia frente aos assentados da reforma agrária, visto que os primeiros são os detentores de centenas a milhares de hectares de terra. Trata-se da tentativa, naquele momento discursiva, de exercerem sua soberania por meio da definição daqueles que possuem corpos dignos para viver e aqueles que não possuem que, portanto, não podem, não devem, se criar, assim como as ervas daninhas não devem.

Analisando a necropolítica do Bolsonarismo - defendida como a mais nova face da extrema-direita brasileira nas primeiras décadas do século XXI - Guilherme Ribeiro (2020) aponta que Bolsonaro usou verbal e visualmente a violência e foi aplaudido pelo Bolsonarismo. Para além disso, Ribeiro cita como uma das características da necropolítica Bolsonarista o culto à violência física, ainda que em termos retóricos, como resolução de todos os males, dos econômicos aos "morais" (RIBEIRO, 2020). Em suas palavras, "uma estrutura de pensamento em que a violência dos gestos, das palavras e dos atos justifica-se seja em nome da salvaguarda de valores culturais,

éticos, morais e religiosos, seja em nome da nação como um todo” (RIBEIRO, 2020, p.478).

Apoiada na Psicologia Política, Aline Reis Calvo Hernandez (2021) apresenta o conceito de Viropolítica, usando como núcleo de análise o “fenômeno Bolsonaro”, no contexto da pandemia de COVID-19, situação que colocou em evidência o despreparo de um “sujeito desequilibrado e virulento”, o então presidente Bolsonaro, no governo do país. O fenômeno Bolsonaro, denominado por Hernandez (2021) como Vírus B-17 denota a capacidade viral do fenômeno político que desde a psicossociologia percorre seis analisadores B, são eles:

- a) bannon;
- b) banalização;
- c) bíblia;
- d) boi;
- e) bala;
- f) balbúrdia.

A análise dos ocorridos na comemoração do aniversário de emancipação política de Capão do Cipó em 2022, permite apontar para uso da Bíblia enquanto legitimadora de um discurso LGBTfóbicos encrustado em músicas interpretadas na ocasião. Soma-se o B alusivo ao Boi, manifestado por meio das músicas e do discurso de Sanderson. Por fim, o B de Bala evocado pelo discurso de Sanderson coloca em cena a apologia às armas e a propagação da violência (HERNANDEZ, 2021). Apesar disso, Hernandez traz à tona a capacidade social de produzir anticorpos ante ao Vírus B-17. Ou seja, segundo ela, “nossos medos, faltas e angústias abrem passo à capacidade de oposição, de re-existência, trabalho e ação, a fim de reerguer uma base social democrática radical” (HERNANDEZ, 2021, p.432). Dessa forma, aquelas e aqueles que estavam na praça e re-existiram ao discurso de Sanderson podem ser lidas(os) como anticorpos lutando, re-existindo, contra o Vírus B-17.

Voltando ao ocorrido em praça pública, me causa interesse as reações e discursos que sucederam à aparição do deputado. De modo geral, políticos prontamente repudiaram o pronunciamento e apoiaram as(os) assentadas(os). Entretanto, o repúdio me pareceu ameno e fraco dada a seriedade e significativa violência do discurso. Considerando a majoritária bancada da direita e ligada ao agronegócio, cabe o questionamento sobre a veracidade e as intenções por trás do repúdio incipiente. Nesse sentido, é interessante desvelar que nos assentamentos

encontram-se colégios eleitorais decisivos para eleger, ou não, representantes políticos. Ainda nessa ponderação, cabe a reflexão sobre o impacto causado pela mobilização social, que levou à escolta do deputado federal para fora do município, sobre aqueles(as) que integram a elite agrária local e que integram os principais espaços públicos de tomada de decisão. Quem saiu vitorioso nesse embate de forças? em um primeiro momento, levando em conta a rua como cenário decisivo, o MST pois, literalmente, colocou o deputado para correr. No entanto, se levarmos em conta o cenário eleitoral, vemos que o deputado capitalizou com essa cena. Ou seja, ambos se fortaleceram em cenários distintos.

Que anseios a organização e resistência popular contra um discurso de extermínio enseja sobre aqueles(as) que estão do mesmo lado que Sanderson? Nesse caso, o recuo foi perceptível, apesar das declarações ambíguas e esquivas dadas em rádios locais, postadas em redes sociais e reproduzidas em espaços públicos nas semanas que sucederam a comemoração de aniversário de emancipação política de Capão do Cipó. A tentativa de minimizar e amenizar o ocorrido, além da investida instantânea de silenciamento das vozes que se levantaram não passaram despercebidas por mim, longe disso, se mostraram típicas daqueles(as) que ao menor sinal de demonstração do vigor popular tentam calar vozes e erradicar as práticas que (re)agem aos seus atos e discursos violentos.

Enfim, compreendo que o ocorrido descortina a força, resistência e uma narrativa contra hegemônica no que chamam de “a terra da soja”. Neste dia, as(os) assentadas(os) demonstraram que a narrativa da homogeneidade não é legítima, demonstraram que não estão alheias(os) e apáticas(os) às violências, que farão suas vozes serem ouvidas, que não aceitarão a política de marginalização de movimentos sociais como o MST, que não aceitarão a violência contra seus corpos de braços cruzados, em praça pública.

Alguns meses depois, já em janeiro de 2023, a praça central torna-se novamente palco político onde as(os) assentados(as) mobilizaram um ato público em defesa da democracia, haja vista os atos antidemocráticos e terroristas ensejados pela extrema direita diante da vitória legítima de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais em outubro de 2022. Diante do ataque à democracia e a destruição de bens públicos no Superior Tribunal Federal (STF), Palácio do Planalto e Congresso Nacional, surgiu a proposta de fazer uma mateada na tarde do dia 13 de janeiro, onde um grupo de pessoas reuniu-se para discutir a conjuntura da política brasileira e para

reafirmar a importância da manutenção do Estado Democrático de Direito. As faixas pedindo que não seja dada anistia a quem ataca a democracia brasileira e as bandeiras do MST e do Partido dos Trabalhadores (PT) postas na praça chamaram atenção das(os) que passaram pelo local e viam um(a) ato/manifestação pacífica(o) e autêntica(o). Além do papel fundamental de demonstrar que há uma base local vigilante e atenta na defesa da democracia na “terra soja”, a expressão popular organizada pelos(as) assentados(as) constituiu-se em uma forma legítima e importante de defender a democracia e de socializar ideias e concepções sobre a política em nível local e nacional.

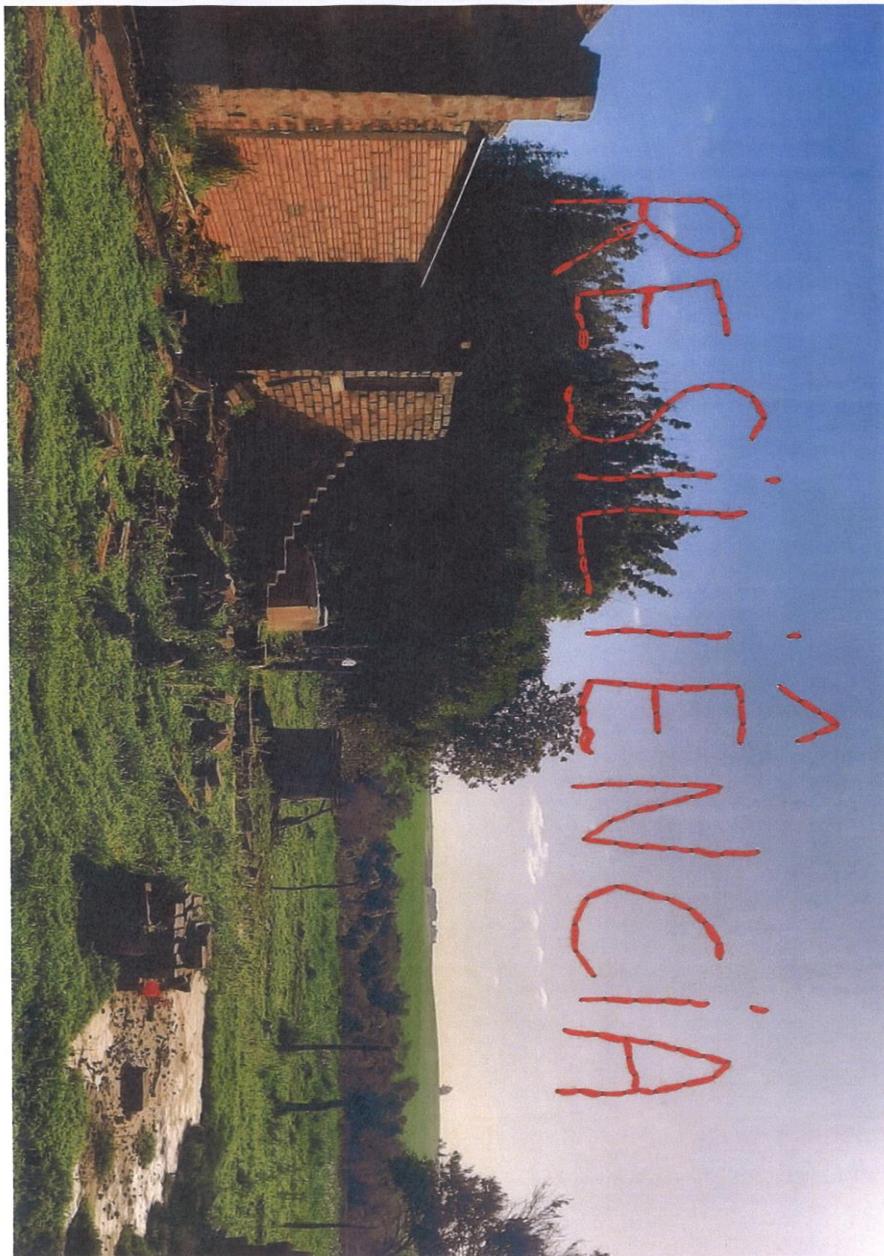
A escolha pela praça, espaço central em frente a prefeitura municipal, não deve ser esvaziada de significado. A praça ocupada com coragem e ousadia, com o acúmulo de forças vindas do episódio do aniversário do município torna visível a questão abordada e cria um ponto de encontro em torno de uma pauta em comum, possuindo ainda a possibilidade de aumentar a conscientização pública para a promoção da democracia e da participação cidadã. Podemos falar também que por parte do MST houve uma aposta na democracia feita na praça, na rua, de modo público, transparente, aberto e sujeito ao antagonismo. Esses acontecimentos vão marcando o corpo da cidade, vão brotando e cercando o centro, interpelando-o.

Assim, a roda de chimarrão, a mateada, também entra em cena para desempenhar um papel de socialização, integração, partilha e conexão entre as pessoas que passam as cuias de mãos em mãos. Aqui se dá uma recuperação do sentido da mateada, capturado pelo gauchismo hegemônico. Não se trata, entretanto, da roda de mate guarani original, que se dá em silêncio meditativo, na primeira hora do dia. Mateia-se, nesse momento, também como modo de, em algum momento da roda, ter a cuia em mãos e, com ela, silenciar a fala, ser todo-escuta do outro. Ou seja, mateada como modo de estar junto aberto e atento ao diálogo, compondo, assumindo riscos. Foi no dia da metrada que estreitei laços com Geraldo, organizador do ato, com quem já dialogava desde 2022. Ou seja, foi a mateada e o compromisso com a defesa da democracia que nos aproximou ainda mais e contribuiu para a sua colaboração como interlocutor da pesquisa, feito que pode ser contemplado nos capítulos que sucedem.

Por fim, entendo que as(os) assentadas(os), com o ocorrido em abril de 2022, trouxeram à tona, novamente, que Capão do Cipó somente se emancipou, pois, as mais de 200 famílias assentadas foram determinantes para a vitória desta luta política.

Com o ato/manifestação em janeiro de 2023, as(os) assentadas(os) mantêm seu compromisso democrático e ocupam simbolicamente o território onde a política de morte foi reivindicada sobre os seus corpos. O que se sobressai nas situações abordadas é a que a existência das(dos) assentadas(os) nesse território também é determinante para a construção de narrativas que não são homogêneas, simplistas e deterministas sobre a constituição e (re)produção de um território e suas territorialidades. Aqui, trabalhadoras(es) do MST se (re)criam e (re)constroem narrativas múltiplas!

Figura 13 - Resiliência (ruínas da casa dos meus bisavós).



Fonte: Arquivo pessoal.

3.3 “ELES INVADIRAM NOSSO TERRITÓRIO, NOSSO ESPAÇO, NOSSA FAMÍLIA, NOSSO CHÃO E HOJE ELES SÃO TIDOS COMO HERÓIS E DONOS DAQUELA TERRA”

Esta seção nasce do encontro/entrevista com uma interlocutora que possui ligações com o território desde o final da década de 70, ou seja, as falas remontam às suas vivências na década de 80 e 90. Meu encontro com ela não é ocasional, nossa relação existe de longa data. Quer dizer, o encontro/entrevista realizado no dia 26 setembro de 2022, na sua residência, é a rememoração de diálogos que já tivemos em inúmeros outros momentos em que sequer existia a pretensão de realizar tal pesquisa. Mas, mais do que isso, no momento do encontro/entrevista, enquanto tomávamos chimarrão, nossa conversa caminhou por outros rumos, coisas antes não ditas foram despejadas em um tom que transpareceu sentimentos vívidos que não se dissipam através do tempo e do espaço. Como já mencionado, preservar a segurança e privacidade da interlocutora é imprescindível e parte do compromisso ético desta pesquisa. Sendo assim, eu e ela pactuamos que seu nome será preservado, assim como o nome da localidade onde cresceu e viveu parte de sua vida em Capão do Cipó, além dos nomes de seus familiares. Convidei a interlocutora a escolher o nome que gostaria que aparecesse nesses escritos e ela me disse que gostaria que eu utilizasse o nome Débora pois significa “Mãe do Povo”, remetendo a alguém que deseja somente o bem para as pessoas, que zela e cuida do povo.

Dada a nossa aproximação prévia e também pretendendo o distanciamento dos engessamentos que podem ocorrer em entrevistas estruturadas, a entrevista aberta foi adotada, privilegiando a contação de histórias através de “perguntas-chave” que surgiram conforme iniciamos o diálogo e que se desenrolaram em tópicos que Débora se sentiu confortável para abordar. Nesse sentido, o compromisso ético não se limita a dar privacidade somente ao não usar seu nome legítimo, expande-se para uma escuta sensível em que nuances são percebidas e os limites da interlocutora são estritamente respeitados. De forma prática, por exemplo, ao perguntar sobre suas vivências enquanto mulher em meio às forças do agronegócio, senti que ela não gostaria de entrar em profundidade nesse assunto. Diante disso, mudamos o rumo da conversa e seguimos falando sobre outros temas. Outros acordos tecidos entre nós dizem respeito à autorização para gravar o encontro para posterior transcrição e a

leitura do texto que redigi para que Débora sinalize suas impressões e possíveis desconfortos. Assim que a primeira versão do texto da nossa conversa ficou pronto, fui até ela novamente com o documento impresso e deixei para que pudesse ler e dizer suas impressões. Débora me pediu para suprimir algumas falas sobre a relação dela e da família com os sojicultores pois temia que a identificassem a partir dessas declarações. Sendo assim, o texto apresentado a seguir está de acordo com as condições que eu e Débora estabelecemos.

Em linhas gerais, apesar da não estruturação do nosso diálogo/entrevista, após a transcrição, ficaram delineadas as categorias, que são desenvolvidos na sequência em subdivisões, são elas: “3.3.1 “Então, tudo isso eu via e eu me sentia muito feliz””: relações humanas e não humanas com o território,” onde são discutidas as relações com o território antes da introdução da soja. Em “3.3.2 “Eu não chamo eles de outras pessoas, eu chamo eles de invasores””: rupturas relacionais”, são apresentadas as mudanças decorrentes da chegada de outros atores no território. No item “3.3.3 “Era como se o meu pai fosse o empregado e nós fossemos junto adeptas a isso também””: relações trabalhistas com os sojicultores” são trazidas ao debate as relações sociais e trabalhistas. Por fim, no item “3.3.4 “Nós somos o oposto deles e vamos continuar sendo. Eu vou ser sempre o oposto deles””: enfrentamentos e resistências”, são discutidas as adaptações, enfrentamentos e resistências frente ao modo de habitar a terra do agronegócio da soja.

3.3.1 “Então, tudo isso eu via e eu me sentia muito feliz””: relações humanas e não humanas com o território

As memórias evocadas na fala de Débora contam sobre um saber/fazer atrelado ao Pampa em transição com a Mata Atlântica. A lida no campo, a criação do gado, de ovelhas, o cultivo de arroz nas várzeas, a subsistência na caça e na pesca, o cultivo de abóbora, mandioca, milho e amendoim nos roçados limítrofes entre campo e mata ciliar e as plantações de cana eram constituintes de parte do modo de vida da família dela. Rememorando sua infância, contou sobre a abundância da água limpa do rio próximo à sua casa e a importância do poço d’água na porta da residência para que vivessem bem. A convivência com animais silvestres que apareciam nos arredores da casa também foi marcante para ela, o tatu, a paca, o tamanduá e as

lebres eram do cotidiano da família. Durante nossa conversa, a figura do seu avô materno foi citada de forma recorrente. Segundo ela, ele era um exemplo de agricultor. Seus avós criaram dez filhos através do trabalho na terra, plantando e cultivando alimentos, caçando o necessário, praticando a pecuária nos campos naturais e criando outros animais para o consumo. O sentimento de pertencimento está presente em suas enunciações. Ela me conta que esse foi o local onde seus avós viveram por mais de 80 anos, onde os filhos deles cresceram e fincaram raízes e também onde seu bisavô e sua bisavó viveram uma vida toda.

Débora também nos traz a perspectiva de que esse modo de vida nunca foi sinônimo de pobreza, escassez e miséria, pelo contrário, suas falas denotam a abundância de alimentos, a qualidade de vida experienciada e a felicidade em poder viver daquela forma, em viver bem com a natureza, com o que a terra dava. Em suas palavras:

[...] Daí meio-dia era sempre as panelas com bastante abundância porque eles cultivavam tudo, daí de carne eles tinham o porco, tinham a galinha. Era uma vida simples? Sim. Muito trabalho? O vô trabalhava muito? Até demais? Sim, mas ele não deixava faltar o alimento na mesa. Então, tudo isso eu via e eu me sentia muito feliz. Todos os dias eu ia pra lá com eles [...] olha, até meus 12 anos de idade por aí a gente tinha vida boa, vida ainda boa que dava pra se dizer que a gente sobrevivia com a natureza. Nós conseguia tirar da terra tudo que nós precisava ali, tudo que a terra dava pra nós. Eu ajudava a mãe, a gente também tinha horta. [...] Não era uma vida perfeita, mas era uma coisa que não te faltava nada, tu conseguia viver com tudo aquilo ali, conseguia te abastecer pro dia-a-dia sem falta de nada (DÉBORA em entrevista, setembro de 2022).

Longe de romantizar os trabalhos executados pelos avós e suas vivências no campo, no trecho acima ela fez questão de ressaltar que era uma vida simples de muito trabalho e dedicação. Contudo, pode-se compreender que era uma vida vivida a partir da perspectiva da abundância, o que faltava não era o foco. No trecho abaixo, entre outras questões, ela volta a pontuar que não se tratava de um trabalho fácil:

[...] o vô tinha rocinhas e lavouras, mas lavouras pequenas pois eram todas feitas com boi, o cultivo era com o próprio animal, usava um boi, usava um cavalo pra fazer uma capina. Era difícil? era, mas era tudo ao natural. E o resto era tudo campo, daí tinha as ovelhas que o vô cuidava e o gado, tudo no campo, era tudo dele, não arrendava nada, até a própria casa deles, foi ele que construiu. E uma coisa que eu comia muito e com o passar dos anos eu nunca mais comi era o peixe do próprio rio, porque toda vez que chovia o vô aparecia lá e dizia "vamos pescar?". Toda vez que chovia dava um movimento nas águas e podia ter certeza que dava peixe, coisa que logo com o passar dos anos, assim que mais um tempo passou da minha infância, começou a vir o veneno das lavouras dos lavoureiros, dentro da sanga e do

rio que nós tínhamos, que banhava a terra lá e logo nós ficamos sem nada, ficamos sem peixe (DÉBORA em entrevista, setembro de 2022).

Mais do que narrar suas memórias de infância, como se pode notar, ela nos conta sobre os conhecimentos do seu avô, sobre as percepções sobre os ciclos da natureza, sobre uma forma de viver em que se dá a complementaridade entre humanos e não humanos na paisagem. O cientista social colombiano Arturo Escobar (2015) defende que essas experiências podem ser chamadas de mundos ou ontologias relacionais, nessas ontologias os territórios são espaços-tempos vitais de toda a comunidade, mas também o espaço-tempo de inter-relações com o mundo natural, que circunda e é parte constitutiva dele. Quer dizer, o território extrapola a concepção de base material para a reprodução da comunidade humana e suas práticas, expandindo-se para incluir os não-humanos (ESCOBAR, 2015). Apesar disso, no trecho acima, Débora demarca um ponto de ruptura no seu modo de vida e de seus familiares. Com essa descontinuidade, as relações com a terra, entre a família e com o ambiente passam por mudanças sem precedentes. A chegada de outra família no território transfigura o mundo relacional deles pois coincide com a introdução da soja e a sua expansão.

3.3.2 “Eu não chamo eles de outras pessoas, eu chamo eles de invasores”: rupturas relacionais

As consequências da intrusão de atores externos e do início do plantio da soja são complexas pois não estamos falando de uma natureza passiva, cenográfica e intocada, não há uma dissociação entre o modo de vida que Débora relata e as condições ambientais. A reciprocidade e vínculo entre o humano e não humano era latente e imprescindível para as(os) que viviam naquele território. Reproduzo, a seguir, na íntegra sua fala pois demonstra com complexidade as conexões humanas e não humanas já mencionadas, nos dando, novamente, a dimensão da ruptura ocasionada. Nos seus termos:

[...] é, a parte boa que eu tive foi a parte em que eu ainda tinha os meus avós lá e os meus tios ali perto e a parte em que eu aproveitei na natureza, com a natureza...com os bichos, eu amava ver o céu de noite, era apaixonada pelo barulho da...que os bichos do mato faziam, eu não tinha medo de nenhum bicho do mato, eu amava ouvir o ronco dos bichos, de barulho que eles faziam de noite, eu achava aquilo maravilhoso e dizia "ó tão bem pertinho, olha a mão pelada", dava nome pros bichos, tinha a saracura bastante, que é um bicho raro hoje de encontrar, bastante jacu, tinha muito bicho, tipos de pomba,

assim ó, eu não sei nem te numerar a quantidade de pombas que tinha e que hoje não existe mais, pode ir lá e procurar, não tem mais, elas não tem mais lugar pra elas habitar (DÉBORA em entrevista, setembro de 2022).

Nesse ponto, podemos levantar a seguinte questão: para onde vão os animais que não podem mais habitar um território, contar com ele para reproduzir sua vida? São, também eles, refugiados, expatriados?

Em nosso encontro, seu posicionamento em oposição aos então recém-chegados é sobressalente, para ela, eles são invasores, em suas palavras: “eles invadiram nosso território, nosso espaço, nossa família, nosso chão e hoje eles são tidos como heróis e donos daquela terra, sem nunca, na verdade, ter derramado o suor que os meus familiares derramaram lá dentro”. Além disso, sua fala nos mostra que esse não é um processo que se restringe apenas à localidade onde sua família viveu, pelo contrário, Débora nos alerta que, “nós estamos falando de muitos invasores, tá?! eu não chamo eles de outras pessoas, eu chamo eles de invasores”.

Quando questiono acerca da relação entre a chegada das pessoas de fora e as mudanças que começaram a ocorrer no território, a interlocutora conta sobre os recém-chegados e suas percepções sobre a terra que há séculos garantia a reprodução dos modos de vida de sua família e de outras que lá habitavam, segundo ela:

[...] Assim como eles colocaram, como é que eu vou te dizer...um certo olhar, um reparo que o meu avô plantava uma região muito boa de um lado de um banhado, plantava arroz e enquanto eles não tiraram aquela terra e não plantaram soja e trigo naquela terra, eles não pararam de ficar ali pedindo pro meu avô, até que ele acabou cedendo e arrendando. E aí meu avô ficou sem o plantio do arroz e daí toda a família sofreu com isso, todos. Porque inclusive os meus pais ganhavam bolsa de arroz, comiam aquele arroz, era uma bolsa, duas, três bolsas por família, dividida entre os filhos e o resto o vô vendia (DÉBORA em entrevista, setembro de 2022).

O trecho acima permite desvelar as nuances de outra matriz de racionalidade, uma racionalidade pautada na exploração da natureza humana e não humana, calcada na apropriação de territórios, no lucro acima da vida, na subjugação de outros modos de ser e viver. Arturo Escobar (2015) argumenta que a modernidade enquanto projeto para se consolidar como Um Mundo — que hoje chega a sua máxima expressão com a chamada globalização neoliberal de corte capitalista, individualista e seguindo certa racionalidade — levou à erosão sistemática da base ontológico-territorial de muitos outros grupos sociais, particularmente aqueles que primam concepções de mundo não dualistas.

Nessa matriz, o ideário de progresso e desenvolvimento constrói a narrativa de que outros modos de vida estão em atraso, são pobres e precisam ser superados. Desbravando os imaginários coloniais sobre pobreza e desenvolvimento, as pesquisadoras brasileiras, Pâmela Marques e Dayana Machado sublinham a necessidade de pensar a pobreza “como fenômeno multifacetado, complexo, definido sempre em suas relações, sempre histórico e sempre situado” (MARQUES; MACHADO, p.16, 2021). As autoras dão conta de explicitar que a noção de pobreza global é sustentada por dois mecanismos discursivos, são eles: I) a demonização do pobre e II) a construção da pobreza como corpo dócil. Situando a discussão sobre os mecanismos discursivos no contexto brasileiro, Marques e Machado (2021) apontam como exemplo da demonização da vida simples o personagem Jeca Tatu, construído pelo escritor Monteiro Lobato e o Relatório FAO/INCRA de 2014, onde as estruturas mini fundiárias foram caracterizadas como de “terceira categoria”. As autoras evidenciam ainda que “na tentativa de justificar a importância e urgência de políticas públicas de desenvolvimento rural, as narrativas construídas pelos documentos tendem a reforçar imaginários de que tais populações são “todo-carência”” (MARQUES; MACHADO, p.30, 2021).

Em outro momento do nosso encontro, Débora diz que invadiram a sabedoria daqueles idosos habitantes do território, como se eles não soubessem lidar com a sua própria terra e aos poucos foram tomando o espaço e a dignidade deles, foram sugando e tirando toda a terra. No processo de apropriação do território, até mesmo o nome da localidade foi modificado, passando a ser o sobrenome da família que chegou, em detrimento da nomeação pré-existente.

Para ela, as pessoas que chama de invasores se aproveitaram da velhice dos seus avós e da dispersão dos(as) seus(suas) tios(as) para fazerem valer as suas vontades e avançarem com o arrendamento das terras. Para ela, a percepção de que nada seria como antes se deu quando viu dois açudes naturais serem secos e uma grande área de campo natural arrendada ser transformada em lavoura, nesse mesmo período seus avós venderam as ovelhas e o gado que ficavam no campo já inexistente e foram providenciando a mudança para a cidade. Mais do que a perda da biodiversidade do campo natural, parte do modo de vida foi destituído conforme se deu o gradeamento da terra e o plantio dos grãos de soja e trigo. Com a saída dos

avós do território, se deu a pressão sobre os outros familiares para que arrendassem as terras.

Aqui, diante do que foi exposto por Débora, podemos falar sobre o que o engenheiro ambiental e filósofo, nascido na Martinica, Malcom Ferdinand denomina “habitar colonial”. Para ele, os princípios estruturais são, em primeiro lugar:

- a) o habitar colonial é geográfico de duas maneiras, no mínimo, ele tem um espaço determinado, um lugar designado, um encerramento;
- b) o segundo princípio do habitar colonial é fundamentado na exploração das terras e da natureza;
- c) por fim, o terceiro princípio do habitar colonial é a alteridade, ou seja, a recusa da possibilidade de habitar a Terra na presença de um outro, de uma pessoa que seja diferente de um “eu” por sua aparência, seu pertencimento ou suas crenças (FERDINAND, 2022).

Além disso, ainda segundo ele, no centro do habitar colonial está a *plantation*, um sistema violento, misógino e patriarcal que hoje assume configurações distintas daquelas do século XVII, mas que estende a um contingente cada vez maior de humanos e não humanos violências e dominações. Para dar conta de nomear as configurações atuais, defende que o termo Antropoceno sugere um “Homem” apolítico frente a processos que são políticos e se não se desenrolam de forma igualitária para todas, todos e todes (FERDINAND, 2022).

Concernente ao termo Antropoceno, em outubro de 2014, Anna Tsing, Donna Haraway, Kenneth Olwing, Noboru Ishikawa e Scott Gilbert se reuniram em Aarhus, na Dinamarca, para colaborar interdisciplinarmente sobre as possibilidades e armadilhas do Antropoceno. Na ocasião, reiteraram as críticas ao conceito e pensaram conjuntamente em outros termos. Discutiram sobre o Capitaloceno e as acusações de que o termo se caracterizaria como político e não seria levado a sério pela sociedade geológica. Donna Haraway defendeu que o Capitaloceno sugere uma história mais longa e que a transição chave não estaria no uso do carvão, mas, sim, na prática da agricultura perpetuada por meio da escravização de pessoas racializadas. É nesse contexto que Haraway propõe o termo Plantationoceno, um predecessor do Antropoceno e do Capitaloceno (HARAWAY *et al.*, 2015). Tsing (2015) chama a atenção para o fato de que as *plantations* foram os motores da expansão europeia na tentativa de dominar o mundo. Além disso, ela aponta que nas

plantations o trabalho era forçado por meio da escravização, as plantas eram exóticas. Por meio do ordenamento e controle extremo os lucros enormes e misérias complementares foram produzidas (TSING, 2015). Além disso, nas palavras de Tsing: “como as *plantations* formataram a maneira como o agronegócio contemporâneo é organizado, tendemos a pensar em tais arranjos como a única maneira de praticar agricultura” (TSING, 2015, p.189). Compreendendo que as *plantations* formataram a organização do agronegócio nos dias atuais torna-se possível apontar para os processos vivenciados por Débora e seus familiares como as consequências de um habitar colonial reconfigurado que também desvela a inexistência de um “Homem” monolítico e apolítico, como sugere o termo Antropoceno. É nesse sentido que em uma crítica ao uso da narrativa do Antropoceno, Andreas Malm e Alf Hornborg (2014) argumentaram que a economia fóssil não foi criada ou mantida pela humanidade em geral. Além disso, para eles, as desigualdades intra-espécies são parte integrante da atual crise ecológica e não podem ser ignoradas nas tentativas de entendê-las. Os autores finalizam seu argumento apontando que o Antropoceno é o produto do domínio da ciência natural no campo da mudança climática é uma das várias estruturas teóricas que não são apenas analiticamente defeituosas, mas também hostis à ação (MALM; HORNBORG, 2014).

Voltando ao nosso diálogo, Débora contou sobre os encontros comunitários para fazer doce de cana e farinha de mandioca, estas partilhas coletivas também se perderam diante das novas configurações territoriais impostas. Ela conta que: “uma coisa que eles faziam muito também e que a gente gostava era farinha de mandioca, que era uma coisa maravilhosa que fazia e toda a família se envolvia, era uma coisa bem boa e acabava reunindo todo mundo, era uma alegria, era uma festa” (Débora em entrevista, setembro de 2022). Ademais, a chegada desses novos atores implicou em mudanças nos imaginários locais, os sojicultores passaram a construir a narrativa de que eles eram trabalhadores, prósperos, lutadores, pessoas de garra, e bem-aventuradas.

Segundo a interlocutora, as áreas onde não era plantada a soja, onde ainda restava o campo natural, passaram a ser chamadas de “campinhos”, apesar de algumas dessas áreas terem entre 30, 50 e 100 hectares e proverem vida boa para quem ali vivia. Nos seus termos, “[...] tô falando de um bom pedaço de campo...bonito, bem cultivado, com uma grana boa, com uma pastagem boa pro gado, era tido como

terrinha, como povinho [...]” (Débora em entrevista, setembro de 2022). Ela expôs também que cresceu ouvindo dos sojicultores que as pessoas que viviam no território, antes da chegada deles, eram burras, que não tinham capacidade de crescer financeiramente pois não sabiam plantar, organizar suas coisas e suas famílias. Ainda no enredo desencadeado por essa outra forma de ser e viver no território, a subjugação da(o) outra(o) construída por essa narrativa de progresso fica evidente quando me conta que eles, os invasores da terra, ficavam surpresos por ela ser inteligente e esperta, denotando que a inteligência se situava apenas do lado de lá, deixando implícito que aquelas(es) consideradas(os) como pobres não eram inteligentes como eles. Dessa forma, a inteligência dela causava indignação e estranhamentos recorrentes.

A contenção também se estendia à religiosidade na comunidade, Débora me contou que quando criança/adolescente gostava de ir nos encontros da igreja católica e que tinha interesse em participar ativamente através do auxílio nas missas, rezas e festejos religiosos. Contudo, começou a sentir/experienciar a divisão de classes também nesse local, sua ajuda não era aceita pois ela era lida como pobre e conseqüentemente seria inferior a eles, os donos terra, que não estariam dispostos a ocupar lugares de destaque conjuntamente com outras pessoas que não os seus. Quando perguntei se até mesmo esse espaço que supostamente seria de comunhão tinha sido cooptado, ela respondeu da seguinte maneira: “foi controlado por eles [...]. Eles quiseram tomar o espaço do povo dali em todos os sentidos, em todos os sentidos” (Débora em entrevista, setembro de 2022).

3.3.3 “Era como se o meu pai fosse o empregado e nós fôssemos junto adeptas a isso também”: relações trabalhistas com os sojicultores

Além das mudanças já mencionadas e das intercorrências de uma nova forma de habitar o território, a chegada dos atores sojicultores também acarretou na modificação das relações de trabalho. Débora relatou que alguns de seus tios começaram a trabalhar para os sojicultores, recebendo pagamento diário, de acordo com o número de dias trabalhados no mês, sem vínculo formalizado e recebendo pouco pelo trabalho exercido. Ao contrário dos tios, seu pai começou a trabalhar todos os dias para os sojicultores, inclusive passou a adotar o plantio da soja em frente à

casa onde moravam, iniciou o plantio dos 10 hectares da terra por acreditar que ali encontraria uma melhoria na qualidade de vida. Como não dispunha dos maquinários necessários para o plantio da soja, ele vendia sua força de trabalho em troca do uso das grades, plantadeiras, pulverizadores de agrotóxicos, colheitadeiras e caminhões para transportar o grão. A interlocutora relatou que as terras cultivadas pelo pai eram sempre relegadas à última área onde eram realizados os procedimentos necessários para que a soja crescesse com qualidade e pudesse ser colhida em boas condições para a venda. Ou seja, ano após ano, o rendimento obtido não era suficiente para melhorar as condições econômicas da família e a dependência aumentava cada vez mais. Ela fez questão de pontuar que no período em que tinham o gado no campo natural e as vacas para tirar o leite viviam melhor, o plantio da soja não propiciou nenhum tipo de melhoria em suas vidas.

Débora também me contou que as relações entre ela, sua mãe e seu pai mudaram. Ela e a mãe permaneciam trabalhando em casa enquanto o pai passava entre 12 a 14 horas por dia fora de casa, chegando a trabalhar nos fins de semana, ele só não ia quando estava chovendo torrencialmente e era impossível passar a sanga¹. Ela contou como se sentia diante daquela realidade, haja vista que via o pai apenas por alguns minutos antes de dormir: “[...] acabou tirando a nossa convivência comunhão nossa de casa, porque já era família pequena e daí quando tu separa... (Débora em entrevista, setembro de 2022). Perguntei à Débora como era a relação dela e da mãe com os sojicultores para quem seu pai trabalhava e ela prontamente respondeu:

[...] não eram boas...porque eles eram pessoas mesquinhas, pessoas que tratavam nós com muita indiferença, a gente era muito zoado, era como...sabe quando alguém assim...de tratar não só com indiferença, mas como se tu fosse um ninguém?assim, dessa forma? (DÉBORA em entrevista, setembro de 2022).

Quando questionei sobre como o pai dela se sentia diante dessa situação, ela me disse que apesar de sentir o cansaço e saber que não estava sendo valorizado, ele se sentia útil e dizia não ter outra saída para eles. Logo, continuaria a trabalhar pulverizando agrotóxicos e plantando as suas terras e a dos outros com soja e trigo, a depender do período do ano. As relações da família da interlocutora com os sojeiros

¹ De acordo com o Dicionário Priberam, sanga é uma escavação funda produzida num terreno pela chuva ou por correntes subterrâneas. Também significa arroio ou pequeno ribeiro de pouca água. Fonte: <https://dicionario.priberam.org/sanga>.

desvendam vínculos trabalhistas autoritários e exploratórios, típicos deste setor que tem sua origem nas *plantations*, caracterizadas pela exploração humana de pessoas racializadas e pela exploração não humana dos territórios alvos da invasão colonial.

Outro ponto marcante é quando me conta que às vezes, aos fins de semana, ela e a mãe iam para a casa dos patrões do seu pai para poderem almoçar com ele e ter um momento juntos. Nessas idas, desde pequena Débora era introduzida nos serviços da casa, assim como a mãe dela já fazia, limpavam janelas, tiravam leite, varriam o pátio, estendiam roupas e limpavam banheiros. Elas nunca foram tratadas como visitas, nas palavras de Débora:

Eu e a Mãe, a gente nunca foi tratada assim, era como se o meu pai fosse o empregado e nós fôssemos junto adeptas a isso também. Tinha época em que eles pediam pra ir e a gente ia, às vezes duas vezes por semana trabalhar e às vezes ganhava um pedaço de carne do freezer...velha que estava lá sobrando...às vezes ganhava uma roupa velha, uma coisa assim, um pão que estava no freezer congelado, desse nível...era o tipo de pagamento que a gente tinha (DÉBORA em entrevista, setembro de 2022).

A vivência que a interlocutora divide comigo em entrevista/diálogo permite apontar para dois processos. Primeiro, a exploração da força de trabalho de mulheres nas estâncias está arraigada na formação do estado do Rio Grande do Sul, reproduzida no cotidiano das estâncias e com raízes na escravização, após esse período adquirindo outras roupagens, apesar de manter a premissa básica. Nesse caso, trata-se de uma violência que sempre teve como alvo as pessoas racializadas e empobrecidas, principalmente mulheres que eram relegadas ao serviço doméstico em um contexto de exploração e subjugação. Em pesquisa arqueológica sobre mulheres escravizadas no âmbito doméstico no século XIX, em Pelotas/RS, Marta Bonow Rodrigues (2015) levantou a partir dos anúncios de jornais que “podemos chegar a entender as relações de classe, gênero e “cor” presentes no passado escravista, mas que se refletem na atualidade” (RODRIGUES, 2015, p.174). Ademais, ela acrescenta o trabalho doméstico continua sendo realizado, em geral, por “mulheres/negras/empobrecidas” (RODRIGUES, 2015). Em segundo lugar, soma-se a reprodução do entendimento de que os trabalhos exercidos pelas mulheres são somente “ajudas” e conseqüentemente não demandariam pagamento, apenas “presentes”, oportunidade para que as senhoras possam se desfazer daquilo que não já não lhes serve mais e ainda continuar a alimentar a construção de suas autoimagens como benevolentes, caridosas, boas cristãs. Concernente à divisão do

trabalho, a pesquisadora gaúcha Anita Brumer (2004, p.210) assinala que “as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como ‘ajuda’”. Brumer (2004) ainda acrescenta que a caracterização de trabalho “leve” ou “pesado” se dá culturalmente, denotando que os trabalhos “pesados” são executados apenas pelos homens. Apesar desse cenário, Débora entende que mesmo se não fosse mulher teria vivido as humilhações infligidas e não escaparia de cair nas mãos dos sojicultores. Nesse caso, pode-se dizer que ela deixa subentendido que as opressões que recaíram sobre o seu corpo extrapolam o gênero, apesar das diferenciações postas, e apontam para outras conexões, como a classe, no seu caso.

3.3.4 "Nós somos o oposto deles e vamos continuar sendo. Eu vou ser sempre o oposto deles": enfrentamentos e resistências

Débora viveu na localidade, que não foi especificada pois poderia culminar na sua identificação, até o início da vida adulta. Indaguei sobre as formas como as pessoas reagiram às situações desenroladas pela chegada dos forasteiros e a introdução da soja, ela responde que a maioria das pessoas se adaptou ao que era imposto pela família de sojicultores, foram raríssimas as pessoas que não se adaptaram. Para ela, o bisavô, já falecido no momento da chegada dos atores sojicultores, não teria cedido às pressões exercidas. Débora cita como exemplo de pessoa que não cedeu aos sojicultores um neto do seu bisavô, ela contou que ele, a esposa e os filhos não arrendaram ou venderam suas terras, mantiveram-se plantando arroz, cana-de-açúcar, cultivando hortas e pomares, praticando a pecuária familiar em campo natural e mantendo a convicção de que não seriam explorados por ninguém. O senhor que Débora cita faleceu há pouco tempo e ela relembra dele com carinho e admiração: “vivia bem, era uma pessoa muito inteligente, um homem muito inteligente, uma pessoa que nunca estudou na vida e que tinha uma inteligência rara, ele fez a família dele próspera, deixou todos os filhos prósperos, com as mãos dele” (Débora em entrevista, setembro de 2022). Ao relatar a história deste familiar que não cedeu às pressões para arrendar ou vender suas terras, Débora nos permite vislumbrar as não homogeneidades e resistências territoriais, ou seja, novos (re)arranjos se deram, indicando a complexidade das dinâmicas. Ademais, em suas

falas está implícita, ou até mesmo explícita, a existência de conflitos perante a(s) reconfiguração/ões do território. É nesse sentido que Marisol de la Cadena, antropóloga peruana, argumenta que o conflito pode ser interpretado como uma disputa em torno de uma entidade - o território - que tem sua definição dependente do mundo que o pronuncia e das relações que dele emergem (CADENA, 2020).

Ainda a despeito de estratégias de enfrentamento às condições postas pelos sojicultores, mas dessa vez focando na sua experiência, Débora me contou que se apegou ao que restava, aos espaços reduzidos de vegetação natural e aos vizinhos que ainda não tinham ido embora do território. O estreitamento de laços de amizade com idosos de idades próximas a de seus avós e o apego ao refúgio que se constituía numa pequena área nos arredores da sua casa, onde não havia sido plantada a soja, foram elementares para ela estar bem e feliz. Débora foi embora do território aos 18 anos, por incentivo do pai que dizia que ela deveria progredir na vida. Perguntei como foi essa quebra de vínculo com o território e o que ela achava que tinha carregado com ela desse tempo que viveu lá. Ela responde que levou consigo as coisas boas, a consciência de que viveu feliz pois existia uma inocência da sua parte. Me contou que ao mudar para a cidade, na região metropolitana do estado, encontrou frio, dor, miséria, fome, desamparo e dificuldades de todos os tipos, até o ponto de adoecer física e mentalmente. Ao precisar começar do zero na cidade, Débora diz que:

[...] causou uma depressão profunda, eu precisei de médico, de hospital, de remédio e eu precisei...e não consegui desenvolver tudo isso no médico...eu consegui através da espiritualidade...eu consegui a cura dos traumas, isso que eu tô deixando do lado de fora os abusos, tá?! Só tô falando da parte financeira pra ti, só tô...essa parte...tô só te relatando a parte do sofrimento financeiro que já me causou tudo isso (DÉBORA em entrevista, setembro de 2022).

Hoje, Débora diz que prefere estar em Capão do Cipó, apesar das dificuldades, do que estar em uma cidade maior, pois no pequeno município ela consegue se sentir mais viva do que quando estava fora. Aqui cabe um adendo pois depois de ler a primeira versão deste texto, Débora me disse que a preferência por viver novamente em Capão do Cipó não se dá por ser um lugar onde se consegue ter as mesmas experiências que tinha quando criança. Nesse caso, os laços familiares e o senso de pertencimento ocupam um lugar central para a sua volta.

Nos muitos anos em que esteve fora, conta sobre o que mais lhe fez falta:

[...] faltou tudo, porque eu acostumei, acostumei com a beleza do nascer do sol, com a beleza da chuva, do rio, da sanga, do córrego, acostumei com aqueles arvoredo, acostumei com a ter a fruta, acostumei com a horta, de ter o alimento, acostumei com a água limpa que a gente tomava pura, fez falta tudo, tudo fez falta (DÉBORA em entrevista, setembro de 2022).

Ademais, como transparece anteriormente, na trajetória de Débora a espiritualidade cumpre um papel fundamental para o mantimento de sua saúde mental. Nos momentos de desalento vivendo na cidade, ela contou que precisou encontrar dentro de si a natureza que experienciava na sua terra. Questionei se foi nas condições de conexão com a natureza que desenvolveu a sua espiritualidade e ela respondeu que foi justamente ao contrário. Em seus termos:

[...] eu desenvolvi uma espiritualidade porque daí quando eu não tinha mais o Deus que eu tinha na natureza, que eu tinha uma espiritualidade com Deus na natureza, eu tive que encontrar Deus dentro de mim, tive que criar dentro de mim uma espiritualidade...entre eu e ele, tive que criar vida interna, na minha mente e no meu coração, tive que criar vida interna pois eu não tinha mais externa. Até então eu tinha sensibilidade quando estava aqui fora? sim, tinha, mas eu fui criar uma espiritualidade forte fora e desenvolver muita compaixão por quem vivia e sofria como eu...porque eu sei que não sou a única, existia uma multidão de gente que passou pela mesma coisa que eu, não sei se essas pessoas conseguiram se desenvolver bem...a sua mentalidade depois que saíram (DÉBORA em entrevista, setembro de 2022).

Recorro a bell hooks (2021) para pensarmos juntamente com Débora sobre espiritualidade. Em “Tudo sobre o amor: novas perspectivas”, hooks defende a espiritualidade enquanto força vital para o exercício de amar. Ou seja, nessa perspectiva a espiritualidade distancia-se dos preceitos de uma teologia da prosperidade que cada vez mais tem tomado conta das igrejas e templos religiosos cristãos. hooks (2021, p.114) diz que “embrulhada como um produto, a espiritualidade se torna igual a um programa de exercícios”. Estamos falando de uma espiritualidade que não necessariamente está atrelada a uma forma de religião organizada, mas sim calcada no compromisso com uma forma de pensar e agir que honre os princípios de interconexão e simbiose (hooks, 2021).

É nesse contexto que podemos pensar o que Débora nos ensina sobre a espiritualidade, um dos meios que encontrou para se curar dos vazios que atravessavam a sua vida. Ainda pensando com bell hooks, vemos que o que ela defende está em conexão com o conhecimento que a interlocutora nos comunica, pois segundo a autora “alguns indivíduos encontram sua conexão sagrada com a vida em comunhão com o mundo natural ou se envolvendo em práticas que honram os

ecossistemas que mantêm a vida (hooks, p.119, 2021). Portanto, como bem podemos compreender, a espiritualidade de Débora não é despolitizada, alheia aos contextos sociais, históricos e políticos existentes. Ao contrário, é possível dizer que ela nasce justamente da consciência do lugar que ocupa dentro desses contextos.

Quase chegando ao final do nosso encontro, perguntei como os pais dela se encontram atualmente e se percebiam as violências que sofreram durante décadas. Débora respondeu que os pais não falam muito sobre o que passaram e que mantêm uma relação amena com os sojicultores que os fizeram passar por inúmeras situações inoportunas ao longo de suas vidas. Ela expressa essa questão da seguinte maneira:

[...] meus pais não têm consciência de algumas coisas que eles causaram e que sofreram, de abusos que eles sofreram, de agressões que eles passaram, eles não têm consciência disso, mas o corpo deles padece dessas dificuldades, o corpo deles sente até hoje os resultados. E se não fosse a minha espiritualidade, talvez eu tivesse desenvolvido uma doença, de tanta amargura da situação vivida. E que eu percebia que eles sobreviveram com migalhas, eles nunca sobreviveram com uma mesa farta, eles sobreviveram a migalhas que os outros ofereceram pra eles e ainda achavam que eram...que tinham oferecido pra eles normalmente, nem pensavam que era o básico (DÉBORA em entrevista, setembro de 2022).

Em um discurso oposto ao proferido pelos sojicultores que há décadas se deslocaram para o município e avançaram sobre humanos e não humanos a fim de enriquecerem a qualquer custo, Débora diz que “eles são pessoas que não trouxeram nenhum crescimento, não trouxeram nenhuma riqueza”. Ela põe em evidência que a suposta riqueza e desenvolvimento do município não contempla a todas(os), pelo contrário, situa-se apenas no centro, deixando nas margens as pessoas em vulnerabilidade, as incontáveis árvores arrancadas e montantes de terra dos banhados dissecados para expandirem suas lavouras de soja.

Prestes a encerrar nossa conversa, perguntei a Débora se gostaria de abordar mais algum assunto ou se gostaria de deixar uma mensagem final. Ela respondeu que gostaria, a seguir reproduzo na íntegra sua declaração:

[...] infelizmente eu não vejo uma saída pra isso, porque a história do lucro...lucro...lucro continua, a ganância invadiu. Eles nem pensam no que eu penso, eu penso assim "que bom que eu ainda tenho, graças a Deus, tempo e saúde". Eles não pensam assim, eles pensam "que bom que eu tenho tempo pra comprar mais terra", "que bom que eu vou...daqui um tempo eu vou ter mais". É, eu não fico pensando em terra, eles pensam em terra. Eu penso em vida saudável, em curtir, em aproveitar a vida, em desfrutar da vida, eles pensam em ter coisas na vida. Somos pessoas totalmente ao contrário, nós somos pessoas totalmente ao inverso deles e não vai existir uma

comunhão entre nós e eles. Quero finalizar dizendo isso, que nós somos o oposto deles e vamos continuar sendo. Eu vou ser sempre o oposto deles (DÉBORA em entrevista, setembro de 2022).

Após a leitura da primeira versão do texto, Débora me disse que gostaria que eu explicitasse que ela sempre será o oposto dos sojicultores pois para eles o lucro está acima de tudo. Diferentemente, a interlocutora mantém a esperança de que uma outra forma de viver seja possível e que com ela se dê a restauração dos ambientes que hoje sofrem com as devastações causadas pelo “habitar” característico do agronegócio da soja. Nesse ponto, podemos pensar juntamente com Marisol de la Cadena (2018) quando alerta para a importância de alianças entre mundos, fazendo surgir coletividades públicas que seriam “a expressão da produção de muitos mundos ecologicamente relacionais em toda a sua divergência constitutiva” (CADENA, 2018, p.114). No mesmo sentido, o antropólogo argentino Mario Blaser e Cadena (2018) apontam o potencial da ontologia política para sustentar as negociações dentro das alianças entre práticas de mundialização heterogêneas que se reúnem em torno dos interesses comuns diferentes que surgem por meio de negociações, enredamentos, cruzamentos e interrupções. Para Escobar a ontologia política “reposiciona o mundo moderno como um mundo entre muitos outros mundos. Essa é uma tarefa teórico-política fundamental que se está encarando desde as academias críticas e desde certos movimentos sociais” (ESCOBAR, 2015, p.34).

*aprendi a sonhar
faz pouco tempo
muitas(os) ainda não conseguem sonhar
a realidade sufoca
sair dos escombros é custoso
me levanto e leio, escrevo, falo
aprendo com quem veio antes de mim
procuro contribuir para que as lutas sociais se fortaleçam
e muitas(os) outras(os) sonhadoras(es)
se ergam.*

3.4 “ENQUANTO EU PUDER ARASTAR MINHAS PERNAS EU VOU ESTAR PASSANDO CONHECIMENTO E EXEMPLO”

Cresci em Capão do Cipó, minha família é daqui, contudo meus laços com as(os) assentamentos(as) não foram estreitados até o momento de meu retorno ocasionado pela pandemia. Apesar disso, já tinha ouvido histórias sobre muitas pessoas e suas lutas, apesar de ainda não reconhecer seus rostos. Geraldo é uma

dessas pessoas, já tinha ouvido sobre sua luta e engajamento político com a reforma agrária popular, o via pela cidade, mas não sabia seu nome. Nossa aproximação se deu no dia 16 de setembro de 2022 quando ele estava na vizinhança e minha família lhe chamou para dialogar sobre política. Conversamos sobre a conjuntura política e as eleições presidenciais, ele me presenteou com uma bandeira de uma candidata que estava apoiando para deputada federal e acabei comentando brevemente que estava fazendo uma pesquisa e que me interessava falar sobre os assentamentos em Capão do Cipó e sobre o que há para além da soja, Geraldo me disse que poderia conseguir entrevistas, fotos etc. Passou seu número de telefone e disse para eu entrar em contato, prontamente enviei uma mensagem e ele me convidou para uma reunião política no dia seguinte. De forma recorrente, Geraldo me convidou para as reuniões em comitês e atos públicos na praça municipal. Sempre que possível, estive presente. Nos encontros que participei, me senti acolhida e ouvida pelas pessoas que se reuniam em torno de pautas coletivas. Senti que Geraldo e suas(seus) companheiras(os) estavam contentes com a minha presença pois consideravam imprescindível o engajamento das juventudes na política, me acolheram por acreditarem no futuro em que as lutas se renovam e transformam o mundo. No dia 30 de outubro de 2022, encontrei Geraldo na comemoração da vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, apesar da euforia compartilhada por todos nós, lembro que ele me disse a seguinte frase: "a luta está só começando, companheira". Geraldo estava certo, a luta continua e pôr em evidência as vozes das margens é parte dela.

Nos encontramos algumas vezes até chegar o momento de ter uma conversa focada no tema desta pesquisa. A princípio eu iria até o Sítio onde Geraldo vive com a esposa, mas ele estava em mobilizações para viabilizar um projeto de irrigação para os assentamentos e sugeriu passar na minha casa para conversarmos. Geraldo disse que ele e os companheiros já ajudaram algumas(alguns) jovens estudantes e que dessa vez não seria diferente. Dessa forma, no dia 26 de janeiro de 2023, Geraldo veio até a minha casa, como estava vindo da reunião sobre o projeto de irrigação, trouxe consigo um companheiro que partilha a experiência na luta pela terra. Nessa ocasião, nos sentamos no quintal para conversar e meu avô também estava conosco, o que oportunizou algumas contribuições. Acordei com Geraldo a gravação de nosso encontro/entrevista e que faria perguntas livres, delineando a entrevista conforme suas falas iam surgindo. Também abordei a questão referente ao uso de seu

verdadeiro nome e que por se tratar de uma narrativa crítica ao agronegócio e a essa forma de habitar o território, acharia interessante dar-lhe aqui outro nome. Geraldo me disse que não se importava com o uso de seu verdadeiro nome.

Na trajetória como militante do MST, Geraldo destaca um momento ímpar que considera importantíssimo abordar nessa escrita, se trata da oportunidade de ser o protagonista de um capítulo do livro “Pioneiros do MST: caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento”, publicado em 2008, pela Editora Record. O livro surgiu desde a iniciativa do repórter Eduardo Scolese, na intenção de localizar e contar as histórias de vida dos(as) primeiros(as) dirigentes do movimento, culminando na incursão dele e do repórter fotográfico Sérgio Lima por 11 estados brasileiros, além do Distrito Federal em busca desses(as) personagens da luta pela reforma agrária no Brasil. Nessas circunstâncias, acato o que Geraldo me disse e uso seu nome verdadeiro, considerando também que seria inviável falar sobre o livro de que participa sem revelar sua identidade. Após nossa conversa, procurei pelo livro e o adquiri. Sendo assim, ele também é mais uma fonte para conhecermos Geraldo e sua trajetória como assentado da reforma agrária.

Após a transcrição da entrevista com Geraldo, foi possível levantar categorias que serão discutidas a seguir em suas respectivas subdivisões. São elas: “3.4.1 “Sofriam da mesma doença...que era não ter um pedaço de terra, que era ser explorado”: trajetória na luta pela terra”, onde Geraldo conta sobre as motivações dele e de outras(os) companheiras(os) para conquistarem a terra. Em “3.4.2 “Os sem-terra tão chegando aqui, Óh os sem-terra aí”: a chegada em Capão do Cipó” surge a discussão sobre o estabelecimento dos assentamentos no município e as narrativas que se propagavam. Já no item “3.4.3 “Nós precisamos produzir, pra gente poder chegar junto ao prefeito e dizer "nós precisamos melhorar aqui, melhorar lá": introdução da soja nos assentamentos e demandas”, Geraldo oferece sua perspectiva sobre a introdução e expansão da soja nos assentamentos, apontando para anseios e demandas concernentes à produção de alimentos. Por último, em “3.4.4 “Nossa aposta é sempre na educação, na vibração da juventude”: lutar por um futuro melhor”, aborda suas expectativas e sonhos para o futuro.

3.4.1 “Sofriam da mesma doença...que era não ter um pedaço de terra, que era ser explorado”: trajetória na luta pela terra

Geraldo nasceu em Três Passos/RS e foi criado junto a dez irmãos, filho de agricultores engajados na luta pela terra, aos 16 anos de idade decidiu sair de casa e adentrar em um seminário para tornar-se padre, onde permaneceu por um ano (SCOLESE, 2008). Iniciei nossa conversa perguntando a Geraldo o que tinha condicionado ele e a esposa a se engajarem na luta pela terra. Ele prontamente me respondeu que foi através da igreja católica em parceria com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB), através da Pastoral da Terra que propiciava encontros com filhos(as) de pequenos(as) agricultores(as) e sem-terras. Com os efeitos do golpe militar sobre as incipientes organizações de trabalhadores rurais na região sul do Brasil, a radicalidade foi enfraquecida diante da repressão de uma ditadura aliada aos grandes proprietários de terras (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010). Sendo assim, a impossibilidade de mobilizações inspiradas nos modelos comunistas que já tinham sido experienciadas nos anos 40 e 50 deu lugar à organização sindical com o apoio e enquadramento nos moldes da igreja católica, em meados da década de 1970 (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010). Ademais, no caso de Geraldo apesar de desistir de ser padre, ao voltar do seminário dedicou-se a atividades comunitárias na Pastoral da Juventude e posteriormente na Pastoral da Terra, momento em que foi recrutado por amigos para ajudá-los na articulação dos sem-terra de Três Passos e dos municípios vizinhos (SCOLESE, 2008).

Foi nesse contexto que ele e a esposa Eloni passaram a compreender que a terra é um bem de todos e que não seria justo o patrão ficar com parte de suas produções. Com o despertar para o sonho de ter o seu pedaço de terra, veio a consciência de que teriam que dar um passo adiante, ou seja, era necessário juntar-se a outras famílias que também tinham o mesmo sonho. Geraldo conta que:

[...] a gente decidiu juntar com várias outras famílias, uns a gente conhecia e outros...a maioria a gente não conhecia, mas a gente sabia que eram pessoas que tinham o mesmo sonho que a gente, queriam a mesma coisa, sofriam da mesma doença...que era não ter um pedaço de terra, que era ser explorado (GERALDO em entrevista, janeiro de 2023).

Foi a partir dessa formação que fizeram a primeira ocupação do latifúndio em 1984, em Santo Augusto, na região celeiro do estado do Rio Grande do Sul, perto de

Três Passos, na região noroeste. Como esperado, a repressão foi empreendida, aquelas(es) que lutavam pela terra juntamente com Geraldo foram despejadas(os) e batidas(os) pela polícia. Ele me explicou por que a violência estatal perpetuada pela polícia se dá:

Por que assim como nós sem-terra fazia a luta pela terra, na cabeça de quem tá dirigindo o Estado, governando, eles entendem que eles têm que reprimir porque é muito perigoso essas poucas famílias que se juntam, eles começam a levar esse sonho adiante e mais gente começa a sonhar em ter um mundo diferente (GERALDO em entrevista, janeiro de 2023).

Quer dizer, o Estado também sabe e entende que a união das forças populares pela transformação das realidades sociais e políticas é potente e pode mudar o mundo, conseqüentemente o achatamento dessas potencialidades e o uso das mais diversas ferramentas de obliteração do poder popular se mostra indispensável para manter as configurações que garantem privilégios sociopolíticos a poucos(as) às custas da exploração de muitos(as). Geraldo, Eloni e a filha experienciaram a repressão policial nessa ocasião em que juntamente com outras 49 famílias invadiram uma área de aproximadamente 400 hectares, no ano de 1984 (SCOLESE, 2008). Ainda segundo os jornalistas, na ocasião, a polícia apareceu e tratou de reunir os líderes do acampamento para uma conversa em que se mostraram compreensivos e saudosistas com a gestão de Leonel Brizola, Geraldo e os(as) companheiros(as) abriram a guarda e mais tarde, naquela noite, a tropa com pelo menos duas centenas de policiais despejou todos(as) da área, fazendo com que muitos(as) perdessem seus pertences. Contudo, o despejo não se deu sem resistência, na linha de frente, protegendo crianças e homens, as mulheres lançaram água quente em direção aos policiais. Outra mobilização empreendida por Geraldo e companheiras(os) foi realizada em 1985. Como integrante da direção nacional do MST se prontificou a participar de uma greve de fome em Porto Alegre, na Assembleia Legislativa, que perdurou por quase 70 horas. Na ocasião, o estado cedeu e anunciou que assentaria 120 famílias em duas áreas (SCOLESE, 1985).

3.4.2 “Os sem-terra tão chegando aqui, Óh os sem-terra aí”: a chegada em Capão do Cipó

Apesar das repressões violentas que enfrentaram, ele, a esposa e a filha chegaram em Capão do Cipó no ano de 1987, quando o município ainda não era

emancipado. No lote de 22 hectares, viveram até 1996 sem energia elétrica e água encanada, acessando hospital e posto de saúde a uma distância de 60 quilômetros, em Santiago (SCOLESE, 2008). Perguntei a ele como foram recebidos no território e ele conta que diziam “Os sem-terra tão chegando aqui, Óh os sem-terra aí” (Geraldo em entrevista, janeiro de 2023). Nesse momento, meu Avô que acompanhava nossa conversa partilhou conosco sua percepção da chegada dos(as) assentados(as) enquanto um trabalhador rural que estava acompanhado do patrão, a seguir essa fala é exposta, contudo, optei pela exclusão do nome do empregador para evitar questões impertinentes:

[...] eu tava no mercado, eu e o ***** , tava no mercado da tritícola ali né, era da tritícola o mercado, e quando nós vimos...aquele barulhão, caminhão, ônibus, descendo pra lá o pessoal, indo pro assentamento, pra terra, invadindo, eu digo invadindo. Bah, foi aquele movimento medonho, uns falavam "tem que chamar a polícia". O ***** dizia que não adiantava polícia, que adianta? Essa quantia de gente. Pra eles era uma coisa ruim, não era uma coisa boa (ARIOVAL, janeiro de 2023).

Quando diz que “para eles era uma coisa ruim”, Arioval está falando sobre pessoas como o seu patrão, detentores das centenas e milhares de hectares que se viam ameaçados perante a chegada dos(as) assentados(as) em suas terras que foram conquistadas com muita luta e sacrifícios. Geraldo me diz que era exatamente isso que as pessoas falavam e pensavam sobre eles(as), mas que não era culpa do povo daqui. Ele atribui esse estigma ao sistema que através dos meios de comunicação em massa, controlados pelas mãos dos poderosos, perpetuam inverdades. Além disso, destaca que os principais meios de comunicação não falam bem de movimentos sociais e de pessoas que estão trabalhando em prol da transformação da sociedade.

Através da TV e naquela época, principalmente o rádio, foram sendo disseminadas inverdades sobre o MST, gerando desconfianças e construindo a imagem do(a) assentado(a) atrelada à marginalidade. É nesse sentido que Geraldo relembra que a aversão era tanta que tinham pessoas que andavam armadas com revólveres, em uma tentativa de intimidação dos(as) recém-chegados(as). Segundo ele, “porque o comentário era que chegavam ladrões, bandidos” (Geraldo em entrevista, janeiro de 2023). Cabe também chamar a atenção para a instalação do posto policial, na até então localidade, a partir da chegada dos(as) assentados(as). A pressão para a polícia ter uma base fixa partiu dos grandes proprietários de terra, uma

figura marcante no cenário político municipal foi citada por Geraldo como um dos principais incentivadores desse processo.

Apesar dos infortúnios vividos, aos poucos, conforme se dava a socialização entre os que chegavam e os que já estavam aqui, os imaginários foram se modificando. “E isso demorou um tempo até...o nosso povo subia aqui, ia jogar bocha, ia tomar uma cerveja e aí foi se familiarizando” (Geraldo em entrevista, janeiro de 2023). Contudo, muitas pessoas foram solícitas, dispostas a ajudar os(as) assentados(as) a assentar suas bases no território e construir uma vida digna.

Professoras(es), advogadas(os) e outros profissionais de Santiago foram indispensáveis nesses momentos iniciais, Geraldo disse que muitas(os) delas(es) foram reprimidas(os) e perseguidas(os) durante a ditadura militar e, portanto, se identificavam com o movimento e faziam o possível para contribuir. Nas palavras dele:

E já outros, vinham nos conhecer e se prontificavam "eu ajudo com sal", "nós temos banha", "nós temos milho", "nós podemos ajudar", "que semente vocês querem?", "vocês querem muda de rama? de mandioca?", "vocês querem semente de milho? nós temos?". Muita gente aqui foi receptiva, maravilhoso isso sabe, a gente não esquece quem fez isso (GERALDO em entrevista, janeiro de 2023).

A solidariedade prestada foi fundamental para que os(as) assentadas(os) conseguissem viver em boas condições no menor tempo possível. Geraldo rememora que apesar de terem chegado em 1987 com um pedaço de lona para morar em baixo, já em 1988 cada família tinha o seu galpão e uma pequena produção de subsistência. Conforme se estabeleciam, foram conquistando mais direitos e se aproximando do objetivo de viver bem na terra que tanto lutaram para ter.

Embora tenham sido apoiados por muitas(os), mesmo após mais de 35 anos da chegada em Capão do Cipó, barreiras não foram superadas nos imaginários de algumas pessoas que chegaram antes dos(as) assentados(as) ou até mesmo daquelas(es) que chegaram depois. Quer dizer, no dia a dia ainda se manifestam discriminações e inferiorização diante da identidade de assentados(as) da reforma agrária. Estes continuam sendo relegados às margens sociais e políticas em um território onde os sojicultores ocupam lugar de destaque. Sobre esse tema, Geraldo diz que:

Enfim, e com o passar do tempo essa...o que eu ia me referir, dos que se posicionam...hoje ainda, principalmente os da direita, da extrema-direita, que é quem pertence ao PP, principalmente, tem alguns MDB que são da extrema-direita, ainda hoje nós só somos bons pra eles pra votar pra eles, em

época de eleição municipal nós somos carregados quase no colo, mas passou a eleição municipal...se você vai, nós vamos ali, por exemplo, no clube, ali no CTG ou na praça, é muito difícil tu ver uma dessas pessoas vir conversar com nós, dar risada junto (GERALDO em entrevista, janeiro de 2023).

O que ele me conta é um processo que ocorre em via de regra a cada quatro anos. No cotidiano das disputas eleitorais, as(os) munícipes costumam dizer “os assentamentos decidem a eleição”, “foco nos assentamentos, tem que cuidar”. A força política delas(es) é notada e valorizada nesse período, devido ao contingente de mais de 200 famílias. Contudo, isso não significa que são priorizadas(os) na tomada de decisões quando o(a) representante é eleito(a), principalmente se este(a) compor partidos inseridos no espectro político da direita ou extrema-direita, como Geraldo diz. Outro ponto levantado nesse trecho é referente a segregação “dos outros” pela elite agrária local que nas tentativas de controlar todas as esferas políticas e públicas cria espaços que privilegiam a socialização “dos seus”. Exemplo disso é o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) que ao elevar os valores de ingressos e bebidas, para serem consumidas nas dependências do CTG, acaba por intencionalmente limitar o acesso a este espaço, como tive o desprazer de ouvir de uma pessoa que integra a diretoria da instituição “não pode ser muito barato para não dar bagunça”.

Nos dias atuais, as(os) assentadas/os conseguem viver em casas bem estruturadas, têm acesso à internet, possuem carros para se locomover e conseguem produzir, o que Geraldo faz questão de evidenciar. Entretanto, ele contrapõe que enfrentam a dificuldade de estarem cercados pelas plantações de soja das grandes empresas e grandes produtores que estão interessados apenas no lucro, mesmo que para isso tenham que desmatar, usar cada vez mais veneno e afogar as nascentes d’água.

Os processos acima mencionados nos permitem compreender que o conflito não é posto apenas pela consolidação de uma monocultura prejudicial do ponto de vista ambiental ao contaminar as águas, degradar o solo e deteriorar a qualidade do ar. Inferiorizar, explorar e marginalizar as pessoas que não estão no comando da produção dessa oleaginosa e que não têm as enormes extensões de terra é parte indissociável dessa dinâmica. Ou seja, a reivindicação por justiça social e justiça ambiental andam lado a lado, ou melhor, são parte uma da outra.

Geraldo fala que durante o tempo acampado nasceu outro sonho, o sonho de uma educação onde as famílias decidam em conjunto com a escola, onde o ensino

supere o viés da tecnificação, onde as(os) educandas(os) estejam em comunidade, socializando e aprendendo sobre a história dos seus pais, sobre a luta pela terra e o que aconteceu para que chegassem até aqui. Melhor dizendo:

[...] você tem que aprender história, aprender história real, não a história que os outros inventaram. Então, isso nós conseguimos construir, esse sonho que a gente tinha, a gente conseguiu um novo jeito de ter educação, e a gente conseguiu em muitos assentamentos, a gente tem no nosso aqui a escola ali, que hasteia a nossa bandeira, que o professor ensina geografia dessa forma diferente (GERALDO em entrevista, janeiro de 2023).

No relato acima Geraldo fala sobre a importância da escola estadual de ensino fundamental que leva o nome de uma militante pela conquista da terra e pelos direitos das mulheres, que durante uma marcha em 1987 foi morta devido ao atropelamento por um caminhão de uma empresa agrícola, aos 36 anos, ela era uma entre as milhares de pessoas que ocupavam a fazenda Annoni, no município de Pontão/RS. Seu nome é Roseli Correa da Silva¹, conhecida como Rose, teve sua vida interrompida aos 36 anos de idade.

A ciência de que a luta não chega ao fim após conquistar os principais direitos é carregada com as(os) assentadas(os). É nesse sentido que o interlocutor pontua que na sua zona eleitoral, dos 400 votantes, apenas 30 votaram “contra nós”. Isto significa dizer que menos de 10% votou em Jair Messias Bolsonaro nas eleições presidenciais em 2022. Ainda na pauta da luta política, Geraldo me diz que está chegando o Dia Internacional da Mulher e que se eu estiver por aqui, poderei acompanhar a organização das companheiras do MST para a abertura da jornada de lutas do ano de 2023, da qual as assentadas participam indo até Porto Alegre para levar as demandas dos(as) companheiros(as) que ficam.

3.4.3 “Nós precisamos produzir, pra gente poder chegar junto ao prefeito e dizer “nós precisamos melhorar aqui, melhorar lá”: introdução da soja nos assentamentos e demandas

Adentrando em outro tópico, perguntei a Geraldo como era a relação das(os)

¹ A história de Rose, a luta pela terra no Rio Grande do Sul e as violências infligidas aos sem-terra podem ser vistas no documentário “Terra para Rose” (1987). Acesso em: <https://youtu.be/1ZlqjK4K1-0>.

assentadas(os), com a secretaria municipal de agricultura de Capão do Cipó, se tinham suas demandas atendidas e serviços prestados. Ao que me respondeu ser uma boa relação, não passível de muitas queixas. Me disse que a prefeitura dispõe de uma boa estrutura para dar suporte às(aos) assentadas(os), dispondo de maquinários agrícolas e aquisição de sementes de boa qualidade. O problema principal estaria na qualidade do serviço disponibilizado, quer dizer, os funcionários não fariam um trabalho responsável. “Então tem muito desvio, não de verba, mas, desvio da qualidade do serviço, de aproveitar o dia, aproveitar o tempo certo, de cuidado dos implementos” (Geraldo em entrevista, janeiro de 2023).

Como mencionado anteriormente, no dia em que conversamos, Geraldo estava chegando de uma reunião com outros(as) assentados(as) para tratar de um projeto de irrigação. Essa ação faz parte de um conjunto de iniciativas que visa ampliar a produção de alimentos nos quatro assentamentos, objetivando a inserção das(os) assentadas(os) em programas governamentais como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o que ocasionaria na destinação de alimentos para as escolas, creches e demais órgãos que fazem o recebimento de gêneros alimentícios por meio dessas políticas públicas. Nesse sentido, ampliar a quantidade e a diversidade de alimentos produzidos trará benefícios para muitas(os), visto que, as(os) assentadas(os) fortalecem sua própria subsistência, aumentam sua renda e proporcionam alimento de qualidade para educandos(as) que terão acesso à merenda escolar, por exemplo. Falando sobre o assunto, Geraldo transparece que antes de fazer reivindicações para melhorias concernentes à agricultura, as(os) assentados(as) precisam organizar-se em prol da pauta da produção de alimentos. Em suas palavras:

Eu vou produzir batata, o outro vai produzir feijão, não importa, mas vamos unificar a nossa ideia de produção, que é nós precisamos produzir, pra gente poder chegar junto ao prefeito e dizer "nós precisamos melhorar aqui, melhorar lá" enfim, porque a prefeitura tem recurso e pode priorizar isso, tem que priorizar isso, tem que priorizar. Porque quem produz comida de fato pro povo que tá na cidade é o que pequeno agricultor, é nós. Então nós precisamos fazer isso, nós não podemos nos queixar da prefeitura não (GERALDO em entrevista, janeiro de 2023).

Também perguntei se eles(as) têm sentido nos assentamentos, ao longo dos últimos anos a pressão dos grandes sojicultores sobre a área para que se dê o arrendamento e o conseqüente plantio da soja. Geraldo responde de maneira

complexa, como o esperado. Ele me diz que não sentem a pressão dos sojicultores pois (re)afirmam constantemente a posse da terra conquistada por eles, nisso, diz que não adianta os sojicultores pressionarem, pois, a maioria dos(as) assentadas(os) ainda não possui a escritura da terra, ou seja, um contrato de arrendamento ou a venda formalizada se tornam inviáveis. Acontece que aos poucos, o INCRA está disponibilizando os títulos das terras, ao que cabe nos próximos anos acompanhamento e pesquisa. Geraldo garante que “então, agora sim, foi dado esse outro passo que é ter a escritura, mas tá todo mundo consciente de que vai permanecer ali, os filhos estão pela volta, a terra tem muito valor porque ela foi conquistada, enfim”. Contudo, ele alega que sim, algumas pessoas arrendam informalmente a terra para o plantio da soja, ocasionando em problemas que dizem respeito a perda de controle sobre a área arrendada e à pulverização exacerbante de agrotóxicos que a soja demanda.

Ainda sobre a questão da soja nos assentamentos, Geraldo conta que muitas(os) das(os) assentadas(os) vieram de regiões onde a produção da soja já era parte da cultura, relembra que ele mesmo cresceu cultivando soja com seu pai, em uma plantadeira manual e arando a terra com a junta de bois. Nesse sentido, Fontoura (2011) também aponta que ao final dos anos 1980, com o aumento das demandas sociais por reforma agrária, se deu a instalação de assentamentos, principalmente em áreas de maior restrição para as lavouras. Como bem põe em destaque o autor, boa parte dos(as) camponeses(as) assentadas(os) trouxe consigo a herança do cultivo da soja dos lugares de onde vieram, mas, mais do que isso, trouxeram, como é o caso de Capão do Cipó, maior densidade demográfica, movimento ao comércio e incremento da produção local, culminando em mudanças no perfil político e as consequentes emancipações dos municípios (FONTOURA, 2011).

Diante do cenário onde o cultivo da soja nos assentamentos está atribuído a uma herança cultural, Geraldo também me conta que mudar isso é muito difícil e demanda que o Governo propicie condições materiais para que uma transição seja possível. A experimentação do plantio orgânico já tem ocorrido com o milho e com o trigo, Geraldo me diz que a próxima tentativa será com a soja. Outro ponto levantado por ele e que merece destaque é a doação de alimentos que o MST realizou durante a pandemia de COVID-19, não foi diferente em Capão Cipó, os(as) assentados(as) lotaram seus carros com doações às(aos) que necessitavam, prática que ainda se

mantém esporadicamente.

3.4.4 “Nossa aposta é sempre na educação, na vibração da juventude”: lutar por um futuro melhor

Em vias de finalizar nossa conversa, coloquei em pauta um assunto que Geraldo abordou comigo em uma das primeiras vezes em que tomávamos chimarrão em uma roda de pessoas nas campanhas eleitorais de 2022. Se trata de um sonho dele, o engajamento de jovens na luta pela terra, ou seja, a renovação do MST, sua continuidade e ampliação através do tempo. Em seus termos:

Eu já estou com 66 anos, ajudei a construir o MST e você viu, você teve o privilégio de participar com nós, da nossa luta, nossa luta eleitoral do país e você viu que a gente sempre procura chamar a piaçada, chamar a juventude e nossa aposta é sempre na educação, na vibração da juventude, chamar a piaçada pra luta, pra ter gosto, pra começar a tomar gosto e isso que eu gostaria...é importante pra logo ali você ter pra quem passar o bastão com segurança. Por que nós temos um exemplo de Cuba que conquistou o poder popular em 59 e o que eles mais fizeram foi o investimento na educação, desde pequenininho (GERALDO em entrevista, janeiro de 2023).

A aposta nas juventudes não vem sozinha, com isso, caminha junto o sonho da construção coletiva, do habitar em comunidade, em uma agrovila². A tentativa de viver em agrovila foi realizada em Capão do Cipó assim que as(os) assentadas(os) chegaram na terra. Geraldo comentou que foi uma boa experiência, que a produção foi ótima, mas que ao final do primeiro ano dessa experiência, as famílias resolveram adotar o modelo individual de habitar o território. Ele acredita que é necessária uma mudança cultural para que o sonho da agrovila se torne realidade por aqui e coloca suas esperanças nas novas gerações.

Como forma de encerramento da nossa conversa devido ao adiantado da hora e a necessidade de ir para casa ajudar a companheira na lida com as vacas de leite, perguntei se ele gostaria de comentar sobre algum assunto que não abordamos ou se queria deixar uma mensagem. Ele começou a me falar de um casal de amigos, uma mulher e um homem, que são aliados das(os) assentadas(os) desde que estas(es) chegaram e que se mantêm contribuindo politicamente com a luta. A mulher disse a

² Núcleo de povoamento produtivo, planejado e constituído geralmente em áreas rurais, ou próximo delas, para abrigo e prestação de assistência aos construtores de obras públicas e a suas famílias. Fonte: <https://vademecumbrasil.com.br/palavra/agrovila>.

Geraldo que está cansada, prestes a "pendurar as chuteiras", deixar a luta para as(os) mais jovens. Então, Geraldo conta que:

E aí eu disse pra eles esses dias lá, nós proseando, tomando mate...a ***** disse que está pendurando as chuteiras, não tem mais energia pra contribuir, etc e tal e eu disse "olha, eu não, enquanto eu puder arrastar minhas pernas eu vou estar passando conhecimento e exemplo". Porque isso é o que é mais bonito, não tem coisa mais bonita que isso (GERALDO em entrevista, janeiro de 2023).

“Enquanto eu puder arrastar minhas pernas eu vou estar passando conhecimento e exemplo”, é com essa frase que encerramos mais um dos nossos diálogos, com os quais pude aprender tanto com os conhecimentos que Geraldo segue transmitindo a quem estiver interessada(o) em ouvi-lo e aprender com ele.

Figura 14 - Afeto (casa onde vivi até os 05 anos de idade).



Fonte: Arquivo pessoal.

3.5 “UM COQUEIRO É UMA VIDA”

Conheci o Sr. Aguielo em 2021, por meio do seu neto, meu padraço. Ele nasceu em 1926 e hoje está com 96 anos. Um simpático senhor que passa a maior parte do dia sentado em uma cadeira na frente da casa do filho e da nora, com quem mora desde que não teve mais condições de viver sozinho após o falecimento da esposa Leonida.

Recordo com carinho do dia em que o filho do Sr. Aguielo estava incomodado com o barulho que as caturritas¹ faziam em frente à casa e me perguntou sobre o porquê era proibido cortar os coqueiros. Eu prontamente dei uma resposta que envolvia leis ambientais e risco de extinção de algumas espécies de coqueiros. Aguielo esperou eu terminar de falar e disse para o filho que o coqueiro não pode ser cortado pois “um coqueiro é uma vida”, remetendo a crença de que o corte de um coqueiro pode resultar na morte de alguém da família. Foi um pequeno diálogo, mas que me fez refletir posteriormente sobre outras formas de conhecimento e sobre a necessidade de me manter vigilante para não sucumbir ao cientificismo. Para além disso, crenças como essa desempenham um papel significativo, influenciando a forma como as comunidades interagem com o ambiente e entre si. As crenças estão profundamente enraizadas nas tradições e nos sistemas de valores das pessoas que vivem no rural e têm um impacto duradouro nas suas práticas cotidianas, tomada de decisões e relações sociais. Outros dois aspectos dizem respeito a, em primeiro lugar, como as crenças espirituais e tradicionais moldam as percepções sobre a natureza enquanto um sistema interconectado, levando a práticas de conversação da sociobiodiversidade que garantem a sobrevivência das comunidades a longo prazo e, por fim, em segundo lugar, as crenças oferecem um sentido de propósito e significado para as comunidades rurais, fornecendo orientação moral e ética para suas ações. Elas moldam as atitudes em relação ao trabalho, à família, ao respeito aos mais velhos e à comunidade como um todo.

O Sr. Aguielo tem muitas histórias para contar e eu estive interessada em ouvi-las nas tantas vezes em que nos encontramos. Contudo, meu interesse inicial

¹ A caturrita é nativa das regiões subtropical e temperada da América do Sul. São encontradas nos pampas a leste dos Andes na Bolívia, Paraguai, Uruguai e sul do Brasil até a região da Patagônia na Argentina. A caturrita também é conhecida no Brasil por catorra, cocota, periquito barroso, papo branco e outros nomes, dependendo da região. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Myiopsitta_monachus.

não foi para fins de pesquisa, até mesmo porque não tinha definido o tema da dissertação. Nesse sentido, só fiz anotações em diário de campo sobre nossos encontros mais tarde, em 2022. Ouvi ele me contar muitas coisas sobre agricultura, sobre a paisagem, sobre trabalho, sobre a vida de um modo geral. O Sr. Aguielo me relatou que dos seus 8 aos 25 anos, trabalhou em uma estância, fazendo o trabalho da lida com os animais no campo, segundo ele, nessa mesma estância, era cultivado o arroz. Certo dia estávamos falando sobre o hábito de dormir após o almoço e sobre a velocidade com que ingerimos os alimentos, ao que ele contou que devido ao tempo que trabalhou na estância adquiriu o hábito de fazer as suas refeições o mais rápido possível e já voltar ao trabalho. Até hoje, diferente de muitas pessoas idosas, ele não costuma dormir à tarde, mantém-se sentado observando o entorno.

Falando sobre a saída da estância, me contou que percebeu que nunca teria nada se continuasse naquele trabalho. Saiu da propriedade e juntamente com a esposa foi dedicar-se a um pequeno pedaço de terra que adquiriram. Leonida e Aguielo cultivaram a terra, abriram áreas de mato para fazer as roças e plantar o milho, o feijão, a abóbora, o amendoim, entre outros, utilizando o saraquá e também a junta de bois. Fizeram a lida com os animais domésticos, cultivaram a horta, plantaram flores no quintal de casa. A produção era utilizada para suprir as necessidades da família e o excedente era transportado na carreta de bois para o povoado “Povinho” (hoje Santiago), onde era trocada por outros gêneros alimentícios que não produziam ou então realizavam a venda. Aguielo possui um conhecimento amplo e complexo sobre as formas de cultivar a terra, me contou sobre as fases da lua, sobre o que plantar em cada ocasião e sobre como trabalhavam em conjunto, mobilizando mutirões para plantar ou colher os alimentos, onde mulheres e homens exerciam as mesmas funções. Como ele me disse, “era homem, mulher, todo mundo na lavoura trabalhando”. Uma das lembranças dos tempos antigos que mais gosta de evocar é a das viagens até Cruz Alta, em carreta de bois, com os seus familiares, para comercializar madeira. O percurso durava dias devido à distância, mais de 150 km. Das formas supracitadas, ele e Leonida foram adquirindo mais um ou outro pedacinho de terra, enquanto suas forças permitiram. Nas tantas conversas que tivemos, notei que ele me contava sobre os hábitos que adquiriu por habitar o corpo que habita.

Ensaiei fazer uma entrevista formal com Aguielo muitas vezes, mas nunca levei a ideia adiante, acredito que inconscientemente não queria engessar a nossa

relação me colocando como entrevistadora. As questões que conversamos se sobressaem naturalmente, ou partem de pequenas curiosidades minhas sobre quando ele me conta sobre algum(a) familiar, por exemplo. Quando estava realizando o trabalho de sistemas agrários, entre 2021 e 2022, cheguei a ir até ele casa com uma agenda em mãos para fazer algumas perguntas sobre como cultivavam a terra e sobre o que cultivavam, mas as perguntas restringiram-se a essas. Já para a dissertação, gostaria de trazer um pouco da sua história, abordando mais sobre o seu modo de viver e do Leonida, mas decidi não o importunar pois passava por um momento delicado de saúde. Acontece que na procura por imagens que me mostrassem a constituição do território, pedi à nora do Sr. Aguielo fotografias que eu pudesse ver. Em uma tarde, depois de um almoço de família, ela me trouxe uma caixa repleta de fotografias antigas, o que fez juntar muitas das pessoas que estavam presentes em torno de registros de décadas passadas. Quando comecei a examinar o conteúdo da caixa, vi que se tratava de um material que contava muito sobre o modo de vida de Leonida e Aguielo e sobre o território que habito e é meu campo de pesquisa. Encontrei fotos dele sozinho, de familiares, com Leonida, entre amigos, enfim, uma série de fotografias que remetem a um Capão do Cipó que eu não conheci e a um modo de viver que não experienciei. Em alguns dos registros consta no verso datas, nomes e dedicatórias. Ao que parece, presentear um(a) familiar querido(a) com uma fotografia era uma prática recorrente. Selecionei algumas fotografias entre as tantas que vi e fui perguntar ao Sr. Aguielo quem eram as pessoas registradas, o que rendeu assunto pois foi me contando sobre o que via e sobre quem aparecia nas imagens.

A fotografia mais antiga que encontrei na caixa mostra dois homens, sentados em frente a uma estância com dois cachorros ao lado deles, um cavalo ao fundo e um galpão ao lado direito. O Sr. Aguielo me disse que o homem com os cachorros ao lado é ele e outro era um companheiro de trabalho, que a árvore na fotografia é uma paineira e que o galpão era onde guardavam a lã de ovelha depois da tosquia. A estância é a mesma onde ele me contou que trabalhou até os 20 e poucos anos, na localidade hoje conhecida como Carovi. Trata-se de um registro fotográfico com mais de 70 anos de existência. Outra fotografia que reverberou o assunto foi a em que aparece um homem montando em um cavalo, em frente uma casa, em que na porta, quase imperceptíveis, duas mulheres observam o(a) fotógrafo(a). O homem vestido

de bota, bombacha e chapéu é identificado como o Dr. Silvestre, Aguielo me disse que era um curandeiro e que ele e outras pessoas recorriam a Silvestre quando estavam enfermas. Foi assim que passamos parte da tarde, observando as fotografias, acessando memórias e eu aprendendo um pouco mais sobre a sua história, a do território, e sobre uma pequena parte das histórias de pessoas que vieram muito antes de mim.

Pedir as fotografias para usar na pesquisa foi inevitável e o Sr. Aguielo gentilmente as cedeu para que fossem escaneadas e inseridas neste trabalho. Junto com as fotografias encontrei uma cartinha de amor que Aguielo escreveu para Leonida, ela também foi cedida para ser escaneada. Além disso, perguntei se eu poderia escrever sobre nossas conversas e sobre o conteúdo delas, mediante sua autorização é que partilho brevemente sobre nossos encontros e uso as fotografias antigas apostando no potencial delas para a preservação da história, assumindo que podem ajudar a documentar as mudanças na paisagem ao longo do tempo e mostrar as mudanças nas propriedades, nas atividades agrícolas e nos costumes locais. Ademais, contribuindo para lembrar a história das famílias que habitavam esses territórios.

Nas imagens selecionadas e apresentadas a seguir, podemos ver situações que ilustram em primeiro ou segundo plano discussões levantadas no capítulo referente a reconstituição do território. Quer dizer, o registro fotográfico e oral de Aguielo corroboram a existência da pecuária em campos naturais atrelada à agricultura nas estâncias da região (Figura 15), entre os anos 40 e 50. Já na Figura 19, vemos mulheres e crianças sentadas sobre madeiras, o que permite relacionar com o contado por Aguielo sobre as viagens em carro de bois para comercializar madeira. Além do mais, na Figura 20, observa-se ao fundo uma área de mato e um carro de bois construído com rodas de madeira.

Pierre Bourdieu e Marie-Claire Bourdieu (2006) defendem que a fotografia surge com a necessidade de acompanhar grandes cerimônias da vida familiar e coletiva. É através dela que momentos da vida social podem ser eternizados e solenizados e a unidade grupal ou familiar reafirmada. Nesse sentido, as fotografias não podem ser consideradas em si mesmas, tendo em vista que o que é fotografado e apreendido pela(o) leitor(a) da fotografia são papéis sociais ou relações sociais (BOURDIEU; BOURDIEU, 2006). Posto isso, as fotografias selecionadas do acervo

do Sr. Aguielo e que retratam familiares dele e de Leonida, além de amigas(os), não revelam pessoas registradas como objetos estáticos, mas sim manifestam as relações sociais entre as(os) fotografadas(os) e delas(es) com Aguielo e Leonida, bem como seus papéis sociais.

Figura 15 - Aguielo ainda jovem na estância onde trabalhou, localidade de Carovi.



Fonte: Arquivo pessoal de Aguielo Santos.

Figura 16 - Aguielo à esquerda e amigos.



Fonte: Arquivo pessoal de Aguielo Santos.

Figura 17 - Dr. Silvestre, curandeiro e amigo de Aguielo e Leonida.



Fonte: Arquivo pessoal de Aguielo Santos.

Figura 18 - Aguielo, Leonida e familiares.



Fonte: Arquivo pessoal de Aguielo Santos.

Figura 19 - Amigas de Leonida e Aguielo.



Fonte: Arquivo pessoal de Aguielo Santos (2023).

Figura 20 - Amigas de Leonida, Iraci, Ieda, Iolanda e Ivone.



Fonte: Arquivo pessoal de Aguielo Santos.

Figura 21 - Quintal de casa (crianças não reconhecidas por Aguielo).



Fonte: Arquivo pessoal de Aguielo Santos.

Figura 22 - Retrato de Bidu e família, conhecidos de Aguielo.



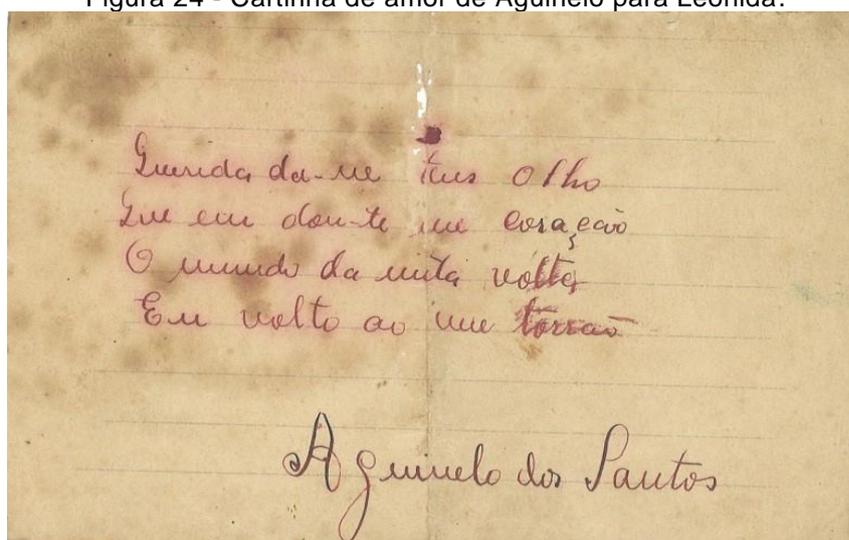
Fonte: Arquivo pessoal de Aguielo Santos.

Figura 23 - Leonida e Aguielo em casa, Rincão do Mamoneiro.



Fonte: Arquivo pessoal de Aguielo Santos.

Figura 24 - Cartinha de amor de Aguielo para Leonida.



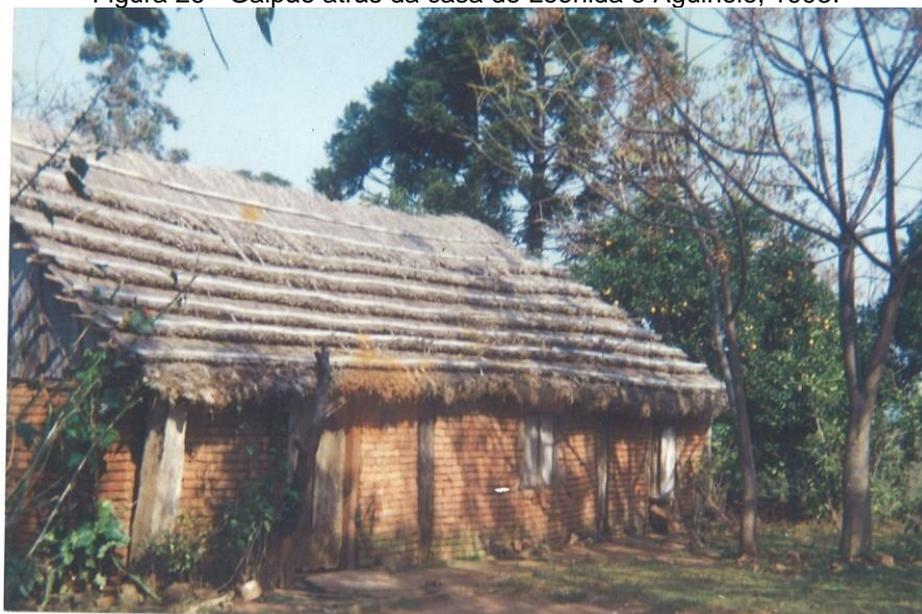
Fonte: Arquivo pessoal de Aguielo Santos.

Figura 25 - Leonida e Aguielo.



Fonte: Arquivo pessoal de Aguielo Santos.

Figura 26 - Galpão atrás da casa de Leonida e Aguielo, 1993.



Fonte: Arquivo pessoal de Aguielo Santos.

*ocupando os limítrofes
vivendo nas fronteiras, literalmente*

*Brasil-Argentina
Santo Tomé-São Borja*

*Brasil-Uruguai
Santana do Livramento-Rivera*

*um pouco pesquisadora
um tanto a menina insegura que cresceu no rural
nem hétero
nem homossexual
ocupando espaços e
me sentindo situada em não-lugares
encontro o meu próprio lugar
onde cresci*

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenrolar da pesquisa nos permite vislumbrar como o território se constituiu e historicamente (re)criou condições para a culminação na “terra da soja”. Nesse aspecto, podemos compreender que a chegada dos colonizadores e a consequente instalação de padres jesuítas na região foi determinante para as drásticas transformações e violências que aconteceram. Já a distribuição das sesmarias e escravização forjaram o processo de desigualdade na distribuição de terras e as relações de trabalho calcadas na exploração. Mais tarde, com a chegada de agentes externos que trouxeram consigo um novo modo de cultivar a terra, foi introduzida a soja e com ela o ideário de progresso foi relegando aos que experienciavam o modo de vida camponês o *status* de atrasados e obstáculos para o modelo de desenvolvimento almejado. Do final dos anos 80 ao início dos anos 2000, a instalação dos assentados da reforma agrária em uma área de aproximadamente 3.800 hectares foi de suma importância social e política, contudo não acarretou na diminuição expressiva da concentração de terras em Capão do Cipó. É nesse cenário que atualmente o agronegócio se amplia ano após ano, seja por meio do aumento das áreas cultivadas com soja, na instalação de novos complexos agroindustriais, ou então através da construção de narrativas que colocam a monocultura como única opção de produção e modo de viver.

Os dados levantados a partir da inserção no território permitem elucidar que as narrativas desenvolvimentistas e homogeneizantes do posto de vista sociocultural e produtivo estão presentes no cotidiano do município, sendo percebidas implicitamente ou então explicitamente. Assim, criando um panorama onde violências discursivas como a ocorrida no aniversário de 22 anos do município seriam publicamente apreciadas e legitimadas por toda a comunidade. Em contraponto, na situação referida, se desvelou a resistência de assentadas(os) contra a necropolítica instituída. Mais do que isso, a autodeterminação das(os) assentadas(os) foi primordial para reafirmar suas posições como essenciais para a emancipação do município e para a construção de narrativas mais do que não hegemônicas, contra hegemônicas, que são novamente reafirmadas com atos públicos em praça pública na defesa dos direitos democráticos do povo brasileiro em janeiro de 2023.

Por meio do encontro/entrevista com Débora, foi possível perceber a mudança do modo de vida camponês para o modo de vida que hoje se caracteriza como agronegócio. A interlocutora possibilitou um panorama amplo e profundo que aponta para relações entre humanos e não humanos que não são centradas na exploração dos primeiros sobre os demais. Além disso, Débora pôs em evidência o choque entre o que podemos chamar de dois mundos, marcando um conflito ontológico, existencial, colocando em cena uma guerra. Desde sua narrativa, foi possível entender que mesmo no novo cenário duramente instituído no território onde cresceu, a homogeneização não foi completa, deixou brechas, respiros, vidas humanas e não humanas que não cederam às pressões do extrativismo predatório do monocultivo da soja enquanto modelo produtivo e sociocultural.

Geraldo, com sua experiência na militância pelo direito à terra contribuiu para entender a estigmatização contra as(os) assentadas(os) e sobre como foi a chegada e instalação delas(es) em Capão do Cipó. Ademais, seus conhecimentos permitiram discutir sobre a introdução e ampliação da soja nos assentamentos, desvelando também quais são as dificuldades e demandas referentes ao cultivo de alimentos. O interlocutor trouxe à tona a complexidade que envolve a adoção da produção da *commodity* agrícola nos assentamentos. Por fim, apontou para a importância do agir coletivo na luta pelo fim das desigualdades e construção de outras alternativas ao capitalismo.

Em "Um coqueiro é uma vida" abordei meu encontro com o Sr. Agnelo, contando sobre nossas conversas, sobre seus ensinamentos e apresentando parte da sua história através de fotografias antigas que fazem parte de seu acervo pessoal, apostando nelas como um recurso de narrativa imagética. Dessa forma, retratando mudanças na paisagem, nas relações sociais, nas vestimentas, na agricultura e pecuária, dentre outras. Muito mais do que isso, com as fotos de Agnelo podemos sondar modos de registrar prosperidade em diferentes momentos: os instrumentos musicais trazem a festa, a alegria, o gozo da vida para a trama da prosperidade, a presença constante dos animais, a presença das flores, dos pomares, tudo isso compõe narrativas primordiais.

De modo geral, as discussões levantadas tornam-se necessárias para sublimar narrativas não hegemônicas em contextos de extrativismo predatório, como se dá em Capão do Cipó, permitindo a atenção para outras histórias, modos de vida e

resistências ante ao desenvolvimento calcado na exploração humana e não humana. Há que estar atenta(o) para a multiplicidade de vozes que ecoam das margens e que dão vida a práticas e perspectivas de futuro que transcendem o *status quo*, caminhando para a (re)construção de coletividades e intencionando (re)arranjos produtivos rumo a uma produção agroecológica de alimentos.

Por fim, compreendo que a experiência de pesquisa se caracterizou em um momento ímpar em minha trajetória pessoal e profissional. Voltar ao município onde cresci em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica e ter a oportunidade de produzir conhecimento conjuntamente com as(os) interlocutoras(es) transcendeu percepções sobre o território e sobre como fazer pesquisa, posto que precisei estar atenta para não banalizar e naturalizar processos. Mais do que isso, foi possível estabelecer vínculos, sociabilidades e diálogos que possivelmente não ocorreriam em outras condições.

As narrativas não hegemônicas foram adotadas em contraposição às hegemônicas, tidas como “verdadeiras”, aquelas dominantes na sociedade e que são reforçadas desde estereótipos que limitam e apagam as diversidades, agências e complexidades de grupos sociais marginalizados, contribuindo para a perpetuação de práticas opressoras e destrutivas de humanos e não humanos no território. Nesse sentido, ao abarcar as narrativas não hegemônicas, busquei explorar o potencial delas de desafiar e questionar as narrativas dominantes, abrindo espaço para a criação de novas perspectivas.

Assumindo minhas limitações e possíveis lacunas, finalizo apontando para a necessidade de aproximação de grupos sociais marginalizados e historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão e da construção de políticas públicas no município, entendendo que ao compartilharem seus amplos e diversos conhecimentos e práticas poderão construir soluções coletivas e integradas frente às consequências de um modo insustentável de habitar o território. Por esse ângulo, estabelecer laços e ampliar diálogos com outros grupos sociais às margens na “terra da soja” é uma tarefa necessária e não exaurida neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La frontera: la nueva mestiza**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2021.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BARBOSA, Andréa. Imagens, pesquisa e antropologia. **Cadernos de Arte e Antropologia**, Uberlândia, v. 3, n. 2, p. 3-8, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cadernosaa/217>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BASSO, Nilvo.; HENRIQUES, Angélica de Oliveira.; UHDE, Leonir Terezinha.; CARBONERA, Roberto. Diagnóstico e estratégias de desenvolvimento agrícola do município de Capão do Cipó – RS. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 3268-3287, out./dez. 2018. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/334>. Acesso em: 05 jul. 2021.

BLASER, Mario; CADENA, Marisol de la. Pluriverse: Proposals for a World of Many Worlds. *In*: DE LA CADENA, Marisol; BLASER, Mario (ed.). **A world of many worlds**. Durham: Duke University Press, 2018, p. 1-22.

BOGDAN, Robert.; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, v. 26, n. 1, p. 31-39, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/DLXCTWwm4RB4Zsb4LCkdPbw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 jan. 2023.

CADENA, Marisol de la. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 69, p. 95-117, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/145635/139582>. Acesso em: 21 fev. 2023.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da política de repressão no campo (1962-1985): camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. 2. ed. Brasília: MDA, 2010.

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Histórica: Revista On line do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 2, p. 1-8, 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/>. Acesso em 14 fev. 2022.

CDHPF. Terra para Rose. **YouTube**, 17 fev. 2017. (1h22min). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=1ZlqjK4K1-0>. Acesso em: 12 nov. 2022.

CHARQUEADAS. **História das Charqueadas**. 2023. Disponível em: <https://www.charqueadas.rs.gov.br/historia> Acesso em: 05 jan. 2023.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. p. 120-138.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. *In*: DUARTE, Jorge.; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 62-83.

ELLIS, Carolyn. **The ethnographic I: A methodological novel about autoethnography**. Lanham: AltaMira Press, 2004.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. Autoethnography: an overview. **Historical social research/Historische sozialforschung**, Michigan, n. 36, p. 273-290, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23032294>. Acesso em: 11 fev. 2022.

EMBRAPA. **Módulos fiscais**. 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em: 08 nov. 2022.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los "derechos al territorio". **Cuadernos de antropología social**, Buenos Aires, n. 41, p. 25-37, 2015. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/1594>. Acesso em: 14 dez. 2022.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FONTELLA, Leandro Goya. População escrava na região das Missões (Rio Grande de São Pedro, século XIX). **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 493-517, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/42127>. Acesso em: 14 jun. 2022.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. A desigualdade regional no Brasil meridional. **GEOgraphia**, Niterói, v. 12, n. 24, p. 123-149, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13606>. Acesso em: 09 mar. 2021.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, p. 153-162, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18599>. Acesso em: 12 mai. 2021.

FERREIRA, Eduarda Garcia.; NESKE, Márcio Zamboni.; ACOSTA, Mauricio Bruno Ceroni. Território corpo-terra: resistências das mulheres contra o neoextrativismo da

soja no bioma Pampa. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 26, n. 2, p. 227–245, 2022. DOI: 10.48075/igepec.v26i2.29007. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/29007>. Acesso em: 8 jan. 2023.

GERHARDT, Marcos. A toponímia regional ligada ao ambiente: memória e patrimônio. *In*: MACHADO, Ironita A.P.; ZANOTTO, Gizele. (org.). **Momento Patrimônio**: volume IV. Erechim: Graffoluz, 2015. p.101-109.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

HARAWAY, Donna et al. Anthropologists are talking—about the Anthropocene. **Ethnos: Journal of Anthropology**, Londres, v. 81, n. 3, p. 535-564, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283816946_Anthropologists_Are_Talking_About_the_Anthropocene. Acesso em: 12 dez. 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 16 mar. 2022.

HERNANDEZ, Aline Reis Calvo. Viropolítica. **Revista Psicologia Política**, Florianópolis, v. 21, n. 51, p. 421-434, 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v21n51/v21n51a09.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

HOLLIVER, Gabriel. Sobre modos de lidar com a terra: homogeneização: diferença e mistura. GOLDMAN, Marcio. (org.). **Outras histórias**: ensaios sobre a composição de mundos na América e na África. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2021. p. 218-233.

HOLMAN JONES, Stacy. Autoethnography: Making the personal political. *In*: ed. DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (ed.). **The Sage Handbook of Qualitative Research**. Londres: SAGE Publications Ltd, 2005. p. 763-791. Disponível em: <https://www.routledgehandbooks.com/pdf/doi/10.4324/9781315427812.ch2>. Acesso em: 18 fev. 2022.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

IBGE. **Tabela 910**: número de estabelecimentos agropecuários por uso de agrotóxicos [...]. 2006. Censo Agropecuário. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/910#resultado>. Acesso em: 19 nov. 2022.

IBGE. **Tabela 6759**: número de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, por tipologia, cor ou raça do produtor [...]. 2017. Censo agropecuário. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6759#resultado>. Acesso em: 27 nov. 2022.

IBGE. **Tabela 6851**: número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, uso de agrotóxicos [...]. 2017. Censo agropecuário. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6851#resultado>. Acesso em: 16 nov. 2022.

IBGE. **Tabela 6880**: número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos agropecuários [...]. 2017. Censo agropecuário. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6880#resultado>. Acesso em: 21 nov. 2022.

IBGE. **Tabela 6911**: número de estabelecimentos agropecuários com bovinos [...]. 2017. Censo Agropecuário. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6911#resultado>. Acesso em: 09 nov. 2022.

IBGE. **Tabela 6912**: número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite de vaca [...]. 2017. Censo Agropecuário. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6912#resultado>. Acesso em: 21 nov. 2022.

IBGE. **Tabela 3145**: população residente por sexo, situação do domicílio e cor ou raça. 2010. Censo Demográfico. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3145#resultado>. Acesso em: 18 nov. 2022.

IBGE. **Censo agropecuário**: Capão do Cipó / RS. 2006. IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/capao-do-cipo/pesquisa/24/76693?ano=2006>. Acesso em: 14 nov. 2022.

IBGE. **Censo agropecuário**: Capão do Cipó / RS. 2019. IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/capao-do-cipo/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 23 nov. 2022.

IBGE. **Capão do Cipó**. 2021. IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/capao-do-cipo/panorama>. Acesso em: 16 set. 2021.

IBGE. **Malha de setores censitários**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html>. Acesso em: 12 jan. 2023.

IBGE. **Malha municipal**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 04 jan. 2023.

INCRA. **Exportar shapefile**. 2021. Disponível em: https://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py. Acesso em: 04 jan. 2023.

TERRABRASILIS. **Limites dos biomas**. 2022. INPE. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/geonetwork/srv/eng/catalog.search#/metadata/0d88678e-4cdb-44f3-9b1d-8edc00bc4122>. Acesso em: 20 dez. 2022.

ISA. **Reserva Indígena Inhacapetum**. 2023. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/5123#noticias>. Acesso em: 25 mar. 2023.

JUNIOR, Itamar Vieira. **Torto Arado**. São Paulo: Editora Todavia, 2019.

KERN, Arno Alvarez. O impacto das práticas missionárias nas missões jesuítico-guaranis: da aldeia guarani ao núcleo urbano colonial. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL ANPUH, 27., 2011, São Paulo. **Anais Eletrônicos** [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. v.1. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548855459_98c38dd6c6501ee1d985033304788b56.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

KERN, Arno Alvarez. O Processo Histórico Platino no Século XVII: da Aldeia Guarani ao povoado Missioneiro. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 23-42, 1985. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36149>. Acesso em: 08 abr. 2021.

KOSBY, Marília Floôr. **Mugido** [ou diários de uma doula]. Porto Alegre: Editora Figura de Linguagem, 2019.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Os nativos charrua/minuano, guarani e kaingang: o protagonismo indígena e as relações interculturais em territórios de planície, serra e planalto do Rio Grande do Sul. *In*: CARELI, Sandra da Silva.; KNIERIM, Luiz Claudio. (org.). **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, CORAG, 2011. p. 15-42. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8655570-Releituras-da-historia-do-rio-grande-do-sul.html>. Acesso em: 03 mai. 2021.

MALM, Andreas.; HORNBERG, Alf. The geology of mankind? A critique of the Anthropocene narrative. **The anthropocene review**, Nova York, v. 1, n. 1, p. 62-69, 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2053019613516291>. Acesso em: 19 fev. 2023.

MAPBIOMAS. **Cobertura do solo em Capão do Cipó**. 2023. Disponível em:

egetated_areas_to_non_vegetated%2Careas_without_transitions_or_unobserved.
Acesso em: 05 jan. 2023.

MAPBIOMAS. **Downloads**. 2023. Disponível em:
<https://brasil.mapbiomas.org/downloads/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

MARQUES, Pâmela Marconatto; MACHADO, Dayana Cristina Mezzonato. Pobreza e desenvolvimento: imaginários coloniais e insurgências teóricas desde o Sul. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 15-35, 2021. Disponível em:
https://inctped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/dd_v_9_n_1_pamela_marconatto-marques_e_dayana_cristina_mezzonato_machado.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & ensaios**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p. 122-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 16 abr. 2022.

MESSEDER, Suely Aldir. A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 154-171.

MIGNOLO, Walter. D. **Habitar la frontera: sentir y pensar la descolonialidad** (Antología, 1999-1014) Barcelona: CIDOB, 2015.

MIRANDA, Márcia. Eckert. De comandância militar à província: a administração do Rio Grande de São Pedro. *In*: CARELI, Sandra da Silva.; KNIERIM, Luiz Claudio. (org.). **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, CORAG, 2011. p. 89-114. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8655570-Releituras-da-historia-do-rio-grande-do-sul.html>. Acesso em: 03 mai. 2021.

NESKE, Márcio Zamboni. **Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural: o caso da pecuária familiar no território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul**. 2009. 207 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18875>. Acesso em: 03 mai. 2022.

OLIVEIRA, Gabriela Vitória de; HERNANDEZ, Aline Reis Calvo; BINKOWSKI, Patrícia. Fotografias, narrativas e memórias sobre o lugar, a paisagem e o uso do solo na área de proteção ambiental Rota do Sol, Rio Grande do Sul. **Confins**, São Paulo, v. 45, p. 1-15, 2020. Disponível em:
<https://journals.openedition.org/confins/29732>. Acesso em: 12 mar. 2023.

OSÓRIO, Helen. Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. *In*: II JORNADA DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA. PUCRS, 2., 2005. Porto Alegre. **Anais Eletrônicos** [...]. Porto Alegre: PUCRS, 2005. v. 1. 2005. Disponível em: <https://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H4-09.pdf>. Acesso: 14 mai. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2014.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai**. 2 ed. Porto Alegre: Selbach & Cia, 1954.

PRIBERAM DICIONÁRIO. **Sanga**. 2022. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/sanga>. Acesso em: 17 nov. 2022.

RIBEIRO, Guilherme. Entre armas e púlpitos: a necropolítica do Bolsonarismo. **Continents Revista de Geografia**, Seropédica, n. 16, p. 463-485, jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/288>. Acesso em: 09 set. 2022.

ROESE, Adriana *et al.* Diário de campo: construção e utilização em pesquisas científicas. **Online Brazilian Journal Nursing**, Niterói, v. 5, n. 3, 2006. Disponível em: <https://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/598/141>. Acesso em: 09 set. 2022.

SANTI, Juliana Rossato. **Estabelecimento de estâncias**: estratégia imposta pela coroa luso-brasileira na fixação dos limites da fronteira oeste do rio grande do sul. 2004. 251 f. Dissertação (Mestrado em Integração Latino Americana) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9743>. Acesso em: 14 nov. 2021.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/113972>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura guarani**. 3 ed. São Paulo, EPU, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

SCOLESE, Eduardo. **Pioneiros do MST**: caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento. Editora Record, 2008.

SEBRAE. **Perfil das cidades gaúchas – Capão do Cipó**. 2020. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Capao_do_Cipo.pdf. Acesso em: 12 nov. 2021.

SILVA NETO, Benedito.; BASSO, David. Aplicação da Teoria dos Sistemas Agrários para a análise da agricultura no Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO, Benedito.; BASSO, David. (org.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, p. 17-24.

SILVA, Tanise. Pedrón da.; COSTABEBER, José Antônio. (Re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiarajú, município de Capão do Cipó (RS). **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 23, p. 131–149, 2014. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2076>. Acesso em: 16 fev. 2022.

SILVESTRE, Helena. **Notas sobre a fome**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUSA, Juliana Padilha de. **Tramas invisíveis: bordado e a memória do feminino no processo criativo**. 2019. 166 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11443>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TESCHE, Rubens Wladimir. Evolução e diferenciação dos sistemas agrários na região das Missões do estado do RS. *In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7.*, 2007, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2007.

TSING, Anna Lowenhaupt. **O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo**. São Paulo: N-1 edições, 2022.

TSING, Anna Lowenhaupt. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 177-201, 2015. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Margens-Indom%C3%A1veis%3A-cogumelos-como-esp%C3%A9cies-Tsing/0382862afab383bacbf0fc1841dcf4287b95d>. Acesso em: 06 mar. 2023.

TSING, Anna. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VADE MACUM BRASIL. **Agrovila**. 2023. Disponível em: <https://vademecumbrasil.com.br/palavra/agrovila>. Acesso em: 23 jan. 2023.

WIKIPEDIA. **Capão**. 2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cap%C3%A3o>. Acesso em: 05 dez. 2022.

WIKIPEDIA. **Myiopsitta monachus**. 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Myiopsitta_monachus. Acesso em: 09 abr. 2023.

WIKIPEDIA. **Taperas**. 2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Taperas#:~:text=Taperas%2C%20termo%20tupi%20que%20significa,houve%2C%20anteriormente%2C%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20humana>. Acesso em: 12 dez. 2022.

WIVES, Daniela Garcez. **Funcionamento e performance dos sistemas de produção da banana na microrregião do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.** 2008. 164 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14897>. Acesso em: 27 mai. 2021.